



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI**

**PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE
ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

GABRIELA DE ARAÚJO BRAZ DOS SANTOS

Sob a Orientação da Professora
Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Seropédica, RJ
Novembro de 2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI**

**PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE
ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

GABRIELA DE ARAÚJO BRAZ DOS SANTOS

Sob a Orientação da Professora

Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Tese submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Doutora em Psicologia, no
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Área de
Concentração Psicologia.

Seropédica, RJ
Novembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237p Santos, Gabriela de Araújo Braz dos , 1995-
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE
ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
/ Gabriela de Araújo Braz dos Santos. – Seropédica,
2024.
155 f.

Orientadora: Ana Cláudia de Azevedo Peixoto.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
2024.

1. Psicologia. 2. Desenvolvimento. 3.
Adolescência. 4. Programa Psicoeducativo. 5.
Acolhimento Institucional . I. Peixoto, Ana Cláudia
de Azevedo , 1973-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia III. Título.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

GABRIELA DE ARAÚJO BRAZ DOS SANTOS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Psicologia**, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Área de Concentração Psicologia.

TESE APROVADA EM 22/11/2024

Documento assinado digitalmente
ANA CLAUDIA DE AZEVEDO PEIXOTO
Data: 13/12/2024 13:15:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (UFRRJ)
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF
Data: 13/12/2024 14:05:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Lucne Alves Miguez Naiff (UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
WANDERSON FERNANDES DE SOUZA
Data: 13/12/2024 14:22:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^o Wanderson Fernandes de Souza (UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
MARCELO PRINCESWAL
Data: 13/12/2024 14:47:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^o Marcelo Princeswal (UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
CRISTIANE MOREIRA DA SILVA
Data: 13/12/2024 14:57:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Cristiane Moreira da Silva (UCP)

Documento assinado digitalmente
NANCY RAMACCIOTTI DE OLIVEIRA MONTEIRO
Data: 13/12/2024 13:57:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Nancy Ramaciotti de Oliveira- Monteiro
(UNIFESP)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha família, por estar comigo todos os dias dessa caminhada.

“PROSA é amor.”

(Adolescente participante da pesquisa)

“Eu sou feito de abraços. A minha pele é
multidão. Olhando nossos laços vejo uma
linda construção.”

(Trecho da música Minha casa é gente -
Pedro Valença)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais não poderiam ser para ninguém menos do que aquele que tem o direcionamento e controle de toda a minha vida, seja ela pessoal, profissional e espiritual: Meu Deus, criador e meu paizinho nos momentos mais íntimos. Devo à Ele a capacidade da transcendência: sair do plano material/visual/físico e me conectar com a minha essência. Esse é um dos pilares da vida. É o respiro de alívio para a caminhada.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando e validando minhas escolhas profissionais. Eles me conhecem na versão menos acadêmica possível. Todo amor disponibilizado a mim foi um reforço para eu não desistir. Agora eu digo que é isso que faço quando estou com “a cara no computador” (risos). Sr. José e Sr.^a Jorgina Braz, amo vocês. Obrigada irmão, tias, primas, por todo o acolhimento.

Um agradecimento também é necessário ao meu querido e amado esposo, Wellington. Te agradeço por me ouvir, por colher minhas lágrimas e sorrir comigo (às vezes tudo isso em um único dia). Uma jornada eu vivi até aqui e tenho certeza de que não seria tão especial se não tivesse você. Obrigada por ser meu suporte.

Às minhas amigas e aos meus amigos, meu coração quentinho e agradecido também é de vocês. Os melhores gritos de desespero e surto eu vivi com vocês. O mais importante foi ouvir “vai dar certo” e “você já fez coisa pra caramba, Gabriela”. De fato, deu certo e só aconteceu assim porque tenho vocês comigo. Como sempre digo: ninguém faz nada grande sozinho, se está fazendo sozinho não é grande. Ter muitos ao meu lado é a evidência que preciso para dizer que essa tese é grande.

E aqui eu aproveito para agradecer a minha brilhante equipe de pesquisa: Lídia, Samara, Anna Clara, Lucas, Victória, Arthur, Mariana e toda equipe da UniLaSale. Essa tese só é grande porque vocês estiveram comigo do início ao fim. Obrigada pelo tempo e esforço de vocês. As nossas reuniões e mensagens foram base para a continuidade da pesquisa. Realmente eu não estava sozinha. A pesquisa é mais de vocês do que minha.

À minha orientadora e parceira de jornada Ana Cláudia, meus mais sinceros agradecimentos. Posso dizer que você me viu crescer e me apoiou ao longo deste amadurecimento. Da graduação ao doutorado, da Rural para a vida. Obrigada pelos

ensinamentos, sua paixão pela docência e sensibilidade com a pauta da proteção à infância e adolescência me inspiram.

Ao Laboratório de Estudos sobre violência contra adolescentes – LEVICA, o qual me acolheu desde a graduação e participa do meu desenvolvimento enquanto profissional, professora e pesquisadora até o presente momento. Sou infinitamente grata a tudo que aprendi com as pessoas que compunham esse grupo. Todos os nossos trabalhos, projetos e eventos me deram conhecimento genuíno e duradouro para minha atuação profissional. Não se esqueçam que, bem mais do que relação acadêmica, somos família.

Aos adolescentes que participaram da pesquisa. Obrigada por cada história narrada e cada sonho compartilhado. Meu trabalho já foi feito quando estávamos apenas em roda conversando... em prosa. As letras colocadas aqui revelam de longe o impacto que a nossa vivência nos trouxe. Vocês me desenvolveram. Agora sou mais ouvido, mais afeto e mais esperança.

Às instituições de acolhimento que acolheram a minha pesquisa e confiaram no nosso projeto. Essa pesquisa é para vocês.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRRJ. Um programa que tenho um carinho e orgulho imenso. Sou extremamente feliz de ter tido toda a minha formação com excelentíssimos professores. Hoje sou professora e pesquisadora porque aprendi com vocês.

RESUMO

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes no contexto do acolhimento institucional**. 2024. 150 p. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Esta tese visou implementar o Programa para Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos (PROSA) e examinar o desenvolvimento de adolescentes no contexto de acolhimento institucional. Para responder a este objetivo, três estudos foram realizados, por meio de diversos delineamentos metodológicos. No primeiro estudo, foi realizada uma revisão integrativa da literatura sobre temas de programas de intervenção no contexto do acolhimento institucional e como se dão suas aplicações. As intervenções neste contexto precisam considerar as necessidades dos adolescentes, de modo que é essencial pensar nas competências dos profissionais que atendem tal público. O segundo estudo, de abordagem quanti-quali, foi examinar o desenvolvimento de adolescentes no contexto de acolhimento institucional por meio da Inserção Ecológica. Também visou caracterizar tanto os fatores de risco quanto os fatores protetivos que influenciaram esses adolescentes, levando em consideração os aspectos do contexto ecológico de desenvolvimento. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 adolescentes e 16 profissionais. Os adolescentes responderam ao Questionário de Esquemas de Young para adolescentes (B-YSQ-A). Os resultados indicaram que adolescentes em acolhimento apresentam os esquemas desadaptativos de abandono, negativismo/pessimismo, autossacrifício, desconfiança/abuso e inibição emocional como os mais prevalentes, influenciados por experiências adversas e pela dinâmica institucional. Relações neste contexto baseadas em práticas institucionais que ofereçam impacto positivo favorecem o desenvolvimento saudável dos adolescentes. O terceiro estudo avaliou a implementação do PROSA. Participaram 9 adolescentes de uma instituição de acolhimento da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro-Brasil. Os resultados satisfatórios mostram a viabilidade do estudo e a aplicabilidade dele no contexto de implementação. O PROSA se destacou como uma estratégia relevante para atenuar os efeitos da vulnerabilidade e fortalecer o desenvolvimento integral dos participantes. A realização dos três estudos permitiu alcançar o objetivo da tese, por meio de uma abordagem profunda do contexto, reunindo argumentos teóricos e evidências empíricas para constatar que a aplicação do PROSA, com seus aprendizados e impactos significativos em grupo de adolescentes acolhidos, se destaca como um instrumento de conscientização e prevenção de conflitos e como uma intervenção positiva na promoção do bem-estar emocional e no fortalecimento de vínculos saudáveis entre os adolescentes acolhidos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Saudável, Intervenção, Programa PROSA, Acolhimento Institucional.

ABSTRACT

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Promoting the healthy development of adolescents in the context of institutional care.** 2024. 150 p. Thesis (Doctorate in Psychology). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This thesis aimed to implement the Program to Promote the Healthy Development of Foster Adolescents (PROSA) and examine the development of adolescents in the context of institutional foster care. To meet this objective, three studies were carried out using different methodological designs. In the first study, an integrative literature review was carried out on the themes of intervention programs in the context of institutional care and how they are applied. Interventions in this context need to consider the needs of adolescents, so it is essential to think about the skills of the professionals who serves this public. The second study, with a quantitative-qualitative approach, examined the development of adolescents in the context of institutional care through Ecological Insertion. It also aimed to characterize both the risk factors and the protective factors that influenced these adolescents, considering aspects of the ecological context of development. Semi-structured interviews were conducted with 20 adolescents and 16 professionals. The adolescents answered the Young's Schema Questionnaire for Adolescents (B-YSQ-A). The results indicate that adolescents in foster care present the maladaptive schemas of abandonment, negativism/pessimism, self-sacrifice, distrust/abuse and emotional inhibition as the most prevalent, influenced by adverse experiences and institutional dynamics. Relationships in this context based on institutional practices that offer a positive impact favor the healthy development of adolescents. The third study evaluated the implementation of PROSA. Nine adolescents from a foster care institution in the Baixada Fluminense region of Rio de Janeiro-Brazil took part. The satisfactory results show the feasibility of the study and its applicability in the context of implementation. PROSA stood out as a relevant strategy for mitigating the effects of vulnerability and strengthening the integral development of the participants. The three studies made it possible to achieve the aim of the thesis through an in-depth approach to the context, bringing together theoretical arguments and empirical evidence to verify that the application of PROSA, its learning and significant impacts on a group of fostered adolescents, stands out as an instrument for raising awareness and preventing conflicts and as a positive intervention in promoting emotional well-being and strengthening healthy bonds among fostered adolescents.

Keywords: Healthy Development, Intervention, PROSA Program, Institutional Foster Care.

LISTA DE ABREVIACÕES

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MPRJ	Ministério Público do Rio de Janeiro
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
EIDs	Esquemas Iniciais Desadaptativos
TE	Terapia do Esquema
PPCT	Processo, Pessoa, Contexto e Tempo
PROSA	Programa para Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes em Acolhimento Institucional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma da Revisão Integrativa da Literatura	35
----------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Variação entre os EIDs do presente estudo com a pesquisa de validação do Questionário de Esquemas de Young para Adolescentes – (B-YSQ-A)	65
----------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características dos estudos da Revisão	38
Quadro 2	Planejamento da inserção ecológica para coleta de dados	55
Quadro 3	Sistematização da inserção ecológica na implementação do PROSA	89
Quadro 4	Narrativa dos adolescentes acerca da dinâmica “Escrevendo um livro sobre sua vida”	97

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 INTRODUÇÃO	19
2 ARTIGO 1: INTERVENÇÕES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	33
2.1 Introdução.....	34
2.2 Método.....	35
2.3 Resultados e Discussão.....	35
2.4 Conclusão.....	47
2.5 Referências	47
3 ARTIGO 2: INSERÇÃO ECOLÓGICA COM ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	53
3.1 Introdução.....	54
3.2 Método.....	56
3.3 Resultado e Discussão.....	62
3.4 Conclusão.....	75
3.5 Referências	77
4 ARTIGO 3: IMPLEMENTAÇÃO DO PROSA – PROGRAMA PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	84
4.1 Introdução.....	85
4.2 Método.....	89
4.3 Resultados e Discussão.....	92
4.4 Conclusão	105
4.5 Referências	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	112
6 REFERÊNCIAS DA TESE	117
7 APÊNDICES	123

APRESENTAÇÃO

Em minha trajetória, ao longo da graduação em Psicologia, utilizei a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) como abordagem para fundamentar meus atendimentos na formação. Os conhecimentos desta teoria se alinharam com a minha perspectiva de vida, sendo um encontro valioso entre a Psicologia e a minha trajetória de vida. Mais importante ainda foi, enquanto estagiária, além de aplicar esta abordagem no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, verificar sua validade.

Estudos sobre as Terapias Cognitivo-comportamentais (TCCs) confirmam que esta abordagem obtém destaque por sua eficácia comprovada no tratamento de diversas psicopatologias, sendo considerada não apenas como medida terapêutica, mas principalmente indicada como um método baseado em evidência para prevenção e promoção da saúde. Participar de iniciação científica e grupos de estudos que objetivassem o desenvolvimento infantil e intervenções a este público fundamentaram meu ser psicóloga.

Em 2016, participei de um curso chamado “Introdução à Terapia do Esquema”, que criou em mim motivação para levar como referência para o Laboratório de Estudo sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), da UFRRJ, do qual eu pude participar. Neste caminho, a coordenadora do LEVICA, Dr.^a Ana Claudia Peixoto, que é minha atual orientadora, apresentou ao grupo de pesquisa esta teoria como mais uma abordagem a ser utilizada nas intervenções dos atendimentos clínicos e na pesquisa. Então, tive a oportunidade de estudar, aprofundar os estudos de alguns conceitos desta teoria.

Ao ler livros e artigos sobre tal abordagem, interessei-me em aprofundar os estudos, sendo tema do meu trabalho final de curso. A TE proporcionou um panorama para que eu pudesse investigar a respeito das crenças nucleares, distorções cognitivas e esquemas iniciais desadaptativos em crianças e adolescentes vítimas de violência. Esta pesquisa trouxe resultados consideráveis para a compreensão do funcionamento cognitivo desta população, assim como arcabouço teórico e prático para continuar pesquisando essa temática.

No ano de 2018, em minha transição da graduação para o mestrado, pude perceber que fazer pesquisa é ir muito além de avaliações: é alcançar significado e sentido ao que se pretende fazer. Ao iniciar um trabalho como psicóloga da Assistência Social do município de Nova Iguaçu-RJ, atuando, especificamente, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), identifiquei que estes significados e sentidos precisam ir ao encontro e trazer benefícios aos “agentes” da pesquisa. Os contextos de vulnerabilidade social que eu vivencio com esta prática são contextos com potencialidades que, sendo estimuladas,

promovem o bem-estar e o desenvolvimento pleno das pessoas que lá estão inseridas. Em suma, pesquisar é uma equação cuja soma dos fatores resulta em um produto capaz de beneficiar o pesquisado e aquele que pesquisa.

Em 2020, ao findar o mestrado e vislumbrar a entrada no doutorado, mantive o interesse na pesquisa. No entanto, agora com intenção de deixar “frutos” para aqueles que tanto contribuem como participantes das nossas avaliações. Mais próxima da abordagem bioecológica de desenvolvimento humano, a perspectiva agora é de inserção, gastar tempo em campo, ouvir, escrever, refletir, pensar o contexto de pesquisa e repensar a atuação enquanto pesquisadora.

Alicerçada em duas teorias que embasam minhas avaliações psicológicas, surgiu a ideia de elaborar um programa de intervenção voltado para adolescentes em acolhimento institucional. Essa proposta tem como objetivo ir além da perspectiva avaliativa, buscando propor ações concretas que respondam aos achados observados anteriormente nesse contexto. Minha prática como psicóloga clínica reforça minha convicção de que relações saudáveis têm um poder transformador e, em muitos casos, curativo. É por meio das relações de afeto que construímos modelos de representação do mundo e de nós mesmos. Quando essas relações são saudáveis, nossa visão de mundo tende a se aproximar de ideias mais funcionais e produtivas. É exatamente esse impacto positivo das relações que desejo levar ao campo da pesquisa, oferecendo uma abordagem mais interventiva e propositiva.

Atualmente, como professora de psicologia, entendo o quanto é pertinente e relevante produzirmos projetos como esses. É uma possibilidade de validação da nossa ciência psicológica, de entregar à sociedade intervenções que promovam saúde global e de ofertar espaço de reflexão para a formação dos estudantes de psicologia. Hoje, essa pesquisa já apresenta frutos como trabalho de extensão e de iniciação científica em outras universidades.

Dito isso, essa trajetória me proporcionou subsídios para compreender o contexto que esta pesquisa se insere. Somado a isso, percebi que esta correlação teórico-metodológica fornece instrumentos de intervenção valiosos. Dada a importância da criação de programas adequados e eficientes para o público infantojuvenil em vulnerabilidade, faço desta atual pesquisa um meio para alcançar tal objetivo.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é considerada uma fase com características específicas de desenvolvimento. É posto que a família, a sociedade e o Estado assegurem os direitos fundamentais dos adolescentes, bem como proteção e segurança necessárias para melhor desenvolverem-se (Brasil, 1990). Por se tratar de uma fase de importantes desafios e exigências, a adolescência corresponde também à ampliação das possibilidades de situações de risco, dadas as características como o consumo de drogas, sexualidade e a violência (Rocha, 2007; Paim; Rosa, 2016).

Em 2022, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) apontava que mais de 56 mil crianças estavam em situação de acolhimento, sendo os adolescentes a maior parcela desse grupo (CNJ, 2022). O 32º Censo da população infantojuvenil acolhida no estado do Rio de Janeiro revelou que mais de 43% pertenciam à faixa etária da adolescência (MPRJ, 2023). Além disso, o Módulo Criança e Adolescente também forneceu dados sobre a cor/raça dos acolhidos, destacando que mais de 80% eram negros, incluindo pretos e pardos.

Os principais motivos para o acolhimento da população infantojuvenil são: 1. Negligência (41%); 2. Abandono por parte dos pais ou responsáveis (36%); 3. Abusos físicos ou psicológicos (24%) (MPRJ, 2023). Ações de violência e vulnerabilidade social contra essa população geram impactos que se estendem até a vida adulta, afetando suas relações e aumentando o risco de desenvolvimento de comportamentos disfuncionais e transtornos psiquiátricos na fase adulta (Santos, 2020).

Torna-se imprescindível a realização de interações entre os adolescentes com os profissionais do serviço, com a religiosidade e com os amigos, servindo como fatores de proteção, confiança e vínculo (Carlos *et al.*, 2013). Bernardi (2010) destaca que seria muito importante que a criança e o adolescente fossem ouvidos de maneira atenta e cuidadosa, e que recebessem dos profissionais todas as informações possíveis referentes à sua situação.

Frente a essa demanda, vale considerar a necessidade de capacitação permanente para os profissionais que atuam nestas instituições, a fim de melhor atender os acolhidos, de

maneira que promovam espaços que favoreçam verdadeiramente o desenvolvimento integral desta população (Alvares; Lobato, 2013).

Experiências nocivas na adolescência trazem prejuízos significativos, como o desenvolvimento de psicopatologias, entre elas o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de humor, transtorno de ansiedade, transtornos disruptivos e transtornos de aprendizagem (Habigzang; Koller, 2011). Corroborando esta ideia, é possível considerar que a violência infantojuvenil afeta o sistema de crenças das vítimas, favorecendo o surgimento de um autoconceito negativo e níveis baixos de autoestima (Santos, 2018).

Adolescentes acolhidos institucionalmente apresentam problemas emocionais e comportamentais de ansiedade, depressão, agressividade e problemas sociais como forma de enfrentar esquemas de abandono, desconfiança e vulnerabilidade ao dano/doença (Santos, 2020). Isto significa dizer que, segundo a pesquisa de Santos (2020), adolescentes em acolhimento institucional possuem pensamentos de que irão ser abandonados, de que não podem confiar nos outros e de que algo ruim e catastrófico poderá acontecer a qualquer momento, afetando a construção de relacionamentos mais saudáveis.

No Brasil, é crescente o número de pesquisadores que têm se dedicado a estudar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, principalmente no campo da Psicologia, por se considerar que um prolongado tempo de institucionalização pode trazer sérios comprometimentos ao desenvolvimento da criança e do adolescente (Bellamy, 2008; Shechory; Sommerfield, 2007).

A adolescência vem sendo observada e estudada nas suas múltiplas mudanças de comportamento e atuação nas sociedades. Esses estudos vêm se revestindo de extrema complexidade, tanto pela novidade histórica dos direitos desta população quanto pelo processo cultural da não valorização do protagonismo infantojuvenil (Arantes, 2009; Cruz, 2018). Segundo Faleiros (2005), crianças e adolescentes foram colocados no lugar de sem fala, “infante” (do latim in-fans = sem fala), como participantes dos exércitos medievais, ou ainda como objetos da esfera doméstica. O conceito de adolescência aparece apenas ao final do século XVIII, e não se dissemina antes do século XX (Ariès, 1981).

O Brasil passou pela expansão e consolidação dos mecanismos de garantia e proteção sociais no período da década de 30 a década de 80, instaurando a institucionalização de um conjunto essencial de políticas, diretrizes e programas que, mesmo incipientes, representam um avanço nos direitos sociais no país (Faleiros, 2005). São exemplos: a previdência social e a assistência; a construção de uma rede de ensino básico e científico; a política de atenção à saúde. Profundas alterações estruturais no Estado brasileiro (Estado Novo, ditadura e

redemocratização) promoveram mudanças institucionais que levaram à Constituição de 1988 e ao reconhecimento dos direitos constitutivos de cidadania para todos os brasileiros (Perez; Passone, 2010).

Estes marcadores históricos retratam que os direitos da infância e da adolescência eram “cuidados” pelo mundo privado e religioso e, posteriormente, incorporados por um Estado autoritário e monopolizador (Perez; Passone, 2010). A institucionalização da infância surgira como objeto de atenção e controle por parte do Estado brasileiro, levando à máxima da época: “salvar a criança” para transformar o Brasil (Rizzini, 2008).

A questão da criança e do adolescente passou a ser considerada a partir de uma prática higienista e repressiva, para “se consolidar o projeto de nação forte, saudável, ordeira e progressista” (Faleiros, 2005, p. 172). A doutrina da *situação irregular*, consolidada no século XX, formulou direitos e políticas no âmbito da infância. Segundo Perez e Passone (2010), a forte aliança jurídico-médico-assistencial para a proteção da infância visava mais à defesa da sociedade, responsabilizando e punindo as famílias em relação aos cuidados com a infância.

Por situação irregular compreendia-se a privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além da situação de maus-tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por desadaptação familiar ou comunitária, e de autoria de infração penal (Faleiros, 2005, p.172).

Uma legislação específica em torno do sistema de proteção ao “menor” foi organizada: uma regulamentação da assistência e proteção aos “menores abandonados” e “delinquentes” que instaurou a promulgação do Código de Menores em 1927 (Perez; Passone, 2010). Vale destacar que, ao longo da nossa história, observa-se uma distinção entre uma política para os filhos das classes dominantes e uma política para as crianças e adolescentes pobres: para o primeiro, o favorecimento do acesso à educação formal, e para o segundo, orfanatos, as “rodas”, as casas de “expostos” (Faleiros, 2005).

A questão do desenvolvimento do país e do desenvolvimento da criança pobre passava, assim, pela imposição da ordem, pela manutenção da higiene e da raça e pela inserção no trabalho. Na esfera da educação, na visão então dominante, a criança, no ensino básico, era vista como “matéria plástica, a que é possível aplicar todas as espécies de hábitos e atitudes” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 188), cuja educação ficava a cargo de estados e municípios (Faleiros, 2005).

Segundo Rizzini (2008), os anos subsequentes ao Código de Menores foram seguidos de denúncias sobre as injustiças cometidas no atendimento infantojuvenil no país. Tal colocação reforça a reflexão previamente apresentada sobre a distância entre as diferentes classes sociais no Brasil, destacando que crianças pobres muitas vezes não tinham sequer o direito à infância. Essa política, orientada pelo conceito de normalidade social, foi operacionalizada por meio de mecanismos voltados à prevenção do “processo de marginalização” e à correção dos “marginais”. Exemplos disso incluem o Serviço de Assistência a Menores (SAM, 1941), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM, 1964) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1946) (Perez; Passone, 2010).

Perez e Passone (2010) fazem uma análise histórica minuciosa sobre a infância e destacam que apenas ao final do século XX que a criança passou à condição de sujeito de direitos, tendo sido atribuídas novas concepções no âmbito teórico, jurídico e técnico do atendimento à infância no país. Desse modo, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959, os membros da população infantojuvenil passaram a ser valorizados e considerados, internacionalmente, como sujeitos de direitos pela Organização das Nações Unidas. Os princípios prescritos na declaração estão relacionados ao

direito à igualdade e acesso a estes direitos, sem distinção de raça, religião; direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; direito a um nome e uma nacionalidade; à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe; à educação gratuita e ao lazer infantil; direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho, entre outros. Instituiu-se, desta forma, como movimento social internacional, a infância como espaço social privilegiado de direitos e a criança foi considerada como pessoa em desenvolvimento, portadora de necessidades especiais e passíveis inclusive de proteção legal (UNICEF, 1948, online).

Com as concepções sobre infância redimensionadas, o país extinguiu a categoria “menor” do arcabouço conceitual e jurídico, introduzindo a moderna noção de adolescência e incorporando os preceitos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989. As transformações legais voltadas à infância e à adolescência durante a redemocratização política da sociedade brasileira culminaram na promulgação do Estatuto da criança e do adolescente (ECA), em 1990 (Perez; Passone, 2010).

O ECA expressa, portanto, um marco de transformação positiva nas perspectivas sobre infância e adolescência. Revela, ainda, a profunda mudança representada em termos legislativos, normativos, culturais e conceituais para as diretrizes, políticas públicas e

serviços destinados ao atendimento da criança e do adolescente no Brasil (Perez; Passone, 2010). Desse modo, o ECA norteia toda política de atendimento distribuída em quatro linhas de ações:

a. as políticas sociais básicas de caráter universal, como saúde, educação, alimentação, moradia, etc. (art. 87, item I); b. as políticas e programas de assistência social (art. 87, item II), de caráter supletivo, para aqueles de que delas necessitem; c. as políticas de proteção, que representam serviços especiais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso e opressão (art. 87, item III); os serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos (art. 87, IV); d. as políticas de garantias de direitos, que representam as entidades e os aparatos jurídicos e sociais de proteção dos direitos individuais e coletivos da infância e juventude (art. 87, item V) (Perez; Passone, 2010, p. 666).

A Proteção Integral afirmada no Estatuto da Criança e do Adolescente é diferente da proteção assistencialista presente nos Códigos de Menores de 1927 e 1979 (Arantes, 2009); um conjunto de direitos civis, sociais, econômicos e culturais de promoção e proteção alteraram esse paradigma. Atualmente, o ECA demanda do Estado brasileiro e da sociedade política e civil esforços e continuidade nas ações, e essa concepção destaca que a criança e o adolescente devam estar assegurados por políticas públicas de proteção, promoção de direitos, bem como as suas respectivas famílias (Rizzini; Naiff; Baptista, 2006).

A presente pesquisa parte da ideia de adolescência descrita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que a refere como um processo biológico e de vivências orgânicas, no qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, abrangendo a pré-adolescência (entre 10 e 14 anos) e a adolescência (dos 15 aos 19 anos).

Segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (Brasil, 1990), adolescência é a fase entre os 12 aos 18 anos. O documento também reconhece que adolescentes têm direitos especiais, em razão de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, a quem os governos, as famílias e a sociedade em geral devem tratar como prioridade absoluta.

Desde a História Antiga, a adolescência é interpretada como um período complexo, pouco compreendido e fonte de problemas (Neufeld *et al.*, 2017). É considerada uma fase de transição, destacando-se como uma fase instável e sensível diante dos impasses das novas tarefas do desenvolvimento (Bizinoto, 2015). Independentemente do contexto (família, instituição ou escola), as diversas influências e eventos de vida na adolescência podem configurar-se como risco ou proteção (Poletto; Koller, 2008).

As instituições de acolhimento fazem a travessia dos adolescentes de uma situação de vulnerabilidade para um programa de garantia de direitos, e a rede de apoio em torno deste

contexto pode gerar sentimentos de segurança e confiança nas crianças e nos adolescentes, sendo este um fator de proteção ao seu desenvolvimento (Bernardi, 2010; Peixoto; Gonçalves; Rozário, 2019). Todavia, mesmo a instituição cumprindo seu papel protetivo, a provisoriedade do acolhimento institucional e a garantia da convivência familiar são ideais a serem alcançados (Rosa *et al.*, 2016).

Por esse prisma, espera-se que crianças e adolescentes que necessitem desta proteção sejam acolhidos, recebam as reparações pertinentes ao seu caso e logo retornem para seu contexto familiar nuclear ou extenso, ou para o sistema de adoção (Brasil, 1990). Compreendendo o acolhimento como uma passagem breve e protetiva, a pesquisa aqui desenvolvida se moveu em direção a pensar quais intervenções são necessárias para promover uma passagem segura e saudável pelo acolhimento.

A partir de uma perspectiva bioecológica, o desenvolvimento humano pode ser considerado o resultado da dinâmica e da interação entre fatores contextuais, relacionais, individuais e temporais. A Teoria Bioecológica do desenvolvimento humano tem Urie Bronfenbrenner como seu principal autor; com atuações no campo da Psicologia do Desenvolvimento, Bronfenbrenner vem trabalhando em um modelo científico para estudar desenvolvimento (Cecconello; Koller, 2016).

Houve importantes mudanças neste processo de construção da teoria, incluindo distintas fases destacadas pelo próprio autor Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner; Evans, 2000; Bronfenbrenner; Morris, 1998). A primeira seguia a premissa de que a pessoa não existe sem seu contexto, considerando pouco o papel das interações individuais e dando ênfase ao papel do ambiente apenas. Já na segunda fase, a reformulação está em considerar os processos individuais e as interações da pessoa com o ambiente, ou seja, o desenvolvimento humano passa a ser observado a partir de um processo e de relações mais dinâmicas e interativas (Bronfenbrenner; Morris, 1998). Com a reformulação da sua teoria, ele passa a adotar a compreensão bioecológica do desenvolvimento humano e propõe um esquema de quatro aspectos inter-relacionais para o entendimento do desenvolvimento humano: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo – “Modelo PPCT”.

No modelo, o processo é um aspecto central para o desenvolvimento, sendo definido como as interações recíprocas progressivamente mais complexas do sujeito com pessoas, objetos e símbolos presentes em seu ambiente imediato (Bronfenbrenner; Morris *apud* Poletto; Koller, 2008). Esse mecanismo envolve as relações em diferentes níveis e é constituído pelos papéis e atividades diárias da pessoa em desenvolvimento (Poletto; Koller, 2008).

Essas interações são denominadas processos proximais e, para que ocorra o desenvolvimento intelectual, emocional, social e moral, é necessária a presença simultânea de determinados aspectos. Entre eles, destaca-se a participação ativa em interações recíprocas e progressivamente mais complexas com pessoas, objetos e símbolos no ambiente imediato. Além disso, para serem efetivas, essas interações devem ocorrer de forma regular e ao longo de períodos estendidos (Martins; Szymanski, 2004).

Cecconello e Koller (2016), ao estudar sobre metodologia dentro do modelo bioecológico, destacam Bronfenbrenner e Morris (1998), ao pontuar sobre os efeitos dos processos proximais. As relações estabelecidas que promovem desenvolvimento podem, neste processo de interação, produzir competência ou disfunção. Neste estudo, tais conceitos são relevantes, pois ele prioriza compreender as interações de adolescentes em acolhimento institucional.

Dito isso, o efeito de competência diz respeito à aquisição de habilidades e capacidades que a pessoa tem para conduzir e direcionar seus próprios comportamentos de forma intelectual, socioemocional, motivacional e artística. Já o efeito de disfunção se refere à manifestação recorrente de dificuldades em manter a integração de comportamentos (Bronfenbrenner; Morris, 1998). Os autores destacam que, na maioria das vezes, quando ocorrem efeitos de disfunção, há a presença de contextos desfavoráveis e desorganizados. Logo, a competência pode ser vista onde há ambientes estáveis e favoráveis ao desenvolvimento (Cecconello; Koller, 2016). No entanto, estas manifestações estão atreladas ao conteúdo psicológico dos processos proximais, baseados na interação daquilo que é geneticamente herdado com as condições contextuais apresentadas. Este tópico será mais bem explorado no capítulo posterior.

É importante considerar que toda qualidade de uma pessoa é intrinsecamente inserida, encontrando significado e plena expressão em um determinado ambiente (Martins; Szymanski, 2004). Da infância à velhice as influências dos diferentes contextos se unem e completam o sujeito como um todo. Bronfenbrenner, em sua pesquisa, considera o conceito de bidirecionalidade em relação à pessoa e ao ambiente em que ela atua, ou seja, crianças influenciam os próprios ambientes onde se encontram quando começam a estabelecer algum tipo de vínculo com outras pessoas e, logo, são influenciadas ao mesmo tempo (Bronfenbrenner, 1977; 1996).

O segundo conceito do modelo PPCT é relacionado à pessoa, referindo-se às características particulares do sujeito em desenvolvimento: demanda, recurso, força. A Teoria Bioecológica ressalta a importância de se considerar as características determinadas

biopsicologicamente (experiências vividas, habilidades, aparência física, por exemplo) e aquelas construídas (recursos sociais, cuidado parental, por exemplo) na sua interação com o ambiente (Bronfenbrenner; Morris *apud* Poletto; Koller, 2008).

O contexto se refere ao terceiro elemento da teoria, sendo entendido como o meio ambiente global em que o indivíduo está inserido e onde se desenrolam os processos desenvolvimentais. O contexto é analisado por meio da interação de quatro níveis ambientais que se relacionam e têm o poder de influenciar o curso de desenvolvimento humano: Microsistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema (Bronfenbrenner, 1996).

O Microsistema é compreendido como o ambiente imediato em que a pessoa vive. Neste contexto, acontecem as relações interpessoais experienciadas pela pessoa, que carregam características fundamentais como a reciprocidade, o equilíbrio de poder e o afeto (Benetti *et al.*, 2013). Os microsistemas incluem qualquer relacionamento “face a face” com o qual a criança interaja, como família, grupo de colegas ou ambiente escolar (Bronfenbrenner, 1996). Nas interações deste sistema é que operam os processos proximais.

O Mesossistema inclui o conjunto de microsistemas de que uma pessoa participa e as inter-relações entre eles (Bronfenbrenner, 1996). Cada ambiente funciona de forma interdependente, mas se influenciam mutuamente. Assim, a relação na família é influenciada e influencia a interação dentro de outro ambiente, como a instituição de educação infantil, por exemplo.

Já o Exossistema é entendido como diferentes ambientes que influenciam não diretamente o desenvolvimento da pessoa, pois ela não frequenta estes contextos de forma ativa como no microsistema (Bronfenbrenner, 1996). Como exemplo, é possível citar o local de trabalho dos cuidadores. Eventos que acontecem em tal ambiente podem afetar as crianças pela maneira como esses cuidadores se relacionam com seus filhos, ou seja, caso tenham situações estressantes no trabalho, poderão chegar em casa mais cansados ou preocupados e, assim, estarão menos disponíveis para interagir com a criança (Assis; Moreira; Fornasier, 2021).

O Macrossistema envolve a sociedade, inclui valores culturais, padrão global de ideologias, formas de governo presentes no cotidiano das pessoas (Bronfenbrenner, 1996). Ele descreve as condições econômicas sob as quais as famílias vivem, juntamente com recursos materiais e estruturas de oportunidades que interferem na maneira como educam seus filhos (Souza *et al.*, 2020). As inter-relações entre esses ambientes permitem analisar

como as interações nos sistemas se influenciam e afetam os resultados do desenvolvimento dos indivíduos (Bronfenbrenner, 1996).

Por último, o quarto componente é o tempo. Ele permite verificar a influência das mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida. Possui a dimensão do microtempo, que consiste no que está ocorrendo em determinado momento, já o mesotempo envolve o cotidiano, e o macrotempo abrange o tempo histórico (Bronfenbrenner; Morris, 1998). Nesse contexto, o desenvolvimento do adolescente precisa ser contemplado em diferentes sistemas e interações.

Esta teoria, então, se apresenta para estudar o desenvolvimento da pessoa e compreende os diferentes aspectos da vida, seja o tempo em que vive, os ambientes dos quais participa e as relações que estabelece. Independentemente do contexto (família, instituição ou escola), as diversas influências e eventos de vida podem configurar-se como risco ou proteção (Poletto; Koller, 2008). Ainda, destacam que família, escola e instituições são contextos importantes de desenvolvimento, e olhar esta integração com a perspectiva da teoria ecológica é focar nas interações das pessoas e seus diferentes contextos.

O contexto de desenvolvimento da família é influenciado e influencia múltiplos elementos que fazem parte de um todo social do adolescente. Os adolescentes mais seguros têm relações fortes e estáveis com cuidadores que encorajam seus esforços para adquirir independência e constituem um porto seguro nos momentos de tensão emocional (Laursen *apud* Papalia; Feldman, 2010). Dessa forma, reconhecer a importância de satisfazer as necessidades emocionais, especialmente o senso de autonomia e identidade, contribui para a construção de esquemas mais saudáveis (Paim; Rosa, 2016). Crianças tendem a identificar e internalizar seletivamente certos aspectos de pessoas significativas em suas vidas. Essas identificações e internalizações podem se transformar em esquemas, modos ou estilos de enfrentamento (Young; Klosko; Weishaar, 2008).

Tal colocação nos permite dizer que as influências ambientais terão repercussões significativas durante o ciclo de vida da criança e do adolescente. Esta constatação pôde ser observada nas discussões sobre as teorias de desenvolvimento e sobre a adolescência apontadas anteriormente.

Young (2003) destaca que os esquemas iniciais desadaptativos (EIDs) surgem em momentos críticos ao longo da infância e da adolescência, e este período ele nomeou como Domínios Esquemáticos. Tais domínios se referem às tarefas evolutivas nas quais os EIDs específicos poderão vir a se desenvolver. Segundo a teoria, os domínios são intervalos temporais no qual se espera que algumas demandas psicológicas sejam supridas pelos

cuidadores e pelo ambiente, para que a criança desenvolva esquemas iniciais saudáveis (Young; Klosko; Weishaar, 2008).

Esquemas iniciais desadaptativos que são desenvolvidos cedo ou ativados fortemente surgem a partir de experiências nocivas e continuadas na família nuclear. Contudo, eles não decorrem, necessariamente, de traumas ou maus-tratos (Wainer; Rijo, 2016). O ambiente familiar é o sistema onde a criança e o adolescente encontram (ou não) a satisfação das suas necessidades emocionais, a depender da configuração das relações proximais estabelecidas nos seus ambientes imediatos.

A primeira experiência destacada por Young, Klosko e Weishaar (2008) é a frustração nociva das necessidades, se referindo à falta de experiências boas, o que fortalece esquemas como privação emocional ou abandono com ausência de sentimentos de estabilidade, compreensão e amor no ambiente familiar. A segunda vivência é a traumatização ou vitimização, que se refere ao dano causado à criança, elaborando esquemas de defectividade/vergonha, desconfiança/abuso e vulnerabilidade ao dano/doença. Young, Klosko e Weishaar (2008) destacam que a terceira experiência é o excesso de experiências boas: os pais proporcionaram em demasia o que era saudável, favorecendo esquemas como dependência/incompetência e arrogo/grandiosidade. A quarta experiência está relacionada à identificação seletiva de pessoas importantes (modelos parentais).

Os EIDs são expressivamente disfuncionais e influenciam na habilidade de um indivíduo em prover suas necessidades fundamentais (Young, 2003; Young; Klosko; Weishaar, 2008). De forma abrangente, os autores destacam que os EIDs são disfuncionais e autoperpetuáveis, desenvolvidos na infância ou adolescência, que envolvem alta carga de afeto, memórias e emoções. Santana (2011) discute que esquemas desadaptativos geram falhas no processamento de informações, produzindo distorções cognitivas e provocando erros sistemáticos de raciocínio, comumente presentes em momentos de sofrimento psicológico.

Young (2003) afirma que os EIDs, decorrentes de experiências nocivas, têm potencial para gerar transtornos de personalidade. Em seus estudos, Young, Klosko e Weishaar (2008) destacam que os esquemas iniciais desadaptativos refletem com precisão o ambiente da criança e do adolescente. Assim, o não atendimento de uma das necessidades emocionais básicas da infância, como por exemplo o afeto e o cuidado familiar, poderá resultar no desenvolvimento de EIDs relacionados ao primeiro domínio Desconexão/Rejeição (Devos; Bernstein; Arntz, 2013). Quando o ambiente parental ou

social é precário, a criança pode desenvolver EIDs em um ou mais domínios (Santana, 2011).

Os EIDs interferem na maneira como o indivíduo constrói sua realidade pessoal e os modelos de representação dos outros (Rijkeboer; Boo, 2010). Em função disso, é relevante reconhecer a importância do esquema no desenvolvimento e manutenção de problemas psicológicos na vida adulta, uma vez que estabelecem padrões emocionais, cognitivos e comportamentais capazes de influenciar ao longo da vida, por vezes trazendo sofrimento ou danos em diferentes contextos (Wainer; Rijo, 2016; Young; Klosko; Weishaar, 2008).

A pesquisa de Santos (2020) sobre o contexto de acolhimento institucional exemplifica os apontamentos anteriores, uma vez que a autora apresenta que as experiências nocivas de abandono e negligência no “pré-acolhimento” dos adolescentes que participaram da pesquisa desenvolveram neles esquemas iniciais desadaptativos de abandono, vulnerabilidade e desconfiança/abuso. Além disso, houve a presença de problemas emocionais e de comportamentos como ansiedade, depressão, agressividade e problemas sociais.

Corroborando essa ideia, é possível considerar que a violência infantojuvenil afeta o sistema de crenças das vítimas, favorecendo o surgimento de um autoconceito negativo e níveis baixos de autoestima (Santos, 2018). Ainda segundo a autora, sua pesquisa aponta que são poucos os estudos nacionais que buscam relacionar os EIDs com a violência contra crianças e adolescentes. Com isso, é possível afirmar que o avanço em estudos baseados em evidências, relacionados a esta temática, pode contribuir para a proteção dos direitos da infância e da juventude e para o enfrentamento à violência contra adolescentes.

Os esquemas de Abandono, Vulnerabilidade ao Dano/Doença e Desconfiança/Abuso presentes na pesquisa de Santos (2020) são resultantes da interação entre as experiências de abandono, a violência interpessoal vivenciada pelos adolescentes, bem como a frustração das necessidades de afeto, pertencimento, apego emocional estável, segurança e autonomia. Importante ressaltar, mais uma vez, que os EIDs não decorrem, necessariamente, de traumas ou maus-tratos na infância, mas de experiências invalidantes que acontecem de forma recorrente no contexto familiar ou imediato (Young; Klosko; Weishaar, 2008).

Entende-se que o percurso desenvolvimental adaptativo de um adolescente depende de um conjunto de recursos externos e internos protetores face à adversidade (Silva; Lemos; Nunes, 2013). Por esta lógica, um ambiente de validação das necessidades emocionais possibilita o desenvolvimento saudável da personalidade, enquanto um ambiente invalidante pode gerar esquemas disfuncionais (Young; Klosko; Weishaar, 2008).

Young, Klosko e Weishaar (2008) destacam que uma pessoa psicologicamente saudável é aquela que consegue satisfazer de forma adaptativa suas necessidades emocionais básicas. Nesta lógica, podemos entender que, ao mesmo tempo em que se observa esquemas desadaptativos pela Terapia do Esquema, é possível — e necessário — desenvolver esquemas adaptativos saudáveis.

Dito isso, torna-se imperativo atentar-se às condições de desenvolvimento da adolescência. Espera-se que a pesquisa aqui apresentada possa, de fato, contribuir para a reconfiguração deste panorama e proporcione acréscimos às teorias que dão base a este trabalho. Almeja-se, ainda, que os resultados encontrados nesta pesquisa sejam úteis para a prática de profissionais que atendam o público mencionado, inclusive nas “*microações*” em favorecimento do contexto social.

A pesquisa dividiu-se em três etapas, adaptando o modelo apresentado por Murta e Santos (2015) segundo Rohrbach sobre intervenção preventiva e promocional de saúde. O modelo resume as etapas em: 1- Estudo preparatório, referindo-se a pesquisas epidemiológicas disponíveis, avaliação de necessidades e métodos de mudanças embasados em teoria e objetivos; 2- Construção da Intervenção, compondo estratégias de intervenção e seus materiais, contexto de implementação e pré-testagem via pesquisa; 3- Estudo-Piloto, referindo-se à avaliação da sequência e viabilidade, tomada de decisão para reformulação e implementação da intervenção.

Adaptando esse modelo, chega-se a uma proposta para organização desta pesquisa a fim de responder as questões que a direcionaram: como são estabelecidos os relacionamentos na instituição de acolhimento? Os adolescentes percebem afeto e cuidado no contexto do acolhimento institucional? De quais formas a instituição promove o desenvolvimento saudável dos adolescentes no período de acolhimento?

Dessa forma, chegou-se ao seguinte modelo lógico de execução da pesquisa:

1ª Etapa - Estudo Preparatório: fundamentação teórica a partir dos conceitos centrais da pesquisa; avaliação da necessidade por meio da justificativa e revisão bibliográfica de pesquisas sobre o tema. O desenvolvimento deste estudo resultou no Artigo 1 “Intervenções no contexto do acolhimento institucional: uma revisão integrativa”, que apresenta alguns programas de intervenção no contexto do acolhimento institucional e como se dão suas aplicações, tendo como método a revisão integrativa nas bases de dados digitais.

2ª Etapa – Construção da Intervenção: objetivos e metodologia englobando a elaboração de materiais para intervenção, o diagnóstico do contexto por meio da inserção ecológica e as estratégias de intervenção. A partir desta etapa foi possível produzir o Artigo

2 “Inserção Ecológica com adolescentes em acolhimento institucional”, que revela os resultados e discussões sobre entrevistas semiestruturadas com cuidadores e adolescentes participantes da pesquisa, aplicação de questionários e vivência no contexto do acolhimento institucional.

3ª Etapa – Intervenção-Piloto: proposta de intervenção; viabilidade; contexto de implementação; tomada de decisão para reformulação e implementação. Essa etapa é mais bem apresentada no Artigo 3, “Implementação do Programa para Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes em Acolhimento Institucional”. Foram considerados o impacto da intervenção em grupo no contexto do acolhimento, os comportamentos dos adolescentes, o conhecimento dos adolescentes em relação à adolescência e os desafios do acolhimento. Por último, são discutidas as considerações finais do trabalho.

1.1 Delineamentos metodológicos

O delineamento implementado nesta pesquisa foi a abordagem quanti-qualitativa e, quanto aos objetivos, foi utilizado o método exploratório descritivo. As pesquisas descritivas são aquelas que têm por objetivo estudar características de um grupo e são habitualmente utilizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (Gil, 2002). No que se refere às pesquisas exploratórias, Gil (2002) pontua que seus objetivos estão pautados em proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e constituir hipóteses.

A pesquisa qualitativa foi exploratória, focada na subjetividade e nas experiências individuais ou grupais, usando métodos como entrevistas e investigações grupais. Seus resultados não são numéricos. Já a pesquisa quantitativa foi objetiva, baseada em análises estatísticas, com estrutura rígida e fixa, validando o conhecimento científico por meio de dados e teorias. A presente pesquisa busca, então, associar os dois modelos de pesquisa, se organizando em uma pesquisa mista, que combina abordagens qualitativas e quantitativas. Essas pesquisas são úteis quando possuem objetivos bem definidos, valorizando a complementaridade entre os métodos, que é o caso da presente pesquisa (Rodrigues; Oliveira; Santos, 2021).

Quanto aos procedimentos técnicos do estudo, foi utilizado o método da Inserção Ecológica. De acordo com Bucher-Maluschke (2016), esse procedimento metodológico oferece contribuições tanto para pesquisas quantitativas quanto qualitativas. A Inserção Ecológica permite que a investigação ocorra no ambiente natural dos participantes,

possibilitando uma intervenção que envolve interação social (Cecconello; Koller, 2016). Cecconello e Koller (2016, p. 61) ressaltam que “é essencial manter um compromisso ético e garantir a proteção dos direitos dos participantes, já que os pesquisadores se inserem no cotidiano das pessoas envolvidas”.

Os participantes da pesquisa incluíram adolescentes e profissionais do acolhimento institucional, abrangendo tanto a equipe técnica quanto os cuidadores. A pesquisa foi realizada em três instituições de acolhimento situadas nas regiões da Baixada Fluminense e do Leste Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Cada artigo apresentado possui seu próprio delineamento com base na melhor aplicação dos dados coletados ao longo desse estudo.

Esta pesquisa foi estruturada conforme os requisitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares, que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Desse modo, foi enviada para análise ética na *Plataforma Brasil* após o exame de qualificação da pesquisadora. A *Plataforma Brasil* é a base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). Após o envio, obtivemos parecer de aprovação nº 6.294.380 pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Iguazu.

Como encaminhamentos da pesquisa, foram planejados encontros de devolutiva para os profissionais e os adolescentes envolvidos, em formato de oficina que, de modo participativo e didático, pudesse oferecer informações pertinentes aos resultados e implicações de cada estudo. Os dados completos estão disponíveis no Apêndice B, que detalha o processo. Além disso, pretende-se organizar um curso de extensão como uma proposta de treinamento para facilitadores, voltado aos profissionais, para aplicação do Programa para Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes em Acolhimento Institucional.

1.2 Resultados e Discussão

A partir das discussões teóricas que sustentaram essa pesquisa e da sua organização metodológica, os resultados e discussão serão apresentados aqui em formato de artigos com

suas próprias fundamentações, métodos e discussão, que de forma similar refletem sobre a adolescência em acolhimento institucional.

Convido os leitores a olharem os artigos como produtos do trabalho de campo desta tese. Nos valendo da analogia dos frutos, pensaremos a pesquisa (construção da tese) como uma árvore que está enraizada em solo fértil (programa de pós-graduação em psicologia da UFRRJ), regada (motivação pela causa), adubada (reflexões teóricas) e limpa (aperfeiçoamento) diariamente ao longo destes quatro anos. Assim, a árvore não oferece apenas sombra, oferece também frutos que esperamos ser úteis para “saciar” e “adoçar” o contexto das políticas voltas à adolescência, principalmente para adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Nomearemos estes resultados como: Artigo 1 - Intervenções no contexto do acolhimento institucional: uma revisão integrativa; Artigo 2 - Inserção ecológica com adolescentes em acolhimento institucional; Artigo 3 - Implementação do PROSA – Programa de desenvolvimento saudável para adolescentes em acolhimento institucional.

2 - ARTIGO 1:

INTERVENÇÕES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

Resumo

As instituições de acolhimento fazem a travessia dos adolescentes de uma situação de vulnerabilidade para um programa de garantia de direitos. No entanto, muito tempo de institucionalização combinado com suas histórias prévias podem causar sérios comprometimentos. A partir disso, a presente pesquisa foi norteada pela dúvida de quais temas são discutidos em programas de intervenção no contexto do acolhimento institucional e como se dão suas aplicações. Buscou-se realizar uma revisão integrativa nas bases de dados digitais previamente escolhidas. Ao todo foram identificados 749 artigos e, seguindo os critérios de inclusão e exclusão, foram analisados 9 artigos ao final. A fim de favorecer a interpretação dos resultados, foram criadas três categorias: 1. Desenvolvimento de competências da equipe técnica; 2. Fortalecimento dos adolescentes em suas capacidades para superação das vulnerabilidades no período de acolhimento institucional; e 3. Relações insatisfatórias e rompimento nos vínculos. Por meio dos dados obtidos, pode-se afirmar

¹ O conteúdo deste artigo foi publicado na Revista *Peer Review* no ano de 2024. O artigo pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/2122>.

que intervenções neste contexto precisam considerar as necessidades dos adolescentes, de modo que é essencial pensar nas competências dos profissionais que atendem tal público.

Palavras-chave: Adolescência, Acolhimento Institucional, Programas, Desenvolvimento Saudável.

Abstract

Host institutions take teenagers from a situation of vulnerability to a program that guarantees their rights. However, a long time of institutionalization combined with their previous histories can cause serious impairments. From this, the present research was guided by the question of which themes are discussed in intervention programs in the context of institutional care and how they are applied. We sought to carry out an integrative review of the previously chosen digital databases. In total, 749 articles were identified and, following the inclusion and exclusion criteria, 9 articles were analyzed in the end. In order to favor the interpretation of the results, three categories were created: 1. Development of skills of the technical team; 2. Strengthening adolescents in their abilities to overcome vulnerabilities during the period of institutional care; and 3. Unsatisfactory relationships and broken ties. Through the data obtained, it can be stated that interventions in this context need to consider the needs of adolescents, so it is essential to think about the skills of professionals who serve this population.

Keywords: Adolescence, Institutional Sheltering, Intervention, Healthy development.

2.1 Introdução

Em 2022, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) completou 32 anos de vigência, reafirmando-se como uma das legislações mais avançadas do mundo na defesa de direitos fundamentais de crianças e adolescentes (MPRJ, 2022). Observa-se nos dias atuais que o desafio na implementação das normativas que estruturam essa lei perduram. Muitas são as questões que envolvem as dificuldades na execução do ECA, principalmente por necessitar de um envolvimento de trabalho em rede entre as instâncias governamentais e não governamentais.

Esta pesquisa trata, especialmente, sobre a adolescência, uma etapa da vida que se destaca como uma fase instável e sensível diante dos impasses das novas tarefas do desenvolvimento (Bizinoto, 2015), mas também como uma fase imprescindível na constituição do ser humano, pois possibilita os primeiros encontros mais conscientes na formação do processo identitário. Para esse processo ocorrer, independentemente do contexto (família, instituição ou escola), as diversas influências e eventos de vida na adolescência podem configurar-se como risco ou proteção (Poletto; Koller, 2008).

As instituições de acolhimento possibilitam a travessia dos adolescentes de uma situação de vulnerabilidade para um lugar onde se prevê a garantia de direitos, e a rede de apoio em torno deste contexto pode gerar sentimentos de segurança e confiança nas

crianças e nos adolescentes, sendo este um fator de proteção ao seu desenvolvimento (Bernardi, 2010; Peixoto; Gonçalves; Rozário, 2019). Todavia, mesmo com a instituição cumprindo seu papel protetivo, a provisoriedade do acolhimento institucional e a garantia da convivência familiar são ideais a serem alcançados (Rosa *et al.*, 2016).

Por isso, espera-se que seja assegurado o que prevê o ECA, de modo que crianças e adolescentes que necessitem da referida proteção sejam acolhidos, recebam as reparações pertinentes ao seu caso e logo retornem para seu contexto familiar nuclear ou extenso, ou para o sistema de adoção (Brasil, 1990). Compreendendo o acolhimento como uma passagem breve e protetiva, a pesquisa aqui desenvolvida se move em direção a pensar quais intervenções são necessárias para promover também uma passagem segura e saudável.

2.2 Método

O presente estudo refere-se a uma Revisão Integrativa da Literatura com o objetivo de responder a seguinte questão norteadora: “Quais temas são discutidos em programas de intervenção no contexto do acolhimento institucional e como é a sua aplicação” o as suas aplicações?”. Esse levantamento compõe o estudo preparatório da pesquisa de doutorado da autora, intitulado “Promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos institucionalmente”, referindo-se à primeira parte do modelo lógico da pesquisa.

Para realização da revisão foram feitas buscas nas bases de dados: Scielo, CAPES, LILACS e PubMed, no primeiro semestre de 2022. Foram realizadas combinações com as seguintes palavras-chaves: adolescência; acolhimento institucional; programas; desenvolvimento saudável; adolescence; institutional sheltering; intervertion; healthy development. Os critérios de inclusão e exclusão dos artigos selecionados foram: estudos publicados nos últimos dez anos (2012-2022), que não estivessem repetidos e tratassem, mediante análise de títulos, resumos e conteúdo, da temática a qual a revisão se destina. Após concluir a seleção, os estudos foram divididos em três categorias temáticas, que subsidiaram a interpretação dos resultados.

2.3 Resultados e Discussão

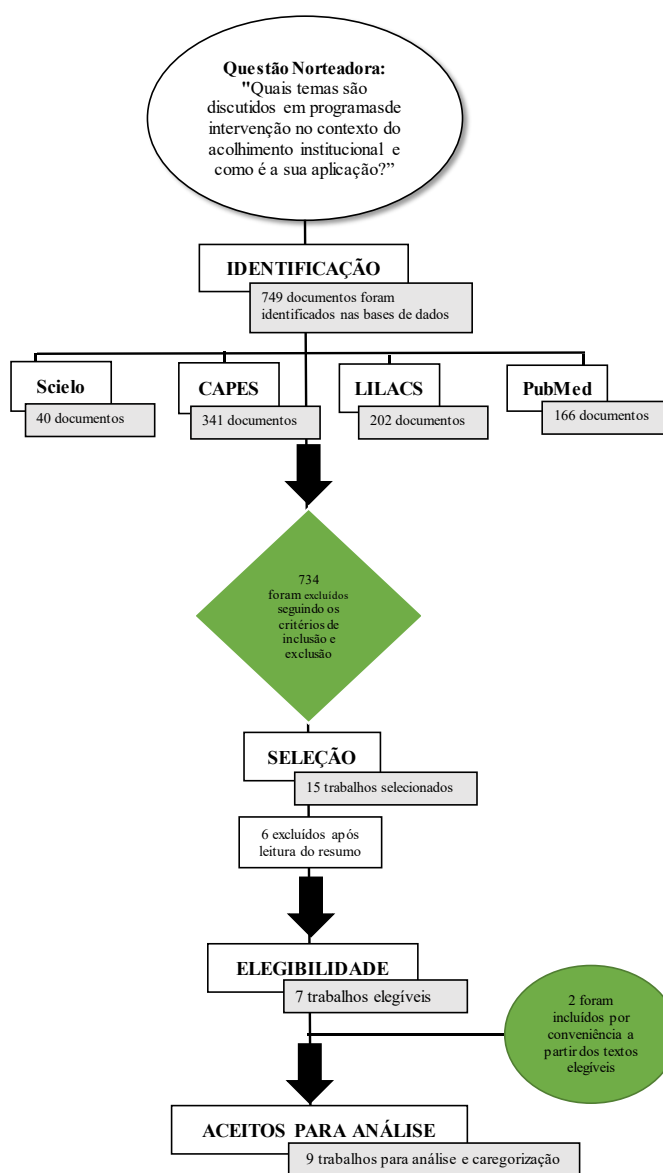
Foram encontrados na primeira busca 749 artigos, dos quais foram excluídos 434 pelo critério de período de publicação. Seguindo os critérios de repetição e análise de

título, resumo e conteúdo, foram excluídos mais 308 artigos, totalizando, assim, a seleção de sete trabalhos para serem analisados e categorizados.

Durante a pesquisa, contrariando a expectativa de que todos os textos respondessem a questão norteadora, percebeu-se que a maioria dos estudos selecionados na revisão compunham estudos exploratórios e não estudos a respeito da intervenção dentro do acolhimento institucional. Os que mais se aproximaram do esperado foram apenas dois, sendo que um deles destaca programas de intervenção a partir de sua revisão bibliográfica.

Após todo o processo descrito, optou-se por acrescentar mais dois artigos por conveniência. Isso porque, apesar de não terem aparecido na revisão, tratam de programas no contexto pesquisado e podem acrescentar informações à pesquisa. Assim, a revisão foi concluída com nove artigos selecionados para análise e categorização, sendo que apenas três destacam programas de intervenção e, destes, apenas um ocorria no contexto brasileiro, revelando, dessa forma, escassez de estudos abordando o tema e um alerta de urgência para o desenvolvimento de trabalhos na área.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA



Fonte: Elaborado para a própria pesquisa.

Para compor a análise, foi realizada, a partir da leitura integral dos textos selecionados, uma análise de conteúdo segundo Bardin (1977). Organizamos esta análise conectando tópicos em comum que retomassem a nossa questão de pesquisa, agrupando-os nas seguintes categorias: 1. Desenvolvimento de competências da equipe técnica; 2. Fortalecimento dos adolescentes em suas capacidades para superação das vulnerabilidades no período de acolhimento institucional; e 3. Relações insatisfatórias e rompimento dos vínculos. Serão discutidas, portanto, as possibilidades de intervenções no contexto do acolhimento institucional, por meio da interpretação dos dados adquiridos. O quadro a seguir apresenta com mais detalhes os estudos da revisão:

QUADRO 1 – CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS DA REVISÃO

Autores/ano	País	Título	Objetivo do estudo	Amostra estudada	Delineamento
Scott <i>et al.</i> (2017)	Brasil	Acolhimento institucional: descrevendo a prática do psicólogo e a sua atuação	Investigar a atuação do psicólogo no contexto do acolhimento institucional nas três cidades integrantes do estudo: Natal (RN), Brasília (DF) e Santa Maria (RS)	3 psicólogas atuantes em instituições de acolhimento	Pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa
Zappe e Dell'Aglío (2016)	Brasil	Comportamentos de risco em adolescentes que vivem em diferentes contextos: Família e institucionalização	Investigar a adoção de comportamentos de risco (uso de substâncias psicoativas, comportamento sexual de risco, comportamento antissocial e comportamento suicida) e a presença de fatores de risco e proteção, pessoais e contextuais, em adolescentes que vivem em diferentes contextos: família, acolhimento institucional e instituições para cumprimento de medidas socioeducativas	O estudo envolveu 942 adolescentes entre 11 e 19 anos ($m = 15.39$, $dp = 1.65$), de ambos os sexos (53.6% meninas e 46.4% meninos), que viviam com a família, em instituição de proteção ou em instituição para cumprimento de medidas socioeducativas	Análise estatística descritiva dos comportamentos de risco e das análises de correlação de Spearman entre os tipos de comportamento de risco e idade, considerando os diferentes grupos
Fernandes e Monteiro (2017)	Brasil	Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional	Realizar um levantamento de indicadores de comportamentos pró-sociais de adolescentes acolhidos, considerando sexo, tempo de acolhimento (até dois anos e mais de dois anos) e faixas etárias (11-14 anos e 15-18 anos).	61 adolescentes (11 a 18 anos; 34 meninas e 27 meninos), que viviam em instituições de acolhimento	Levantamento de indicadores de comportamentos pró-sociais, foi utilizada a Escala de Medida de Pró-Socialidade (EMPA)

Zappe <i>et al.</i> (2013)	Brasil	Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos	Investigar as expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos institucionais (escola, instituição de acolhimento e unidade de execução de medida socioeducativa).	Banco de dados da pesquisa “Adolescência em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização”, que envolveu 945 adolescentes com idades entre 14 e 19 anos, de ambos os sexos, divididos em três grupos: adolescentes que viviam com a família e estudavam em escolas públicas; que estavam em acolhimento institucional; e que estavam cumprindo medida socioeducativa	O estudo utilizou o Questionário da Juventude Brasileira (Fase II), com 47 questões adaptadas para adolescentes em instituições socioeducativas
Lopes <i>et al.</i> (2016)	Brasil	Liga de cores: relatos sobre direito à história da criança no contexto do acolhimento institucional	Apresentar a atividade de extensão Projeto Liga de Cores	Atendimento de um grupo de 20 crianças	Relato de experiência
Brito <i>et al.</i> (2014)	Brasil	O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento	Investigar a visão dos integrantes das equipes técnicas de seis instituições de acolhimento de um município do Espírito Santo acerca do processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes	12 integrantes das equipes técnicas das instituições de acolhimento	Inserção Ecológica e Grupo focal
Nesmith e Christophersen (2014)	EUA	Smoothing the transition to adulthood: Creating ongoing supportive relationships among foster youth	Este estudo avaliou um modelo para jovens mais velhos em lares adotivos que integra o empoderamento dos jovens, a prática informada sobre traumas e enfatiza os relacionamentos.	Adolescentes de 14 a 19 anos que estavam atualmente sob cuidados em uma das duas agências de acolhimento	Estudo Longitudinal. Entrevistas pessoais com os jovens adotivos. Cada jovem foi entrevistado duas vezes, com aproximadamente 9 a 11 meses de intervalo. As entrevistas incluíram duas escalas de autorrelato que foram desenvolvidas para o estudo, a Avaliação de Competências de

					Relacionamento e a Avaliação de Relacionamento com Jovens de Qualidade
Perez <i>et al.</i> (2018)	Brasil	Transição entre o acolhimento e a vida adulta: uma revisão sistemática sobre intervenções	Mapear a produção científica dos últimos dez anos no que se refere a programas de intervenção para favorecer o processo de emancipação de adolescentes que deixam o sistema de proteção por motivo de maioridade	20 artigos indexados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed, PsycINFO, Pro-Quest Psychology Journals e Web of Science	Revisão sistemática da literatura
Goyette <i>et al.</i> (2016)	Canadá	Youth empowerment and engagement: an analysis of support practices in the youth protection system in Québec	Implementar e avaliar estratégias de trabalho em grupo para jovens em acolhimento na transição para a vida adulta	Jovens que participaram do programa (n = 31) e todos os facilitadores	Implementação de dois programas: Moving On e Friendship Group

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

Segundo Scott, Oliveira e Siqueira (2017) pontuam em sua pesquisa, a atuação do psicólogo na instituição de acolhimento, bem como de toda a equipe técnica, tem se centrado no atendimento individual e em grupo, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, no treinamento e capacitação de funcionários e na articulação com o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Esse dado esteve presente na fala dos técnicos que os autores entrevistaram em sua pesquisa exploratória e se aproxima, felizmente, das orientações dispostas no Plano Individual de Atendimento (PIA) — um instrumento que norteia as ações da instituição de acolhimento para viabilizar a proteção integral (Brasil, 2009). Corroborando esta ideia, a pesquisa de Brito, Rosa e Trindade (2014) indica que a credibilidade e o envolvimento dos técnicos nos

processos de reinserção familiar auxiliam no enfrentamento das dificuldades concernentes a este processo. A partir disso, pode-se considerar que as ações baseadas nos manuais disponíveis como o ECA, o PIA e a Resolução Conjunta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por exemplo, podem favorecer aos profissionais que compõem a equipe técnica o desenvolvimento de competências para sua atuação.

Entende-se por competências as combinações de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho profissional em determinado contexto (Carbone *et al.*, 2005; Freitas; Brandão, 2005). Dessa forma, vale pensar nas competências da equipe técnica no atendimento não apenas de crianças e adolescentes, mas de toda a instituição. Neste ponto, destacamos a importância de se compreender o contexto do acolhimento institucional a qual esta pesquisa vem se propondo.

Ao entrevistar psicólogos que trabalham no serviço de acolhimento institucional, Scott, Oliveira e Siqueira (2017) destacaram uma fala pertinente de uma das participantes, que cabe ser reforçada nesta seção, na qual ela declara que se considera como a psicóloga da instituição como um todo. Tal colocação se aproxima do disposto na resolução conjunta sobre as principais atividades da equipe técnica no tocante à capacitação e ao acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários e ao apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores (Brasil, 2009).

O trabalho executado pelas equipes técnicas elucida uma série de prejuízos quando não alcançam os procedimentos que gostariam, tais como visitas domiciliares e contato frequente com a família (Scott; Oliveira; Siqueira, 2017). Segundo os autores, o tempo escasso também é um fator prejudicial para as relações estabelecidas entre cuidadores e crianças/adolescentes (processos proximais).

Além disso, a falta de articulação entre os diferentes atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos aponta para um prejuízo nas competências e habilidades profissionais e, por consequência, prejudica a qualidade do serviço prestado às crianças, adolescentes e suas famílias (Scott; Oliveira; Siqueira, 2017).

Assim, entende-se que apresentar uma lista genérica de competências não seja o principal objetivo deste ponto. No entanto, com o que foi discutido até aqui, é possível afirmar que as competências são necessárias para o contexto do acolhimento institucional considerando as particularidades da instituição, sua cultura, estrutura e estratégia, para definir um rol de competências contextualizado e adequado às necessidades específicas (Brandão; Bahry, 2005).

No Brasil, é crescente o número de pesquisadores que têm se dedicado a estudar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, principalmente no campo da Psicologia, por se considerar que um prolongado tempo de institucionalização pode trazer sérios comprometimentos ao desenvolvimento da criança e do adolescente (Bellamy, 2008; Shechory; Sommerfield, 2007).

Com o que foi apresentado até esta seção, compreende-se que mais publicações científicas nessa área são necessárias, especialmente no Brasil, para embasar intervenções que promovam a qualidade de vida e a resiliência de crianças e adolescentes acolhidos (Cassarino-Perez *et al.*, 2018).

Tal colocação corrobora com um dos artigos encontrados na revisão, cujo tema se refere a uma revisão sistemática de intervenções no acolhimento institucional de adolescentes em transição para a vida adulta. Neste estudo, a amostra esteve composta apenas de artigos internacionais, revelando a possível escassez de estudos sobre essa temática no Brasil (Cassarino-Perez *et al.*, 2018). Os autores completam, ainda, que as intervenções necessitam dialogar com o que revelam os documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n. 8.069, 1990), o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – (PNCFC), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) (2006) — e as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA; CNAS, 2009).

O estudo de Fernandes e Monteiro (2017) traz uma contribuição quanto ao processo da adolescência, destacando que as interações das vivências no contexto do acolhimento institucional podem ser fatores importantes frente ao desenvolvimento de problemas e recursos positivos de jovens institucionalizados. A vivência em instituições de acolhimento aproxima crianças e adultos, o que pode favorecer comportamentos de afeto e ajuda e, neste caso, a instituição de acolhimento pode se apresentar como um contexto de proteção ao desenvolvimento saudável deste adolescente ou um contexto que amplia o risco (Cavalcante; Costa; Magalhães, 2012; Santos, 2020).

Vale mencionar também que o desenvolvimento de jovens institucionalizados é potencialmente diferente do desenvolvimento de jovens não institucionalizados. Zappe e Dell’Aglia (2016) apontam que, antes da institucionalização, os adolescentes acolhidos passam pela presença de riscos e violações de direitos e durante a medida de proteção

deve-se oferecer aos adolescentes oportunidades para superar as condições de exclusão e vulnerabilidade vivenciadas. Além disso, considera-se que adolescentes acolhidos exibem aspectos pessoais que também desfavorecem o desenvolvimento saudável, como a autoestima e as expectativas quanto ao futuro mais baixas (Cassarino-Perez *et al.*, 2018).

A adoção de comportamentos de risco é maior entre os adolescentes institucionalizados do que entre os adolescentes que viviam com suas famílias (Zappe; Dell’Aglia, 2016). Considera-se comportamentos de risco a participação em atividades potencialmente capazes de comprometer a saúde física e mental (Feijo; Oliveira, 2001) e, durante a adolescência, podem estar relacionados com a intensa exploração e descoberta de múltiplas oportunidades que caracterizam esse período.

Adolescentes mais seguros têm relações fortes e estáveis com cuidadores que encorajam seus esforços para adquirir independência e constituem um porto seguro nos momentos de tensão emocional (Laursen *apud* Papalia; Feldman, 2010). No caso de adolescentes em acolhimento institucional, espera-se que a instituição promova estas relações de cuidado e seja um contexto de reparação dos riscos, proporcionando que estes adolescentes saiam da instituição mais fortalecidos e em condições de dar continuidade a um desenvolvimento saudável (Santos, 2020; Zappe; Dell’Aglia, 2016).

Cassarino-Perez *et al.* (2018) trazem uma reflexão importante sobre a problemática do desenvolvimento de adolescentes acolhidos, uma vez que estes viveram em contextos desfavoráveis antes da institucionalização e ainda terão que superar os efeitos adversos da própria vivência institucional. Nesse sentido, o acolhimento deve atendê-los em todas as suas necessidades para a promoção do desenvolvimento saudável (Brasil, 1990, 2009; UNICEF, 1948).

Alguns estudos apontam dificuldades na efetivação das ações previstas legalmente, especialmente quando envolvem a institucionalização de crianças e adolescentes (Gonçalves; Garcia, 2007; Siqueira; Massignan; Dell’Aglia, 2011; Vasconcelos; Yunes; Garcia, 2009). Dessa forma, compreende-se o quanto é desafiador para as instituições de proteção assumirem a tarefa de reconstruir os laços de sociabilidade rompidos parcial ou totalmente, promovendo a cidadania de crianças e adolescentes (Gonçalves; Garcia, 2007).

É necessário investir no contexto do acolhimento institucional com vistas a garantir a execução das políticas e o seguimento das orientações de trabalho para uma promoção de saúde. Cassarino-Perez *et al.* (2018), ao revisarem intervenções para jovens acolhidos, destacam alguns aspectos essenciais no processo de acolhimento e pós-

-acolhimento: favorecimento de relações com adultos de referência; rede de apoio; suporte socioemocional e satisfação com o relacionamento com educadores ou mães sociais. Adicionalmente, as intervenções encontradas na pesquisa dos autores constatam que a maioria dos programas discutem os temas da educação (escolarização), da preparação para o mercado de trabalho e do treinamento de habilidades básicas para a vida independente (encontrar um local para morar, fazer compras, administrar dinheiro, pagar contas, localizar-se e usar meios de transporte, cozinhar etc.).

De forma a exemplificar, Goyette *et al.* (2016) propõem uma intervenção sobre empoderamento e engajamento da juventude para os jovens no sistema de proteção em Quebec (Canadá). Os autores escolheram trabalhar com dois modelos de intervenção para saber qual dos programas oferece mais soluções promissoras (Se Mova! e Grupo da amizade), e a estrutura do programa se baseou em três conceitos principais: 1. Autoconsciência; 2. Capacidade de projetar o seu futuro; 3. Aprender a usar os recursos do ambiente/local. Os conteúdos a serem colocados nos programas como objetivos de intervenção, tal como estes citados, podem contribuir para a superação de dificuldades que extrapolam aspectos práticos do cotidiano (Cassarino-Perez *et al.*, 2018).

Vale destacar que Goyette *et al.* (2016) desenvolveram programas de suporte emocional e interação interpessoal para aquisição de habilidades sociais. Cassarino-Perez *et al.* (2018) constaram que é importante que o conteúdo das intervenções inclua o treinamento em habilidades para a vida, aliado ao acompanhamento socioemocional e à inserção comunitária com o método participativo, no qual os jovens têm papel central nas tomadas de decisões.

Segundo Horochovski e Meirelles (2007), a eficácia dos programas estará garantida quando adolescentes e jovens forem considerados agentes capazes de decidir sobre as questões que lhes dizem respeito. E o formato da intervenção precisa adaptar-se ao contexto e às necessidades dos participantes (Cassarino-Perez *et al.*, 2018). Uma participação ativa garante o respeito às diferenças individuais e contextuais. Esta ideia corrobora com o que Lopes *et al.* (2016) pontuam em seu estudo sobre História de Vida: o acolhimento precisa fazer circular no espaço institucional a história de vida da criança e não delimitar sua identidade em meros dados psicossociais em prontuários.

Alguns dos artigos encontrados nesta revisão apontaram para uma discussão sobre os efeitos da institucionalização, especialmente no que se refere ao pouco estímulo da convivência familiar. Segundo os estudos de Zappe e Dell'Aglio (2016), adolescentes em

acolhimento institucional percebem de forma mais negativa a relação com a família e vivenciaram mais violência intrafamiliar em comparação a adolescentes que vivem com suas famílias. Tais resultados se relacionam com aspectos do desenvolvimento anteriores à institucionalização, pois adolescentes são acolhidos justamente por vivenciarem situações de risco e vulnerabilidade, como negligência e abandono.

A família ocupa papel central no microssistema de desenvolvimento humano à medida que exerce funções primordiais que envolvem aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Para superar as vulnerabilidades presentes também no contexto do acolhimento, a convivência familiar saudável pode promover um desenvolvimento positivo na adolescência e oferecer uma intervenção qualificada em situações como estas (Zappe; Dell’Aglío, 2016).

Lopes *et al.* (2016), ao estudarem sobre história de vida de crianças acolhidas, propõem uma intervenção denominada Liga de Cores, dando espaço para que a narrativa das crianças sobre sua própria história de vida seja contada por eles mesmos. Ficou evidente, portanto, que o modo enrijecido de funcionar em muitas instituições acabava gerando sintomas institucionais para crianças e profissionais. Os autores pontuam que tais sintomas seriam a agitação e a apatia das crianças, reagindo à privação com agressividade. Os educadores sentem-se cansados, indagando-se até que ponto podem cumprir os deveres da família, e os profissionais da área técnica carecem de arcabouço teórico e técnico para orientar educadores em seu trabalho (Lopes *et al.* 2016).

Alguns estudos já evidenciaram que o rompimento ou a descontinuidade de vínculos são efeitos do processo de institucionalização (Abaid, Dell’Aglío; Koller, 2010; Álvares; Lobato, 2013). Este fato pode estar relacionado com as vivências prévias à institucionalização que, como já mencionadas aqui, se referem à presença de violência intrafamiliar (Zappe; Dell’Aglío, 2016).

Brito, Rosa e Trindade (2014), ao citarem um compilado de autores, destacam que as maiores dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes às suas famílias de origem são: precárias condições socioeconômicas; fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar, agravadas pelo elevado tempo de institucionalização; uso de substâncias psicoativas pelos responsáveis das crianças e dos adolescentes; falta de planejamento e acompanhamento das visitas periódicas das crianças e dos adolescentes institucionalizados às famílias ou das famílias à instituição de acolhimento pelas equipes técnicas, além da ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à

reestruturação financeira das famílias.

Vale reforçar o quanto o desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos é uma tarefa complexa, uma vez que crianças ou adolescentes que foram colocados em acolhimento sofreram algum trauma, devido aos eventos que levaram à experiência de serem afastados de sua família (Nesmith; Christophersen, 2014). Esta separação pode dificultá-los em suas capacidades de formar relacionamentos de confiança no futuro. Logo, um dos efeitos nocivos pode ser a incapacidade de manter redes de apoio suficientes para substituir aquelas que foram perdidas (Perry, 2006).

Nesmith e Christophersen (2014), ao estudarem sobre a transição de adolescentes acolhidos para a vida adulta, construíram um modelo chamado de Criando Relacionamentos Contínuos Efetivamente (CORE). É um programa de acolhimento projetado para atender às necessidades socioemocionais dos jovens mais velhos em acolhimento que estão perto da transição para a idade adulta. A partir dessa intervenção, os autores concluem que o empoderamento juvenil é a base do programa, uma vez que a teoria do empoderamento sugere que os jovens precisam ter um papel integral no processo de tomada de decisão. Isto fica elucidado quando trazem como exemplo a fala de um dos jovens, que diz "Quero uma conexão ao longo da vida com alguém". Tal colocação exemplifica os resultados dos autores no que se refere ao forte interesse dos adolescentes em desenvolverem relações com adultos de apoio.

Um reconhecimento a partir das normativas nacionais e internacionais é de que a família, baseada na intimidade, na afetividade e nas relações intergeracionais, é o principal e mais adequado ambiente para o desenvolvimento humano (Brasil, 1990, 2009; UNICEF, 1948). Nesse sentido, promover articulação com a rede socioassistencial e jurídica e aplicar o princípio da brevidade do acolhimento são os grandes desafios a serem vencidos pelas equipes técnicas para promover com mais eficiência a reinserção familiar (Brito, Rosa; Trindade, 2014).

2.4 Conclusão

O enfoque da vulnerabilidade social na adolescência está estritamente ligado à demanda de proteção desta população, se forem consideradas suas singularidades e sua condição peculiar de desenvolvimento. Tendo em conta a possibilidade de que adolescentes institucionalizados podem ter suas necessidades de vínculo, afeto, autonomia e segurança frustradas, as competências dos profissionais que atendem este público necessitam destacar ações como: expressão de afeto, possibilitando a percepção de vínculo seguro; disponibilidade; estabelecimento de confiança e compreensão, mostrando ao adolescente que ele tem alguém com quem pode contar; demonstração de estabilidade emocional; estímulo à autonomia e à autoconfiança do adolescente e auxílio no enfrentamento de situações problemáticas, promovendo resiliência e preservação do adolescente a respeito de preocupações excessivas. Além disso, a equipe deve assegurar que haja planejamento, a fim de que as visitas periódicas das crianças e adolescentes a seus familiares aconteçam, de modo a evitar a perda do vínculo familiar, considerando a família como tendo papel central no desenvolvimento saudável.

Assim, entende-se que apresentar uma lista genérica de competências não seja o principal objetivo. No entanto, com o que foi discutido até aqui, é possível afirmar que as competências são necessárias para o contexto do acolhimento institucional, considerando-se as particularidades da instituição — cultura, estrutura e estratégia — para definir um rol de competências contextualizado e adequado às necessidades específicas.

2.5 Referências

- ABAID, Josiane Lieberknecht Wather; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena. Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. *Universitas Psychologica*, v. 9, n. 1, p. 199–212, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-92672010000100016>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- ÁLVARES, Amanda de Melo; LOBATO, Gledson Régis. Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 1, p. 151–164, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLAMY, Jennifer. Behavioral problems following reunification of children in long-term foster care. **Children and Youth Services Review**, v. 30, n. 2, p. 216–228, 2008. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0190740907001673>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BERNARDI, Dayse. **Cada caso é um caso**: estudos de caso, projetos de atendimento. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

BIZINOTO, Jessica Ferrucci Suzuki. **O modelo alemão da terapia do esquema**: conceituação, técnicas e aplicação clínica na psicoterapia infantil. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BRANDÃO, Hugo Pena; BAHRY, Carla Patricia. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 179–194, 2005. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/224>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRITO, Carolina Oliveira; ROSA, Edinete Maria; TRINDADE, Zeidi Araújo. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 401–413, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200012>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CARBONE, Pedro Paulo; BRANDÃO, Hugo Pena; LEITE, João Batista Diniz; VILHENA, Rosa Maria de Paula. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CASSARINO-PEREZ, Luciana; CÓRDOVA, Vitória Ermel; MONTSEERAT, Carme; SARRIERA, Jorge Castella. Transição entre o acolhimento e a vida adulta: uma revisão sistemática sobre intervenções. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 1665–1681, 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v26n3/v26n3a19.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; COSTA, Lígia Negrão; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Caretaking behavior among siblings in children's shelters. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 1, p. 165–173, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/4hBh7nDJmdGwGzJ9HN4YSYR/?lang=en>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

FEIJÓ, Ricardo Becker; OLIVEIRA, Ércio Amaro de. Comportamento de risco na adolescência. **Jornal de Pediatria**, v. 77, n. 2, p. 125–134, 2001. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54698/000386001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 set. 2022.

FERNANDES, Amanda Oliveira; MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de Oliveira. Comportamentos pró-sociais de adolescentes em acolhimento institucional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/P8fRHgRgZfJdX6jTWh6LRt/>>. Acesso em: 14 out. 2022.

FREITAS, Isa Aparecida de; BRANDÃO, Hugo Pena. Trilhas de aprendizagem como estratégia para desenvolvimento de competências. In: **XXIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração**. Brasília: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2005, p. 1–16.

GONÇALVES, Hebe Signorini; GARCÍA, Joana Mosteiro. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 3, p. 538–553, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/x9yVSJrVWkQJCHGKYMSpZ4t/>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GOYETTE, Jean-Olivier; BENNETT, Elena; HOWARTH, Robert; MARANGER, Roxane. Changes in anthropogenic nitrogen and phosphorus inputs to the St. Lawrence sub-basin over 110 years and impacts on riverine export. **Global Biogeochemical Cycles**, v. 30, n. 7, p. 1000–1014, 2016. Disponível em: <<https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/2016GB005384>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. *In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 2007, p. 485–506.

LOPES, Bruna Maria Rodrigues; BOESMANS, Emilie Fonteles; LOPES JÚNIOR, Antonio Dário; MONTE, Bárbara Castelo Branco; PINHEIRO, Jéssica Pascoalino; CORDEIRO, Andréa Carla Filgueiras. Liga de cores: relatos sobre direito à história da criança no contexto do acolhimento institucional. *Revista de Psicologia da UFC*, v. 7, n. 1, p. 224-231, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21219>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **Módulo Criança e Adolescente**. Disponível em: <<https://mca.mp.rj.gov.br/censos/32-censo>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

NESMITH, Ande; CHRISTOPHERSEN, Kaitlin. Smoothing the transition to adulthood: creating ongoing supportive relationships among foster youth. *Children and Youth Services Review*, v. 37, p. 1–8, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740913003848>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PAPALIA, Diane; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PEIXOTO, Ana Cláudia de Azevedo; GONÇALVES, Silvia Maria Melo; ROSÁRIO, Gian Fonseca. Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados. *In: DE-FARIAS, Ana Karina (Org.). Ciências da saúde: o trabalho de equipes multiprofissionais em diferentes contextos*. Curitiba: Juruá, 2019, p. 115–138.

PERRY, Bruce. Applying principles of neurodevelopment to clinical work with maltreated and traumatized children: the neurosequential model of therapeutics. *In: WEBB, Nancy Boyd (Org.). Working with traumatized youth in child welfare*. New York: The Guilford Press, 2006, p. 27–52.

POLETO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, v. 25, n. 3, p. 405–416, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DycNK6BKd8jJmr5rmJk8P9D/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ROSA, Edinete Maria; NASCIMENTO, Célia Regina Rangel; SANTOS, Ana Paula; MELLO, Carla Ramos da Silva; SOUZA, Mônica Rocha de. Inserção ecológica em uma instituição de acolhimento para crianças no Espírito Santo. *In*: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 95–118.

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Desenvolvimento de esquema iniciais desadaptativos em adolescentes em vulnerabilidade social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/5897>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Acolhimento institucional: descrevendo a prática do psicólogo e a sua atuação. **Barbarói**, v. 2, n. 50, p. 263–279, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/11226/7306>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SHECHORY, Mally; SOMMERFELD, Eliane. Attachment Style, Home-Leaving Age and Behavioral Problems Among Residential Care Children. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 37, n. 4, p. 361–373, 2007. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10578-007-0051-z>>. Acesso em: 4 maio 2023.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; MASSIGNAN, Lucianna Tortorelli; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. **Paidéia**, v. 21, n. 50, p. 383–391, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/DnZwzFGfyTWSHY4pGTVnBgN/?lang=pt>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

UNICEF. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

VASCONCELOS, Queila Almeida; YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. **Paidéia**, v. 19, n. 43, p. 221–229, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/yBrvptwxYKGTyCpFDyxVz3r/?lang=pt#>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

em: 15 jul. 2022.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Risco e proteção no desenvolvimento de adolescentes que vivem em diferentes contextos: família e institucionalização. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 25, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/c6fc/d17d0b753dea0d8f346d6da97d0ff274a62d.pdf>>.

Acesso em: 12 mar. 2022.

3 – ARTIGO 2:

INSERÇÃO ECOLÓGICA COM ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL²

Resumo

O objetivo da pesquisa foi examinar o desenvolvimento de adolescentes no contexto de acolhimento institucional. A pesquisa se propôs a estudar este contexto participando ativamente desta realidade social e utilizando-se de um plano metodológico quanti-qualitativo, com o uso da Inserção Ecológica. Participaram da pesquisa três instituições de acolhimento, totalizando 36 pessoas, entre elas 20 adolescentes e 16 profissionais. A pesquisa utilizou-se de entrevistas semiestruturadas para cada grupo de participantes e um Questionário de Esquemas de Young para Adolescentes (B-YSQ-A). As respostas das entrevistas foram organizadas em categorias temáticas: 1- Desenvolvimento de competências da equipe técnica da instituição de acolhimento, 2- Fortalecimento dos adolescentes em suas capacidades para superação das vulnerabilidades no período de acolhimento institucional, 3- Relações insatisfatórias e rompimento nos vínculos. Além disso, foram associadas aos resultados do B-YSQ-A, que destacou, em termos de média, os esquemas desadaptativos de abandono, negativismo/pessimismo, autossacrifício, desconfiança/abuso e inibição emocional como os mais prevalentes. Os resultados apontaram que adolescentes em acolhimento frequentemente enfrentam desafios significativos relacionados a seus esquemas, influenciados por experiências adversas e pela dinâmica institucional. Assim, as relações neste contexto baseadas em práticas institucionais que ofereçam impacto positivo a este grupo favorecem o desenvolvimento saudável dos adolescentes. Conclui-se que a inserção ecológica possibilitou uma análise mais profunda destas relações e que o suporte integral, integrado e contínuo se dá mediante o desenvolvimento de competências dos profissionais e o fortalecimento das capacidades dos adolescentes.

Palavras-chave: Inserção Ecológica, Adolescência, Acolhimento Institucional, Esquemas Desadaptativos.

Abstract

The aim of the research was to examine the development of adolescents in the context of institutional care. The research set out to study this context by actively participating in this social reality, using a quantitative-qualitative methodological plan with the use of Ecological Insertion. A total of 36 people took part in the research, including 20 adolescents and 16 professionals. The research used semi-structured interviews for each group of participants and a Young's Schema Questionnaire for Adolescents (B-YSQ-A). The answers from the interviews

² Este artigo foi submetido à Psicologia Clínica: Revista associada ao Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

were organized into thematic categories: 1- Developing the skills of the technical team at the foster care institution, 2- Strengthening adolescents in their abilities to overcome vulnerabilities during the period of institutional foster care, 3- Unsatisfactory relationships and broken bonds. And associated with the results of the B-YSQ-A which highlighted, in terms of average, the maladaptive schemes of abandonment, negativism/pessimism, self-sacrifice, distrust/abuse and emotional inhibition as the most prevalent. The results showed that adolescents in foster care often face significant challenges related to their schemas, influenced by adverse experiences and institutional dynamics. Thus, relationships in this context based on institutional practices that have a positive impact on this group favor the healthy development of adolescents. The conclusion is that ecological insertion has enabled a deeper analysis of these relationships and that comprehensive, integrated and continuous support is provided through the development of professionals' skills and the strengthening of adolescents' capacities.

Keywords: Ecological Insertion, Adolescence, Institutional Foster Care, Maladaptive Schemas.

3.1 Introdução

A adolescência é amplamente reconhecida como uma fase do desenvolvimento humano com características específicas. Desde os tempos antigos, esse período tem sido visto como complexo, de difícil compreensão e frequentemente associado a desafios e problemas (Neufeld *et al.*, 2017). A adolescência se destaca por ser uma etapa marcada por instabilidade e sensibilidade, à medida que o indivíduo enfrenta as novas tarefas do desenvolvimento. Esse momento da vida é permeado por transformações físicas, neuroquímicas, cognitivas, emocionais e comportamentais, que são necessárias para lidar com as demandas do ambiente, como o aumento da interação social com os pares, a maior consciência de si mesmo, o aprimoramento de habilidades e competências, e a construção da própria identidade (Bizinoto, 2015; Macedo, Petersen; Koller, 2017).

Esta pesquisa parte da ideia de adolescência descrita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que a refere como um processo biológico e de vivências orgânicas, no qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, abrangendo a pré-adolescência (entre 10 e 14 anos) e a adolescência (dos 15 aos 19 anos). Segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) (Brasil, 1990), adolescência é a fase entre os 12 aos 18 anos. O documento também reconhece que adolescentes têm direitos especiais, em razão de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, a quem os governos, as famílias e a sociedade em geral devem tratar como prioridade absoluta.

É posto que a família, a sociedade e o Estado assegurem seus direitos fundamentais, bem como proteção e segurança necessárias para melhor desenvolverem-se (Brasil, 1990). Por se tratar de uma fase de importantes desafios e exigências, a adolescência corresponde também à

ampliação das possibilidades de situações de risco, — tais como o consumo de drogas, a sexualidade e a violência (Rocha, 2007; Paim; Rosa, 2016).

Em 2022, o Sistema Nacional de Adoção (SNA) destacava que mais de 56 mil crianças estavam acolhidas, mas os adolescentes compõem a maior parte dos acolhidos (CNJ, 2022). O 32º Censo da população infantojuvenil acolhida no estado do Rio de Janeiro evidenciou que mais de 43% estavam na faixa etária da adolescência (MPRJ, 2023). Além disso, o Módulo Criança Adolescente também disponibilizou dados sobre cor/raça dos acolhidos e destacou que mais de 80% eram da raça negra, considerando pretos e pardos.

Os principais motivos do acolhimento da população infantojuvenil tem sido: 1. Negligência (41%); 2. Abandono pelos pais ou responsáveis (36%); 3. Abusos físicos ou psicológicos contra a criança ou adolescente (24%) (MPRJ, 2023). Ações contra esta população, como exemplo da violência e da vulnerabilidade social, geram danos que se propagam para a vida adulta e se cristalizam na relação com o outro, pois os exemplos estão associados ao aumento de risco para desenvolvimento de comportamentos disfuncionais e doenças psiquiátricas na fase adulta (Santos, 2020).

Experiências nocivas na adolescência trazem prejuízos significativos, como o desenvolvimento de psicopatologias, entre elas: transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de humor, transtorno de ansiedade, transtornos disruptivos e transtornos de aprendizagem (Habigzang; Koller, 2011). Corroborando também a ideia de prejuízos, é possível considerar que a violência infantojuvenil afeta o sistema de formação de crenças e esquemas das vítimas, favorecendo o surgimento de um autoconceito negativo e níveis baixos de autoestima (Santos, 2018).

Rocha (2007), ao discutir sobre os condicionantes da vulnerabilidade na juventude, pontua a violência como um dos condicionantes, destacando que a sociedade está pautada por diferentes aspectos e formas da violência. Ainda, salienta que a relação entre vulnerabilidade e as expressões da violência infantojuvenil, reforçando debates acerca do desenvolvimento saudável dos adolescentes no Brasil.

O Sistema de Garantia de Direitos, que representa a estrutura da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil, é organizado por um conjunto de instituições, organizações, programas e serviços de atendimento infantojuvenil e familiar, os quais devem atuar de forma articulada e integrada com o objetivo de efetivamente implementar a Doutrina da Proteção Integral por meio da política nacional de atendimento infantojuvenil (Perez; Passone, 2010). Há uma emergência de consolidação das políticas sociais destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente hoje, pois crianças e adolescentes são o presente e não apenas o futuro do país

(Faleiros, 2005). Através do ECA as crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos (Siqueira, 2012).

Todavia, mesmo a instituição cumprindo seu papel protetivo, a provisoriedade do acolhimento institucional e a garantia da convivência familiar são ideais a serem alcançados (Paim; Rosa, 2016). No Brasil, é crescente o número de pesquisadores que têm se dedicado a estudar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, principalmente no campo da Psicologia, por se considerar que um prolongado tempo de institucionalização pode trazer sérios comprometimentos ao desenvolvimento da criança e do adolescente (Shechory; Sommerfield, 2007).

Dito isto, o objetivo da pesquisa foi examinar o desenvolvimento de adolescentes no contexto de acolhimento institucional, levantando-se questões importantes sobre o impacto desse ambiente. Além disso, buscou-se caracterizar tanto os fatores de risco quanto os fatores protetivos que influenciaram esses adolescentes, levando em consideração os aspectos do contexto ecológico de desenvolvimento — como as interações familiares, sociais e institucionais. Outro ponto central da pesquisa foi a identificação dos Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs), que são padrões emocionais e cognitivos formados em resposta a experiências adversas, moldando a forma como esses jovens percebem a si mesmos e o mundo ao redor. Assim, a pesquisa se propôs a estudar o acolhimento institucional participando ativamente desta realidade social. Não se pode cristalizar a experiência de ser adolescente ou desvinculá-la das condições sociais que a produzem enquanto manifestação singular e histórico-cultural. Afinal, todo ser humano se constitui a partir das relações afetivas, materiais e culturais que o cercam (Rodrigues; Selau, 2023).

3.2 Método

Muitos têm sido os esforços para se compreender a realidade e o comportamento humano. Estou desde 2018 pensando a partir da perspectiva dessa pesquisa junto ao Laboratório de Estudos sobre violência contra crianças e adolescentes (LEVICA), em busca da compreensão do campo do acolhimento institucional. Desta vez, o plano metodológico foi se valer de uma pesquisa quanti-qualitativa e, mesmo que se saiba que ambas possuem características próprias na coleta e na análise de dados, relacionar estes procedimentos em uma Inserção Ecológica.

Pesquisas quantitativas buscam medir e analisar relações entre variáveis, enquanto pesquisas qualitativas enfatizam os processos e significados que não são contemplados ou examinados em termos de quantidade, frequência ou intensidade (Denzin; Lincoln; Netz, 2006).

Relacionar estes dois modelos na presente pesquisa se baseia na ideia de Bucher-Maluschke (2016), que aponta que a investigação qualitativa pode ser um bom caminho para posteriores estudos quantitativos e que a Inserção Ecológica pode ser fundamental na compreensão de dados quantificáveis.

Dessa forma, a Inserção Ecológica é uma metodologia de pesquisa que, segundo Bucher-Maluschke (2016), foi reconhecida como um método que surgiu com os estudos vinculados ao grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul denominado CEP-Rua. Além disso, permite a realização de uma pesquisa no ambiente natural, possibilitando uma intervenção com interação social que contribui para a resiliência dos participantes (Ceccconelo; Koller, 2016). Ceccconelo e Koller (2016, p. 61) destacam que “é necessário assumir um compromisso ético e de proteção aos direitos dos participantes, uma vez que os pesquisadores passam a integrar o cotidiano das pessoas envolvidas”.

Esse delineamento foi realizado considerando que o método deve ser ajustado ao objeto de estudo e aos objetivos da pesquisa. Logo, o artigo não busca atribuir causalidade aos fatos descritos, mas sim propor relações descritivas e interpretativas, sugerindo direções potenciais para a compreensão do tema e do contexto investigado. As pesquisas descritivas são aquelas que têm por objetivo estudar características de um grupo e são habitualmente utilizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (Gil, 2002).

Trata-se, portanto, de um estudo que conduziu a equipe de pesquisa por meio da pergunta “como?” para obter repostas descritivas (Becker, 2007). Por exemplo: “Como são estabelecidos os relacionamentos na instituição de acolhimento?”, “Como os adolescentes percebem afeto e cuidado no contexto do acolhimento institucional?” e “Como a instituição promove o desenvolvimento saudável dos adolescentes no período de acolhimento?”.

3.2.1 Contexto da pesquisa

Participaram dessa pesquisa três instituições de acolhimento nas cidades de Mesquita, São João de Meriti e Niterói. As duas primeiras ficam localizadas no território da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro e a última na região Leste-Fluminense do Rio de Janeiro. Uma delas é específica para acolhimento de adolescentes meninas. As casas serão nomeadas ao longo do texto como casa 1, casa 2 e casa 3, respectivamente. Todas as pessoas envolvidas no contexto destas instituições participaram: adolescentes, equipe técnica, cuidadores e demais profissionais.

3.2.2 Coleta e organização dos dados

O processo de inserção ecológica se deu no campo da pesquisa, e a execução do planejamento, a partir de um panorama mais descritivo. Compuseram este plano de investigação: construção de uma equipe de pesquisa, aproximação com o campo e aplicação de instrumentos específicos. A coleta e a organização dos dados fizeram parte de um modelo lógico de pesquisa cujo objetivo está em realizar um diagnóstico do contexto por meio da Inserção Ecológica.

As instituições de acolhimento foram contatadas por intermédio da coordenação e/ou profissional da equipe técnica da instituição (assistente social ou psicóloga). O primeiro espaço a ser explorado foi a instituição, em busca de entrada no campo, apresentando a proposta da pesquisa através de reuniões previamente agendadas.

A inserção aconteceu após a anuência das instituições participantes. Focalizou-se, então, em preparar a equipe de pesquisa e planejar o processo de inserção a partir de um roteiro que pudesse operacionalizar a coleta de dados. Pensou-se em descrever de forma a orientar a equipe sobre as atividades a serem realizadas, materiais necessários, indicação de leitura e até mesmo perguntas para orientar as observações e anotações da equipe de pesquisa.

A inserção ecológica, por assim dizer, é a inserção do pesquisador no campo de pesquisa de modo que possibilite uma avaliação da interação entre as pessoas com o seu ambiente (Pontes; Silva; Magalhães, 2016). O foco está no desenvolvimento dos sujeitos a partir de elementos que o desenvolvem, como o processo proximal, os aspectos da pessoa, o contexto e o tempo.

Bucher-Maluschke (2016) apresenta alguns princípios que orientam a metodologia na inserção. Segundo a autora, o primeiro princípio é o da observação interativa, indicando que enquanto o pesquisador observa, o objeto de observação também o observa, ou seja, o pesquisador chega com seus conhecimentos prévios em busca de algo novo que deseja saber e o pesquisado também tem curiosidade sobre ele: todos serão observadores. Além deste princípio, observa-se a importância da narrativa, o processo de comunicação é notório na inserção, uma vez que o pesquisador inicia reflexões sobre os significados das palavras ditas, dos silêncios e dos gestos.

Cecconelo e Koller (2016, p. 61) destacam que é necessário assumir um compromisso ético e de proteção aos direitos dos participantes, uma vez que os pesquisadores passam a integrar o cotidiano das pessoas envolvidas. Portanto, os pesquisadores estão diante de um jogo psicossocial onde há um dinamismo constante entre ação-reflexão (Bucher-Maluschke, 2016).

3.2.3 Equipe de pesquisa e ida a campo

A constituição de uma equipe de pesquisa tornou-se fundamental, uma vez que a Inserção Ecológica é um modelo complexo e considera uma variedade de elementos, como o modelo PPTC, preconizado por Brofenbrenner (1996): a pessoa, o contexto, o processo e o tempo. Logo, desenvolver o trabalho em equipe possibilitou a divisão de responsabilidades e interpretações dos dados sob óticas diferentes a partir do modelo teórico (Pontes; Silva; Magalhães, 2016).

A equipe de pesquisa consistiu em sete estudantes de graduação em Psicologia. Houve uma seleção prévia para organizar a composição por meio de divulgação nas mídias sociais e posteriormente entrevista com os estudantes interessados. Cinco destes sete estudantes faziam parte do LEVICA/UFRRJ, uma era aluna da Universidade Estácio de Sá e outra da Universidade do Grande Rio (Unigranrio), ambas são Universidades privadas da Baixada Fluminense-RJ.

A equipe foi enriquecida com a presença de mais 6 alunos de Psicologia vinculados à Universidade LaSalle (UnilaSalle), universidade privada de Niterói. Esta aproximação se deu por meio do interesse em implementar a proposta da pesquisa também nesta região e promover um trabalho extensionista em parceria entre a referida instituição e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A equipe de pesquisa recebeu treinamento antes de ir a campo, que foi denominado “Treinamento de Pesquisa”. Os conteúdos abordados no treinamento foram relacionados ao desenvolvimento na adolescência, acolhimento institucional, terapia do esquema, teoria bioecológica e aplicação dos instrumentos. O treinamento ocorreu em um encontro inicial de 4 horas para preparar os participantes e em encontros de supervisão ao longo da inserção para orientação contínua, tidos como pontos de discussão os princípios de observação interativa/narrativa, através dos diários de campo para garantir uma compreensão profunda e reflexiva das práticas observadas.

No decorrer da pesquisa, realizamos encontros semanais por meio da plataforma de videochamadas do *Google*. A duração dos encontros era de 1h30 a 2h e eles funcionavam como um espaço de supervisão das atividades, uma possibilidade de o grupo compartilhar seus relatos, verificar a coleta de dados e gerenciar aspectos operacionais, como disponibilidade da equipe e divisão das tarefas. Por meio destes encontros, foi possível avaliar e discutir o andamento da pesquisa. No entanto, algumas intercorrências aconteceram, impedindo alguns encontros de serem realizados. Ainda assim, não houve comprometimento da organização da equipe e da execução do trabalho.

A participação da equipe no desenvolvimento da pesquisa contribuiu de modo significativo no que se refere à manutenção e à qualidade do estudo. Compreende-se que o processo de pesquisa apresenta características desafiadoras, muito demandantes e que são peculiares ao contexto acadêmico. Dessa forma, a relação intragrupo e a experiência do trabalho em equipe foi um elemento de fundamental importância para a pesquisa, beneficiando a pesquisadora principal, os estudantes e as instituições envolvidas.

Sendo assim, a equipe da presente pesquisa seguiu o planejamento para inserção ecológica (Tabela 1) realizando: 1- ida a campo nos dias e horários pré-estabelecidos com a instituição; 2- preparação prévia dos encontros que serão realizados; 3- anotações das interpretações no diário de campo a partir das visitas; 4- aplicação das entrevistas; 5- discussões acerca da inserção em reuniões de equipe.

QUADRO 2- PLANEJAMENTO DA INSERÇÃO ECOLÓGICA PARA COLETA DE DADOS

	Atividade principal	Materiais necessários	Tema	Perguntas norteadoras para anotações
Dia 01	Visita às instituições para apresentação da pesquisa e reconhecimento do local. Solicitação da assinatura dos Termos de Anuência e consentimento.	Termos impressos	Diagnóstico	História da Casa? Quantitativo de adolescentes e profissionais? Quais as histórias vividas por cada adolescente? Como é a rotina da casa e dos adolescentes em particular?
Dia 02	Inserção em campo com diálogo livre, reconhecimento da instituição e sua rotina, assim como aproximação com os adolescentes e os profissionais. Iniciar a aplicação das entrevistas e solicitar à equipe técnica o preenchimento do questionário sociodemográfico	Questionário Sociodemográfico Entrevista dos Profissionais Entrevista do Adolescente	Diagnóstico	Como se estabelece a relação proximal entre os adolescentes e os cuidadores? E entre os adolescentes e seus pares? De que modo a instituição se organiza? Que percepções me vieram estando na instituição?

	considerando o sigilo dos adolescentes.			De que forma acontece a dinâmica da rotina da instituição? Que histórias sobre o pré--acolhimento dos adolescentes eu descobri?
Dia 03	<p>Inserção em campo com diálogo livre e integrando-se na rotina.</p> <p>Continuidade na aplicação das entrevistas e solicitação do preenchimento dos questionários mais estruturados.</p> <p>Necessário preencher o 1 e 2 com o adolescente e o 3 entregar ao cuidador para preencher referente ao adolescente escolhido.</p>	Questionário de Esquemas	Diagnóstico	<p>Os adolescentes já estão vinculados com a equipe? Como aconteceu?</p> <p>Que sentimentos são visíveis neste contexto?</p> <p>O que percebi nos cuidadores?</p> <p>Quais sentimentos me vieram desta realidade que estou participando agora?</p>

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

3.2.4 Instrumentos utilizados na inserção ecológica

Entrevista semiestruturada para profissionais (Adaptada de Antão, 2020): A entrevista é composta por 10 perguntas norteadoras, com o objetivo de conhecer a experiência dos profissionais das instituições de acolhimento, quais metodologias de trabalho utilizam, conhecer crenças e emoções emergentes do trabalho neste contexto e identificar quais são suas principais necessidades.

Entrevista semiestruturada para adolescentes: Elaborada pela pesquisadora desse estudo, composta por 14 perguntas norteadoras, com o objetivo de conhecer a experiência dos adolescentes na instituição de acolhimento, conhecer crenças e emoções emergentes deste contexto e identificar quais são suas necessidades emocionais.

Questionário de Esquemas de Young para Adolescentes - (B-YSQ-A, Borges *et al.*, 2020): Trata-se de um instrumento de autoaplicação, destinado a adolescentes entre 12 a 18 anos. O questionário refere-se a uma versão luso-brasileira do Questionário de Esquemas para

Adolescentes, que avalia os 18 esquemas iniciais desadaptativos, por meio de 52 itens, apresentados de forma não consecutiva, em uma escala Likert de seis pontos (1 = “Não tem nada a ver com o que acontece comigo” a 6 = “É exatamente o que acontece comigo”). Na amostra brasileira, a consistência interna variou entre $\alpha = .63$ para o esquema de Arrogo/Grandiosidade e $\alpha = .88$ para o esquema de Fracasso (Borges, 2018). Pontuações superiores indicam forte presença do esquema em questão. O escore total de cada esquema é calculado pela média do somatório dos itens que compõem o esquema. Foi encaminhado aos autores um pedido para utilização deste instrumento que obteve uma resposta positiva de autorização, juntamente com o questionário e a folha de correção.

3.3 Resultado e Análise de Dados

3.3.1 Sistematização da inserção ecológica

Para operacionalizar a inserção ecológica, a equipe seguiu o roteiro de planejamento e manteve encontros para a discussão das visitas. A manutenção da equipe foi um dos primeiros desafios, pois a dificuldade esteve em manter encontros semanais, devido a outros projetos e demandas concomitantes. No entanto, sempre em um clima colaborativo, a equipe conseguiu construir coletivamente o conhecimento proposto pela metodologia.

O período de coleta variou entre as instituições, devido à carta de anuência de cada uma das casas de acolhimento. No entanto, foi possível seguir o previsto, com encontros semanais, sendo algumas vezes alterado ou cancelado em razão das atividades institucionais. Com os encontros previamente agendados, foi possível conhecer o campo de pesquisa e iniciar os relacionamentos com os profissionais e adolescentes presentes no dia das visitas. Ao todo foi possível interagir, ouvir e conversar com 36 pessoas, entre elas 20 adolescentes e 16 profissionais (coordenadores, assistente social e psicóloga e educadores sociais). Foram 2 profissionais e 4 adolescentes da casa 1, 9 profissionais e 9 adolescentes da casa 2, 4 profissionais e 5 adolescentes da casa 3. Iniciou-se, assim, os processos proximais - principais responsáveis pelo desenvolvimento, entendidos também como as interações recíprocas progressivamente mais complexas do sujeito com as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato (Bronfenbrenner; Morris *apud* Poletto; Koller, 2008). Este processo tem a ver com as relações em diferentes níveis e se acha constituído pelos papéis e atividades diárias da pessoa em desenvolvimento (Poletto; Koller, 2008).

Feita a inserção no contexto, interagimos diretamente com os participantes, e o pesquisador assumiu um papel ativo, fato que possibilitou uma compreensão mais aprofundada

das particularidades desse ambiente. Isso incluiu, por exemplo, o dinamismo da rotina dos profissionais, a precariedade das condições físicas das casas, as limitações de recursos e o surgimento de situações imprevistas, como brigas entre os adolescentes. Esse envolvimento ativo também favoreceu o estabelecimento de uma relação positiva entre os participantes e os pesquisadores, caracterizada por escuta atenta e acolhimento.

Parte da inserção também ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com adolescentes e profissionais. A partir desses registros, foi possível realizar a pré-análise e a exploração dos materiais coletados nas entrevistas. Após a leitura flutuante de todo o conteúdo, surgiram hipóteses que ressaltaram os objetivos da pesquisa, permitindo a sistematização dos dados em unidades temáticas que refletiam os pontos em comum nas narrativas de cada grupo.

As unidades temáticas identificadas foram baseadas no estudo de Santos, Guedes e Peixoto (2024) sobre intervenções no contexto do acolhimento institucional. A saber: 1- Desenvolvimento de competências da equipe técnica da instituição de acolhimento (aqui abriremos para educadores sociais), 2- Fortalecimento dos adolescentes em suas capacidades para superação das vulnerabilidades no período de acolhimento institucional, 3- Relações insatisfatórias e rompimento nos vínculos. Estas unidades foram divididas em categorias e subcategorias de análise extraídas dos dados coletados nas entrevistas e serão discutidas abaixo.

3.3.2 Por dentro do acolhimento institucional: relações e papéis

Os registros da narrativa dos adolescentes permitiram organizar categorias cujos temas versavam sobre relacionamentos, organização e rotina, visão do adolescente sobre seu próprio desenvolvimento, desafios, descontinuidade dos vínculos, acolhimento e pós-acolhimento. No que se refere aos profissionais, os temas circundaram em estabelecimento de confiança, capacitação, percepção dos recursos disponíveis, respostas às demandas emergentes, construção de identidade pessoal, instituição, cuidado biopsicossocial, programas sociais e acolhimento. Estes dados retrataram aspectos de desenvolvimento e podem ser analisados a partir da teoria que dá base para a Inserção Ecológica — Teoria Bi ecológica de Desenvolvimento Humano.

Nesse contexto, as relações e os papéis dos participantes da pesquisa puderam ser mais bem compreendidos quando analisados a partir de duas perspectivas centrais desta teoria: a pessoa e o contexto. Ao utilizar essa "lente" teórica, foi possível visualizar como os indivíduos

e suas interações com o ambiente se influenciam mutuamente, destacando a importância de ambos os fatores no desenvolvimento e nos resultados observados.

A Teoria Bioecológica ressalta a importância de se considerar as características determinadas biopsicologicamente (experiências vividas, habilidades, aparência física, por exemplo) e aquelas construídas (recursos sociais, cuidado parental, por exemplo) na sua interação com o ambiente (Bronfenbrenner; Morris *apud* Poletto; Koller, 2008), referindo-se às características particulares do sujeito em desenvolvimento. O contexto, por sua vez, é entendido como o meio ambiente global em que o indivíduo está inserido e onde se desenrolam os processos desenvolvimentais. O contexto é analisado por meio da interação de quatro níveis ambientais que se relacionam e têm o poder de influenciar o curso do desenvolvimento humano: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema (Bronfenbrenner, 1996).

Seguindo essa análise, há registros que abordam o tema do desenvolvimento de competências dos profissionais em instituições de acolhimento. Destaca-se a importância do estabelecimento de confiança no relacionamento entre adolescentes e educadores, bem como entre adolescentes e a equipe técnica. Essas interações representam tanto as microrelações dentro do contexto quanto as habilidades essenciais para os profissionais do acolhimento institucional. No contexto, as relações interpessoais experienciadas pelas pessoas são marcadas por características fundamentais, como reciprocidade, equilíbrio de poder e afeto (Benetti et al., 2013). Os microsistemas, por sua vez, incluem qualquer relacionamento "face a face" no qual a criança interaja, como a família, o grupo de colegas ou o ambiente escolar (Bronfenbrenner, 1996).

Conquistar a confiança ao se aproximar é um processo único com cada acolhido que depende do histórico até então vivido. Pois *[sic]* quando há situações de abandono da própria família *[sic]* criar um laço forte com um estranho, e assim ouvir seus ensinamentos, requer mais atenção, compreensão, sensibilidade e empatia (Educador Social - Casa 2).

Sim, porque quando estava morando na minha casa eu quase fui violada espancada *[sic]* e aqui eu sei que as pessoas são diferentes (Adolescente - Casa 2).

A escuta ativa e a disponibilidade de um contexto protetivo também fazem parte dessa relação de confiança. As exemplificações acima reforçam-nas como fatores protetivos e competências importantes no papel dos profissionais. As instituições de acolhimento fazem a travessia dos adolescentes de uma situação de vulnerabilidade para um programa de garantia

de direitos, e a rede de apoio em torno deste contexto pode gerar sentimentos de segurança e confiança nas crianças e nos adolescentes, sendo este um fator de proteção ao seu desenvolvimento (Bernardi, 2010; Peixoto; Gonçalves; Rozário, 2019).

Ao longo da inserção ecológica, a equipe de pesquisa também estabeleceu reações face a face com os adolescentes e os profissionais. Foi perceptível o conforto que os adolescentes sentiram com a presença da equipe quando nossas visitas foram ficando mais “rotineiras”, quase que fazendo parte das suas agendas. Na maioria dos encontros diziam “já estão indo, faz mais uma coisa tia”. Quanto aos profissionais, as conversas ao final de cada encontro trouxeram aproximação importante para compreendermos as dinâmicas de cada casa, detalhes que aconteciam entre uma semana e outra, conhecimento de novas entradas e saídas de adolescentes, bem como para refletirmos sobre nossa prática. Para a equipe de pesquisa ficou sempre o aprendizado da práxis neste contexto.

Outro ponto que merece destaque, ainda no tema de competências dos profissionais, refere-se à percepção dos recursos disponíveis para suprir necessidades cotidianas dos adolescentes. Os profissionais estavam cientes de que a responsabilidade em suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação é um desafio frente a realidade dos recursos que são disponibilizados.

Desafio também é a captação de recursos para atender as necessidades: barbeiro, roupas, sapatos... principalmente quando eles estão em cursos por exemplos [*sic*] de balé e ter que comprar o que a aula precisa. Divisão de carro com outra instituição por exemplo (Coordenadora - Casa 1).

O cuidado de necessidades emocionais, como afeto, e o auxílio na organização da rotina diária das crianças e dos adolescentes também faziam parte da dinâmica institucional dos acolhimentos. Estas e as demais necessidades citadas acima são destacadas no documento Unidades de Acolhimento e Famílias Acolhedoras: Sumário Executivo do Conselho Nacional de Justiça (2022). É possível pensar os profissionais como um importante recurso “humano” das instituições de acolhimento e, portanto, precisam estar devidamente capacitados para oferecer um ambiente seguro e acolhedor aos adolescentes. Nas entrevistas, foram identificadas inúmeras falas dos profissionais acerca da expressão deste cuidado aos adolescentes.

Missão dada é missão cumprida kkkkkk. Quando vou realizar alguma demanda já vou sabendo que irei conseguir kkkkkk. Sem arrogância, mas eles já perderam muito

tempo sem os cuidados necessários, e quando estão no acolhimento tem [sic] que ter o melhor. (Educador Social - Casa 2)

Ao fazer uma interconexão com as falas dos adolescentes sobre o próprio abrigo, torna-se possível observar as competências citadas até aqui nos profissionais participantes.

A forma como eles cuida [sic] da gente. Nós temos praticamente tudo aqui dentro. (Adolescente - Casa 1).

Um contraponto interessante foi a maneira como os adolescentes perceberam as regras, muitas vezes de forma insatisfatória. Pode-se pensar em como as instituições podem implementar essas normas de maneira mais naturalizada, reduzindo os sentimentos de desconfiança que podem impactar a formação da identidade e da personalidade. Considerando que a resistência às regras é comum nessa fase, esse período de desenvolvimento exige um reforço equilibrado da autonomia e da segurança, para que os adolescentes possam lidar melhor com as exigências externas enquanto constroem sua independência.

O desenvolvimento da autonomia nos serviços de acolhimento não deve ser confundido, todavia, com falta de autoridade e limites. A liberdade deve ser vista como parceira da responsabilidade, considerando que uma não pode ser adquirida sem a outra (Brasil, 2009, p. 28).

Desse modo, ao falarmos de mudanças na adolescência, é preciso reforçar que elas acontecerão e serão as mesmas em qualquer contexto, pois são inerentes a esta população. Há neste processo uma construção da identidade, carregada de mudanças físicas, cognitivas e psicossociais (Papalia; Feldman, 2010). Deveríamos pensar a adolescência como um verbo que tem sua ação no “adolescer”. É possível refletir em uma “conjugação” que supõe o alcance integral de seus valores, capacidades, preferências e de suas formas de reagir diante das relações interpessoais (Lopes, 2017).

Bock (2004) pontua sobre a existência de *adolescências*, em virtude das suas múltiplas subjetividades. Logo, o esforço seria em responder a seguinte questão: o que a adolescência pede? Uma mudança (será?) possível?

Bastante coisa. As regras são um pouco rigorosas, as questões de saída. Todo adolescente não gosta de ficar preso e a gente tem saída mais pro final de semana, de quinta a domingo, e eu acho que a gente que é adolescente, a gente gosta de se

aventurar; sair conhecer [sic] pessoas novas. Ir para um lugar diferente do que a gente tá acostumado aqui dentro. Aqui dentro é sempre a mesma rotina (Adolescente - Casa 1).

Dando continuidade à análise, o tema 2, sobre fortalecimento dos adolescentes em suas capacidades para superação das vulnerabilidades no período de acolhimento institucional, foi constatado e evidenciado nas falas dos participantes. Em relação aos adolescentes, destaca-se na percepção de seus desafios e na visão sobre seu próprio desenvolvimento, dando a eles uma perspectiva sobre suas responsabilidades, seus sentimentos e seu futuro.

Por um lado é bom, por um lado ruim. Lado bom ainda não tá [sic] na fase adulta, e o lado ruim é que que [sic] tá chegando essa fase. Principalmente a questão emocional, tem muitas emoções, passa tudo de uma vez (Adolescente – Casa 2).

Os profissionais, por sua vez, contribuíram para este tema à medida que suas falas destacaram promoção do autoconhecimento, cuidado biopsicossocial e o acesso à rede protetiva como fortalecedores durante o acolhimento.

Os desafios são diários. Um desafio é trazer a importância da negritude na vida das meninas acolhidas [sic] por perderem a autoestima. Uma grande dificuldade das meninas em acolhimento é o respeito próprio, pois elas não têm muito desse entendimento por não se ver com respeito, propriedade e segurança (Educadora Social – Casa 3).

Todo esse conjunto de fatores evidencia a estreita ligação entre os núcleos pessoa e contexto. As características dos adolescentes, como suas experiências vividas, recursos sociais e cuidados recebidos, manifestam-se na interação com o ambiente. A instituição oferece relações proximais (microsistema), ao mesmo tempo em que aciona outros equipamentos do Sistema de garantia de Direitos (exossistema) e, ainda, segue as políticas nacionais para o cuidado e proteção de crianças e adolescentes (macrossistema). As inter-relações entre esses ambientes permitem analisar como as interações nos sistemas se influenciam e afetam os resultados do desenvolvimento dos indivíduos (Bronfenbrenner, 1996).

O acolhimento tem uma “função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento

de suas famílias” (Brasil, 2009, p. 22). Com base nesse apontamento, o tema 3 discute as ideias das relações insatisfatórias e do rompimentos de vínculos como realidades.

Diante desse quadro, as falas dos participantes se organizaram nas experiências do acolhimento e do pós-acolhimento. Algumas necessidades percebidas são:

Compreensão, amor, pessoas que cuidam que digam que eles tem valores e são capazes que eles podem, sente que eles precisam ter pertencimento, cita que eles tem uma necessidade de serem acolhidos e amados [*sic*]. Que pensam no futuro e que esse pertencimento faz falta (Educador social – Casa 2).

Considerando-as, podemos destacar que os profissionais que estão em contato imediato com os adolescentes acolhidos precisam organizar suas ações a partir da promoção de um ambiente que ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado, condizentes com os direitos e as necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança e do adolescente. E, ainda, proporcionar o fortalecimento gradativo da autonomia, de modo condizente com o processo de desenvolvimento e a aquisição de habilidades nas diferentes faixas etárias, com destaque para a oportunidade de participar da organização do cotidiano do serviço de acolhimento (organização dos espaços de moradia, limpeza, programação das atividades recreativas, culturais e sociais) (Brasil, 2009).

História de vida difíceis, com marcas e traumas que não conseguimos dar conta aqui. As necessidades emocionais são muitas. Falta de família, afeto, abandono, orfandade, envolvimento com drogas. Ficamos emocionalmente abalados (Educador social – Casa 1).

A exemplificação acima infere que os profissionais desejavam que os adolescentes entrem e saiam da instituição, ou seja, recebam o apoio devido e sejam autônomos, principalmente se considerarmos os motivos de acolhimento institucional para os adolescentes. A realidade é que muitas pessoas continuam, e é neste sentido que equipe técnica e educadores/cuidadores precisam estar disponíveis e capacitados para a realização de acolhida afetuosa e segura, capazes de compreender as manifestações da criança ou adolescente no momento de chegada, que envolve ruptura, incerteza, insegurança e transição (Brasil, 2009).

Bernardi (2010, p. 9) destaca que “seria muito importante que a criança e o adolescente fossem ouvidos de maneira atenta e cuidadosa, e que recebessem dos profissionais todas as informações possíveis referentes à sua situação”. Esta colocação ganha sentido na fala da adolescente ao pensar sobre a angústia que o pós-acolhimento pode trazer. Logo, diálogo sobre

suas histórias e até mesmo o objetivo transitório do abrigo podem acolher sentimentos negativos frente a esta questão.

Tem muitas crises de ansiedade, pois a sensação de voltar gera muitas dúvidas, chateação, estresse, raiva, angústia (Adolescente – Casa 2).

O papel dos educadores/cuidadores e a qualidade da interação estabelecida com a criança e o adolescente representam importantes referenciais para seu desenvolvimento. Em função de sua importância, o educador/cuidador deve ter clareza quanto a seu papel: vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, “se apossar” da criança ou do adolescente e competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta. Além disso, devem contar com apoio e orientação permanente por parte da equipe técnica do serviço, bem como espaço para trocas, nos quais possam compartilhar entre si experiências e angústias decorrentes da atuação, buscando a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento de desafios (Brasil, 2009).

Quanto à equipe técnica, segundo as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), é importante que ela auxilie os educadores/cuidadores na oferta de um cuidado individualizado para cada criança e adolescente, baseado na avaliação de suas condições emocionais, história de vida, impacto da violência ou do afastamento do convívio familiar, situação familiar, vinculações significativas e interações estabelecidas. Além disso, que realize uma construção conjunta de estratégias que colaborem para o desenvolvimento de um ambiente estruturante para a criança e o adolescente, de modo que as ações fortaleçam suas habilidades, aptidões, capacidades e competências.

3.3.3 Aspectos sobre os Esquemas Iniciais Desadaptativos dos adolescentes em acolhimento institucional

Adicionalmente às entrevistas, ocorreu a aplicação de um instrumento que levantou os principais esquemas iniciais desadaptativos (EIDs) dos adolescentes ao longo da inserção ecológica, com propósito de aprofundar os estudos sobre a construção da identidade e sobre como estes jovens enxergam a si mesmos e seu contexto. Os EIDs afetam diretamente a forma como estes adolescentes percebem suas experiências, como interpretam as relações e como desenvolvem modelos de representação dos outros. De acordo com Rijkeboer e Boo (2010), os EIDs moldam a realidade pessoal dos indivíduos, impactando suas relações interpessoais e a visão que constroem dos outros ao longo do seu desenvolvimento.

A pesquisa de Santos e Peixoto (2023) reforça a ideia de que os adolescentes em acolhimento institucional frequentemente vivenciam EIDs como consequência de experiências negativas prévias, como abandono e negligência. As experiências no “pré-acolhimento” incluem sensações de abandono, vulnerabilidade e desconfiança/abuso, afetando seu bem-estar emocional. Além disso, os adolescentes manifestaram problemas emocionais, como ansiedade, depressão, agressividade e dificuldades nas relações sociais. Esses achados evidenciam a ligação entre experiências traumáticas prévias e o desenvolvimento de padrões comportamentais e emocionais disfuncionais, destacando a necessidade de intervenções focadas tanto nos aspectos emocionais quanto nos esquemas desadaptativos formados.

Na presente pesquisa, a análise se deu segundo o modo de correção do Questionário de Esquemas de Young para Adolescentes, que destaca que os esquemas com pontuação mais alta são os mais representativos do sujeito ou população avaliada (Borges *et al.*, 2020). No contexto de investigação da pesquisa foi tomado como referência média 4,0. A partir da aplicação nos adolescentes participantes (n = 20), os fatores que obtiveram maior destaque em termos de média foram respectivamente: Abandono, Pessimismo, Autossacrifício, Desconfiança/Abuso e Inibição Emocional.

TABELA 1 - VARIAÇÃO ENTRE OS EIDS DO PRESENTE ESTUDO COM A PESQUISA DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE ESQUEMAS DE YOUNG PARA ADOLESCENTES – (B-YSQ-A)

Variação entre pesquisas sobre avaliação de EIDs em adolescentes			
EIDs mais significativos na pesquisa	Santos (submetido) - Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes no Contexto do Acolhimento Institucional	Borges <i>et al.</i> (2020) - Cross-cultural Validation of the Young Schema Questionnaire for Adolescents in Portuguese and Brazilian Samples	
		Brasil	Portugal
Abandono	5,24	4,27	4,28
Negativismo/Pessimismo	4,71	3,10	3,07
Autossacrifício	4,42	3,68	3,37
Desconfiança/Abuso	4,30	3,27	3,21
Inibição Emocional	4,27	3,00	3,07

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

A Tabela 1 apresenta uma comparação entre a média dos esquemas iniciais desadaptativos do estudo de validação do Questionário de Esquemas de Young para Adolescentes aplicado em uma população não clínica (Borges *et al.*, 2020) e a média dos esquemas no presente estudo. O objetivo é destacar os valores significativos observados em adolescentes que vivenciam a realidade do acolhimento institucional e tiveram experiências

negativas ao longo do desenvolvimento. No estudo de Borges, a maior média registrada foi 4,27, que corresponde à nossa menor média, enquanto todos os outros esquemas não ultrapassaram a média de 4,0.

Considerando os resultados, a análise estatística por meio da média ponderada revelou a presença significativa do Esquema Inicial Desadaptativo de Abandono ($M = 5,24$) em relação aos demais. Esta variável se refere ao segundo Domínio Esquemático de Autonomia e Desempenho Prejudicados, cujas características se pautam na dificuldade de viver de forma independente, diferenciando-se dos seus cuidadores. Dessa forma, tendem a perceber o mundo como perigoso, o que ocasiona o medo de ser abandonado ou de ficar sozinho.

Compreende-se o Abandono como um esquema representativo desta população, uma vez que os adolescentes participantes da pesquisa vivenciam o abandono não somente como verdade emocional, representada pelos resultados do questionário, mas como uma realidade social. Em relação ao tempo no acolhimento, a maioria está há mais de 1 ano na instituição e não recebe visita de seus familiares com frequência. A fragilidade nos vínculos observada no processo de inserção ecológica é endossada com este resultado, visto que as falas dos próprios adolescentes remetem à percepção de dificuldade na manutenção dos seus vínculos, problemas em relação à convivência com sua família e perspectiva de viver um recolhimento caso saiam da instituição.

Portanto, o incentivo à autonomia e à competência, e o desenvolvimento de fronteiras entre si e os outros são os caminhos possíveis de ações que as instituições de acolhimento podem realizar para que estas necessidades emocionais sejam satisfeitas nas relações próximas e promovam um esquema saudável de apego seguro.

No que se refere ao esquema de Negativismo/Pessimismo, os adolescentes apresentaram a segunda média ($M = 4,71$) mais alta em comparação aos demais. Este esquema não apresenta estudos confirmatórios de sua relação com a carência de necessidades emocionais básicas (Lockwood; Perris, 2012). Um estudo mais recente mantém a ideia, pois ainda não foram realizados estudos suficientes para correlacioná-lo com os outros esquemas. Entretanto, se discute que o esquema de Negativismo/Pessimismo se mostrou em todos os domínios (exceto em Limites prejudicados), mas os autores agruparam-no ao primeiro domínio esquemático de Desconexão e Rejeição (Franzin *et al. apud* Bach *et al.*, 2018). Os esquemas neste domínio se referem à sensação de que não é amado, não se sente pertencente e tem ideia de que não é importante.

Tal esquema pode ser compreendido pelo foco nos aspectos negativos da vida (sofrimento, morte, perda, decepção, conflito, culpa, ressentimento, problemas não resolvidos, erros potenciais, traição, algo que pode dar errado etc.), enquanto se minimizam ou

negligenciam os aspectos positivos ou otimistas (Young; Klosko; Weishaar, 2008). Relacioná-lo ao domínio esquemático de Desconexão e Rejeição é compreensível em virtude de encontrar-se falas dos adolescentes em relação às suas experiências de bullying na escola.

A inserção ecológica permitiu o registro de falas que não foram colocadas nas entrevistas, mas fizeram parte do diálogo entre equipe de pesquisa e participantes. Um destes diálogos corroborou com a presença do esquema negativismo/pessimismo, uma vez que os adolescentes narraram sobre o quanto se sentem incomodados quando são levados à escola pelos cuidadores identificados como trabalhadores do município e nos carros faixados da prefeitura. Eles destacam que, quando isso acontece, costumam acontecer falas preconceituosas em relação às suas condições de acolhidos. Essa experiência, evidentemente, anuncia processos de discriminação vivenciados por estes adolescentes.

A partir disso, esta ideia nos possibilita pensar que este esquema pode não ter a ver apenas com necessidades frustradas, mas experiências atuais de preconceito que reforçam o surgimento deste esquema desadaptativo como forma de se adaptar ao contexto, destacando-se por sentimentos de medo exagerado em cometer erros que podem levar à perda, humilhação ou a se ver preso em uma situação ruim.

Horível quando as tias vão com o colete levar a gente para a escola. Ninguém precisa saber que a gente é de abrigo (Adolescente, 16 anos, Casa 3).

Um dia a professora chamou meu nome na sala falando que tinha alguém me chamando. Eu disse que era engano, que não era comigo, eu em, falei serinho [*sic*]. Depois no final [*sic*] eu falei com ela que não pode fazer essas coisas não (Adolescente, 16 anos, Casa 3).

As experiências na infância e na adolescência são estruturantes para um modelo de personalidade na vida adulta. Em função disso, é relevante reconhecer a importância do esquema no desenvolvimento e na manutenção de problemas psicológicos na vida adulta, uma vez que eles estabelecem padrões emocionais, cognitivos e comportamentais capazes de influenciar ao longo da vida, por vezes trazendo sofrimento ou danos em diferentes contextos (Wainer; Rijo, 2016; Young; Klosko; Weishaar, 2008). Ao pensarmos sobre as influências dos esquemas desadaptativos no desenvolvimento dos adolescentes da pesquisa, é possível perceber que a presença desses pode reverberar consequências na maneira como os jovens constroem sua realidade pessoal e social.

Em relação ao esquema de Autossacrifício ($M = 4,42$), ele é agrupado aos esquemas do 4º domínio de Padrões e Responsabilidades excessivas, que se refere à excessiva necessidade de atingir expectativas e seguir regras rígidas. O “mundo interno” dos adolescentes pode ser

organizado por pensamentos do tipo “preciso fazer o possível para me aceitarem”. Logo, a primeira reflexão diante deste resultado é relacioná-lo ao esquema de abandono, já que o excesso de responsabilidades com os outros, com seu desempenho, e a evitação de erros podem ser possibilidades de mudar o resultado negativo do abandono. Ou seja, a presença significativa do esquema de autossacrifício pode ser justificada pela necessidade de resposta ao esquema de abandono (“por favor, não me deixe”).

Essa relação pode ser mais bem compreendida ao olharmos a literatura que considera alguns esquemas como condicionais e outros como incondicionais. Geralmente, os esquemas mais remotos e nucleares são crenças incondicionais em relação a si mesmo e aos outros, enquanto os mais tardios são condicionais (Young; Klosko; Weishaar, 2008). O segundo desenvolve-se como tentativas de obtenção de alívio quanto a esquemas incondicionais, caracterizando-se como “secundários”. Os esquemas condicionais abrem uma perspectiva de esperança (Young; Klosko; Weishaar, 2008).

Nesta perspectiva, o abandono concentra-se junto aos esquemas condicionais, vinculados às primeiras necessidades emocionais, enquanto o autossacrifício está vinculado aos esquemas incondicionais, relacionados a necessidades emocionais mais próximas da chegada à adolescência. A ideia será: se a criança faz o que se espera dela (atingir expectativas do outro), pode evitar as consequências temidas (abandono). Acessando o contexto do acolhimento institucional, pensa-se que a experiência emocional corretiva por parte da equipe técnica e educadores sociais possa ser a satisfação da necessidade básica de validação dos sentimentos e auxílio quanto à promoção do autocuidado e autointeresse saudáveis.

A presença do esquema de Desconfiança e Abuso ($M = 4,30$) mostra o desenvolvimento de um esquema no primeiro Domínio Esquemático de Desconexão e Rejeição. A transição saudável neste domínio é de afeto, portanto, negligências emocionais ou traumas aparecem como fontes de problemas que dificultam o atendimento da necessidade de conexão e pertencimento (Young; Klosko; Weishaar, 2008). Há um indicativo de que a dinâmica familiar dos adolescentes participantes pode ter sido baseada no estilo parental instável, abusivo e rejeitador.

Adicionalmente, a história pré-acolhimento pode ser considerada como um exemplo de histórias negativas ou de relacionamentos com cuidadores instáveis ou abusivos que desenvolve o esquema em questão, uma vez que os principais motivos de acolhimento dos adolescentes são violência familiar, abuso físico, psicológico, reabandono da família substituta ou risco de vida na comunidade.

O censo mais atual do Módulo Criança do Estado do Rio de Janeiro aponta os motivos de acolhimento com maior incidência no estado. Na faixa etária da adolescência os dados se organizam aproximadamente em: negligência com 27% de incidência, abandono dos pais com 10% e Abusos físicos ou psicológicos contra a criança ou adolescente com 8% (MPRJ, 2023). Na população geral infantojuvenil a negligência segue com a maior incidência (40%). Uma fala dos adolescentes ao responder sobre como é viver no abrigo merece destaque nesta seção, já que traduz um caminho possível de reparação da necessidade de afeto e confiança impactadas pela história pré-acolhimento de abuso. Encontramos uma evidência de que o acolhimento, embora tenha uma característica provisória, pode oferecer aos adolescentes formas mais saudáveis de confiar e se relacionar com honestidade, lealdade e ausência de abuso.

Não é o que eu queria, queria estar em casa, mas não é ruim para se estar (Adolescente – casa 3).

Conquistar a confiança ao se aproximar é um processo único com cada acolhido que depende do histórico até então vivido. Pois *[sic]* quando há situações de abandono da própria família criar um laço forte com um estranho, e assim ouvir seus ensinamentos, requer mais atenção, compreensão, sensibilidade e empatia. (Educador social – Casa 2).

O esquema de Inibição Emocional ($M = 4,27$) também compõe o grupo de esquemas sobre Desconexão e Rejeição. A presença dele também revela nos adolescentes a experiência de sensações de que não é amado, não se sente pertencente e tem a ideia de que não é importante. Uma forma de lidar com estes sentimentos, segundo Young, Klosko e Weishaar (2008), é com uma inibição exagerada das ações, dos sentimentos ou da comunicação espontânea, geralmente com o objetivo de evitar a desaprovação dos outros, sentimentos de vergonha ou a perda de controle sobre os próprios impulsos.

Tanto acontece a inibição de sentimentos desagradáveis quanto a inibição de impulsos positivos (por exemplo, alegria, afeto, excitação sexual, brincadeira), ressaltadas pela dificuldade de expressar vulnerabilidade ou comunicar livremente seus sentimentos e necessidades. Nesse contexto, compreende-se que os profissionais do acolhimento institucional possam suprir necessidades emocionais de apego seguro, amor, segurança e proteção, incentivando a espontaneidade e a expressão emocional nos adolescentes.

Importante considerar que os EIDs não decorrem, necessariamente, de traumas ou maus-tratos na infância, mas de experiências invalidante que acontecem de forma recorrente no contexto familiar ou imediato (Young; Klosko; Weishaar, 2008). Entende-se que o percurso

desenvolvimental adaptativo de um adolescente depende de um conjunto de recursos externos e internos protetores em face da adversidade (Silva; Lemos; Nunes, 2013). Por esta lógica, um ambiente de validação das necessidades emocionais possibilita o desenvolvimento saudável da personalidade, enquanto um ambiente invalidante pode gerar esquemas disfuncionais (Young; Klosko; Weishaar, 2008).

3.4 Conclusão

O presente estudo revelou que participar ativamente do cotidiano do acolhimento institucional é uma importante forma de compreender as relações e papéis estabelecidos neste contexto. Foi possível destacar que as instituições desempenham um papel crucial na vida dos adolescentes, influenciando suas experiências e relacionamentos. Investir na análise e na melhoria dessas relações e contextos pode ter um impacto significativo no desenvolvimento e no bem-estar dos adolescentes acolhidos.

As categorias associadas à narrativa dos adolescentes e dos profissionais destacaram a complexidade e a riqueza das experiências vividas dentro das instituições de acolhimento. A análise, fundamentada na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, permitiu entender como as interações entre os indivíduos e o ambiente moldam o desenvolvimento e os resultados observados. Por meio da inserção ecológica, a dinâmica das relações dentro das instituições, o impacto das práticas institucionais no desenvolvimento dos adolescentes e as estratégias para melhorar o ambiente de acolhimento também puderam ser compreendidas. Portanto, o método de Inserção Ecológica demonstra-se viável para ser utilizado no estudo, sustentando a perspectiva da equipe de pesquisa ao longo da investigação.

O presente estudo revelou uma compreensão aprofundada dos Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs) entre adolescentes em acolhimento institucional, oferecendo uma visão sobre como essas estruturas cognitivas e emocionais influenciam suas percepções e comportamentos. A análise dos EIDs demonstrou que os adolescentes em acolhimento frequentemente enfrentam desafios significativos relacionados a seus esquemas, influenciados por experiências adversas e pela dinâmica institucional.

Os resultados obtidos comprovam a prevalência do esquema de Abandono, que se destaca com a maior média entre os EIDs identificados. A necessidade de desenvolver estratégias institucionais que promovam a autonomia e a segurança emocional é crucial para mitigar este esquema e promover um ambiente mais saudável. O esquema de Autossacrifício e o esquema de Desconfiança/Abuso também foram identificados como significativos. O

Autossacrifício pode ser uma tentativa de compensar o abandono e ganhar aceitação, enquanto a Desconfiança/Abuso reflete as experiências traumáticas do pré-acolhimento e a dinâmica instável de vínculos afetivos.

O esquema de Negativismo/Pessimismo também ficou evidente, indicando um padrão dos adolescentes em focar nos aspectos negativos da vida e uma visão pessimista em relação ao futuro. Este esquema pode estar relacionado a experiências de discriminação e preconceito, como evidenciado pelas falas dos participantes, sugerindo a necessidade de intervenções que abordem não apenas as questões emocionais internas, mas também as experiências externas adversas que reforçam esses esquemas.

Ainda, o esquema de Inibição Emocional destacou a dificuldade dos adolescentes em expressar livremente seus sentimentos, o que pode ser um reflexo de um histórico com experiências de rejeição. A criação de um ambiente que promova a expressão emocional e a validação das necessidades emocionais pode ser fundamental para ajudar os adolescentes a reparar seus esquemas desadaptativos e desenvolver uma identidade mais saudável.

De maneira geral, os EIDs identificados revelaram a necessidade urgente de práticas institucionais que abordem tanto as experiências emocionais negativas quanto as necessidades emocionais básicas de suporte e segurança. As intervenções podem ser suporte emocional direto, estratégias para promover a autonomia, e a criação de um ambiente seguro e acolhedor. Compreender e abordar esses esquemas é essencial para promover um desenvolvimento mais adaptativo e saudável para os adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Em termos de pesquisa, a inserção ecológica possibilitou uma análise mais profunda do impacto desses esquemas no desenvolvimento psicológico e social dos adolescentes. Os registros e levantamentos feitos ao longo do estudo possibilitaram identificar que as relações no contexto do acolhimento institucional favorecem o desenvolvimento saudável dos adolescentes, se aliadas às práticas institucionais que ofereçam impacto positivo ao grupo. Algumas estratégias podem ser consideradas, como: o desenvolvimento de competências dos profissionais e o fortalecimento das capacidades dos adolescentes.

As informações apontaram que o estabelecimento de confiança entre adolescentes e profissionais é crucial para a eficácia do acolhimento e que, apesar dos desafios e das limitações do contexto institucional, há esforços significativos para fortalecer as capacidades dos adolescentes em suas jornadas de desenvolvimento. A capacidade dos profissionais em criarem um ambiente de confiança e segurança é um fator protetivo significativo. Adicionalmente, a promoção do autoconhecimento e o acesso a uma rede protetiva são estratégias importantes para ajudar os adolescentes a superarem as vulnerabilidades associadas ao acolhimento.

Vale ressaltar que as limitações deste estudo se manifestaram na dificuldade de generalizar os resultados para uma amostra mais ampla, já que as análises foram realizadas a partir de um recorte específico. Assim, recomenda-se a continuidade deste estudo em outros formatos e em contextos semelhantes, de modo a identificar as peculiaridades da população estudada. Isso contribuiria tanto para intervenções nas relações proximais quanto para o desenvolvimento de programas inseridos em políticas sociais voltadas à garantia de direitos e ao cuidado dos adolescentes.

Além disso, os obstáculos enfrentados, como divergências nos registros feitos pela equipe, dificuldades na continuidade semanal dos encontros e desafios no deslocamento da equipe, também se apresentaram como limitações. No entanto, essas questões foram fundamentais para alinhar as descobertas realizadas ao longo da inserção ecológica e amadurecer as análises da pesquisa.

Considerando a investigação a partir do contexto, o acolhimento institucional é um processo multifacetado que envolve a interação dinâmica entre indivíduos e seu ambiente. Na realidade pesquisada, as práticas e políticas adotadas devem levar em consideração as experiências dos adolescentes e dos profissionais, bem como a necessidade de um suporte integral, integrado e contínuo. A construção de um contexto acolhedor, que respeite e promova o desenvolvimento dos adolescentes, é fundamental para alcançar os objetivos do acolhimento e garantir que eles tenham a oportunidade de desenvolver suas potencialidades e reconstruir suas vidas de forma saudável.

3.5 Referências

ANTÃO, Sandra Duarte. **Proposta de intervenção psicossocial para crianças em vulnerabilidade social focada em habilidades socioemocionais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <<https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/14477>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BACH, Bo; LOCKWOOD, George; YOUNG, Jeffrey. A new look at the schema therapy model: organization and role of early maladaptive schemas. **Cognitive Behaviour Therapy**, v. 47, n. 4, p. 328–349, 2018. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29256336/>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

BECKER, Howard Saul. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENETTI, Idonézia Collodel; VIEIRA, Mauro Luis; CREPALDI, Maria Aparecida; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicologia**, v. 9, n. 16, p. 89–99, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ucc.edu.co/index.php/pe/article/download/620/585>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BERNARDI, Dayse. **Cada caso é um caso**: estudos de caso, projetos de atendimento. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

BIZINOTO, Jessica Ferrucci Suzuki. **O modelo alemão da terapia do esquema**: conceituação, técnicas e aplicação clínica na psicoterapia infantil. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17234>>. Acesso em: 6 set. 2023.

BOCK, Ana Maria Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos CEDES**, v. 24, n. 62, p. 26–43, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/znYxDSw7jfGgv4LTKbbS8Tj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 out. 2023.

BORGES, Jeane Lessinger. **Violência nas relações afetivo-sexuais na adolescência, stalking e esquemas iniciais desadaptativos**. Tese (Doutorado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/238561>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BORGES, Jeane Lessinger; VAGOS, Paula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; RIJO, Daniel. Cross-cultural Validation of the Young Schema Questionnaire for Adolescents in Portuguese and Brazilian Samples. **International Journal of Cognitive Therapy**, v. 13, n. 3, p. 233–250, 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s41811-020-00067-6#citeas>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **The ecology of human development**: experiments by nature and design. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. Inserção ecológica: subsídio à produção do conhecimento. In: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica**: um método de estudo do desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 19–29.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Silvia Helena. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica**: um método de estudo do desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 267–291.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras**. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/dnpi-eixo-4-v4.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna; NETZ, Sandra Regina. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento**. [s.l.]: IPEA, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: PETERSEN, Circe Salcides (Org.).

Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes: ciência e arte. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 299–310.

LOCKWOOD, George; PERRIS, Poul. A new look at core emotional needs. *In*: VAN VREESWIJK, Michiel; BROERSEN, Jenny; NADORT, Marjon (Orgs.). **The wiley-blackwell handbook of schema therapy: theory, research and practice**. Oxford: John Wiley & Sons, 2012, p. 42–66.

LOPES, Renata Ferrarez Fernandes. Adolescência na perspectiva da terapia do esquema. *In*: NEUFELD, Carmem Beatriz (Org.). **Terapia cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental**. Porto Alegre: Artmed, 2017, p. 61–76.

MACEDO, Davi Manzini; PETERSEN, Circe Salcides; KOLLER, Silvia Helena. Desenvolvimento cognitivo, socioemocional e físico na adolescência e as terapias cognitivas contemporâneas. *In*: NEUFELD, Carmem Beatriz (Org.). **Terapia cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental**. Porto Alegre: Artmed, 2017, p. 1–10.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **Módulo Criança e Adolescente**. Disponível em: <<https://mca.mp.rj.gov.br/censos/32-censo>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

NEUFELD, Carmem Beatriz; MALTONI, Juliana; LONGHINI, Leonardo Zaiden; AMARAL, Julie Almeida Gurgel. Estratégias de manejo terapêutico com adolescentes. *In*: NEUFELD, Carmem Beatriz (Org.). **Terapia cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental**. Porto Alegre: Artmed, 2017, p. 116–133.

PAIM, Kelly; ROSA, Martha. O papel preventivo da terapia do esquema na infância. *In*: WAINER, Ricardo; PAIM, Kelly; ERDOS, Renata; *et al* (Orgs.). **Terapia cognitiva focada em esquemas: integração em psicoterapia**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 169–185.

PAPALIA, Diane; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PEIXOTO, Ana Cláudia de Azevedo; GONÇALVES, Silvia Maria Melo; ROSÁRIO, Gian Fonseca. Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados. *In*: DEFARIAS, Ana Karina (Org.). **Ciências da saúde: o trabalho de equipes multiprofissionais em diferentes contextos**. Curitiba: Juruá, 2019, p. 115–138.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649–673, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/sP8smWgyn5fJS77m6Cv4npj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

POLETTI, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 405–416, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DycNK6BKd8jJmr5rmJk8P9D/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 maio 2022.

PONTES, Fernando Augusto; SILVA, Simone Souza da Costa; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. A Inserção ecológica, o papel do grupo de pesquisa e a construção coletiva do conhecimento. In: KOLLER, Sílvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 275–296.

RIJKEBOER, Marleen; BOO, Gerly. Early maladaptive schemas in children: development and validation of the schema inventory for children. **Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry**, v. 41, n. 2, p. 102–107, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/40037553_Early_maladaptive_schemas_in_children_development_and_validation_of_the_Schema_Inventory_for_Children>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ROCHA, Simone da Rocha. **Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil**: a experiência do programa agente jovem em Porto Alegre. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/598>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

RODRIGUES, Julia Loren dos Santos; SELAU, Bento. O adolescer vulnerável em percursos de acolhimento institucional. **Psicologia Clínica**, v. 35, n. 2, p. 275–294, 2023. Disponível em: <https://www.psi.puc-rio.br/site/images/psi_puc/publicacoes/35.2/PsiClin-v35n2-A03.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Crenças nucleares e distorções cognitivas de crianças e adolescentes vítimas de violência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia), Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Desenvolvimento de esquema iniciais desadaptativos em adolescentes em vulnerabilidade social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5897>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos; GUEDES, Anna Clara de Oliveira; PEIXOTO, Ana Cláudia de Azevedo. Intervenções no contexto do acolhimento institucional: uma revisão integrativa. **Peer Review**, v. 6, n. 9, p. 166–179, 2024. Disponível em: <<https://peerw.org/index.php/journals/article/view/2122>>. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos; PEIXOTO, Ana Cláudia de Azevedo. Impactos do acolhimento institucional no desenvolvimento na adolescência pela perspectiva da Terapia do Esquema. **Peer Review**, v. 5, n. 18, p. 568–589, 2023. Disponível em: <<https://peerw.org/index.php/journals/article/view/906>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SHECHORY, Mally; SOMMERFELD, Eliane. Attachment Style, Home-Leaving Age and Behavioral Problems Among Residential Care Children. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 37, n. 4, p. 361–373, 2007. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10578-007-0051-z>>. Acesso em: 25 set. 2022.

SILVA, Conceição; LEMOS, Ida; NUNES, Cristina. Acontecimentos de vida stressantes, psicopatologia e resiliência em adolescentes institucionalizados e não-institucionalizados. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 14, n. 2, p. 348–355, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862013000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2022.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. Avanços na legislação de proteção à criança e ao adolescente: superando desafios e construindo novas perspectivas no atendimento ao jovem em situação de institucionalização. In: ARPINI, Dorian Mônica; SIQUEIRA, Aline Cardoso (Orgs.). **Psicologia, família e leis: desafios à realidade brasileira**. Santa Maria: Editora UFSM, 2012, p. 19–44.

WAINER, Ricardo; RIJO, Daniel. O modelo teórico: esquemas iniciais desadaptativos, estilos de enfrentamento e modos esquemáticos. *In*: WAINER, Ricardo; PAIM, Kelly; ERDOS, Renata; *et al* (Orgs.). **Terapia cognitiva focada em esquemas**: integração em psicoterapia. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 47–63.

YOUNG, Jeffrey; KLOSKO, Janet; WEISHAAR, Marjorie. **Terapia do esquema**: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. Porto Alegre: Artmed, 2008.

4 – ARTIGO 3:

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL³

Resumo

A convivência em instituições de acolhimento visa a aproximação entre adolescentes e adultos, favorecendo a formação de vínculos afetivos e colaborativos. A conexão que surge dessa relação pode contribuir significativamente para a criação de um ambiente seguro e protetivo, fundamental para o desenvolvimento saudável dos adolescentes acolhidos. Focando nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo implementar um programa de intervenção para promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos institucionalmente, denominado PROSA. Para isso, participaram nove adolescentes de uma instituição de acolhimento da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro-Brasil e duas facilitadoras estudantes de Psicologia. Os instrumentos utilizados foram: diário de campo, questionários de avaliação do Programa PROSA, manual de facilitadores e termos de compromissos da pesquisa. Os resultados demonstraram adesão dos participantes ao PROSA e satisfação com o programa e o facilitador. Foi possível constatar que o PROSA se destacou como um instrumento de conscientização e prevenção de conflitos, além de uma intervenção eficaz na promoção do bem-estar emocional e no fortalecimento de vínculos saudáveis entre os adolescentes acolhidos. Os resultados satisfatórios mostram a viabilidade do estudo e a aplicabilidade dele no contexto de implementação, uma proposta potencial para outros contextos de relações próximas como estratégia relevante para atenuar os efeitos da vulnerabilidade e fortalecer o desenvolvimento integral dos participantes.

Palavras-chave: Programas Psicoeducativos, Adolescência, Acolhimento Institucional, Intervenção.

Abstract

Coexistence in foster care institutions aims to bring adolescents and adults closer together, fostering the formation of affective and collaborative bonds. The connection that arises from this relationship can contribute significantly to the creation of a safe and protective environment, which is fundamental for the healthy development of the adolescents in care. Focusing on this context, this research aimed to implement an intervention program to promote the healthy development of adolescents in institutional care called PROSA. To this end, nine adolescents from a foster care institution in the Baixada Fluminense region of Rio de Janeiro-Brazil and two psychology student facilitators took part. The instruments used were: a field diary, questionnaires evaluating the PROSA Program, a facilitators' manual and terms of research commitments. The results showed that the participants adhered to PROSA and were

³ Este artigo foi submetido à Psicologia em Revista, associada do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

satisfied with the program and the facilitator. It was possible to see that PROSA stood out as an instrument for raising awareness and preventing conflicts and an effective intervention for promoting emotional well-being and strengthening healthy bonds among the adolescents in care. The satisfactory results show the feasibility of the study and its applicability in the context of implementation and a potential proposal for other contexts of close relationships as a relevant strategy to mitigate the effects of vulnerability and strengthen the integral development of the participants.

Keywords: Psychoeducational Programs, Adolescence, Institutional Foster Care, Intervention.

4.1 Introdução

A adolescência tem sido objeto de estudo devido às múltiplas mudanças de comportamento e atuação dos jovens nas sociedades. Esses estudos revelam uma complexidade significativa, tanto pela novidade histórica dos direitos dessa população quanto pela resistência cultural em valorizar o protagonismo infantojuvenil (Arantes, 2009; Cruz, 2018). Segundo Faleiros (2005), crianças e adolescentes, historicamente, foram colocados no lugar de sem fala, “infante” (do latim in-fans = sem fala), como participantes dos exércitos medievais, ou ainda como objetos da esfera doméstica. Lugar este que ainda parece persistir atualmente.

O Brasil passou pela expansão e consolidação dos mecanismos de garantia e proteção sociais no período da década de 30 a década de 80, instaurando a institucionalização de um conjunto essencial de políticas, diretrizes e programas que, mesmo incipientes, representam um avanço nos direitos sociais no país (Faleiros, 2017). Por exemplo: previdência social e a assistência; a construção de uma rede de ensino básico e científico; a política de atenção à saúde. Profundas alterações estruturais no Estado brasileiro (Estado Novo, ditadura e a redemocratização) promoveram mudanças institucionais que levaram à Constituição de 1988 e no reconhecimento dos direitos constitutivos de cidadania para todos os brasileiros (Perez; Passone, 2010).

Apenas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento, e que o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (ECA, 1990). O ECA assegurou, ainda, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (Brasil, 2009).

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA); do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças (Brasil, 2009).

As instituições de acolhimento são responsáveis por suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação e necessidades emocionais, como afeto e auxílio, na organização da rotina diária das crianças e dos adolescentes (Carvalho *et al.*, 2015; CNJ, 2022). De acordo com a Lei nº 13.509 de 2017 (Brasil, 2017), o acolhimento institucional deve ser aplicado apenas quando não há possibilidade de retorno para a família de origem ou o encaminhamento para família substituta e, ainda, “a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária” (Art. 19, § 2º).

Vale destacar o mais recente estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2022) sobre os serviços de acolhimento no Brasil, que apontou um aumento de 16% no número de instituições de acolhimento no país. Em 2010, havia 2.624 instituições, e em 2018 esse número subiu para 2.877, destinadas a atender aproximadamente 33 mil acolhidos (entre acolhimento institucional e familiar). Esses dados refletem a crescente demanda por serviços de proteção e assistência a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade.

O impacto da institucionalização no desenvolvimento de adolescentes deve ser amplamente abordado em estudos que investigam essa temática, considerando que o ambiente institucional exerce uma influência direta na construção da personalidade dos adolescentes acolhidos (Santos, 2020). O acolhimento possui uma função essencial de proteção e de restabelecimento de direitos, atuando dentro de uma rede de proteção que visa fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e empoderar suas famílias (Brasil, 2009). Com base nesse entendimento, este estudo fundamentou sua metodologia e seus processos de intervenção alinhados a essas perspectivas, garantindo que as práticas adotadas fossem direcionadas ao fortalecimento do bem-estar e da autonomia dos adolescentes acolhidos.

A teoria dos Sistemas Ecológicos, de Urie Bronfenbrenner, é um modelo científico apropriado para estudar o desenvolvimento (Cecconelo; Koller, 2016). Ele propõe uma compreensão bioecológica do desenvolvimento humano, sugerindo o Modelo PPCT, que integra

quatro aspectos inter-relacionais: processo, pessoa, contexto e tempo. O modelo bioecológico analisa como interações em diferentes sistemas afetam o desenvolvimento, considerando fatores de risco e proteção no contexto familiar, escolar e institucional (Bronfenbrenner; Morris, 1998).

No modelo PPCT, o processo, considerado central, refere-se às interações progressivamente mais complexas entre o indivíduo e seu ambiente imediato, conhecidas como processos proximais, essenciais para o desenvolvimento intelectual, emocional, social e moral. Para serem eficazes, essas interações devem ocorrer regularmente ao longo do tempo (Bronfenbrenner; Morris, 1998). O tempo abrange mudanças ao longo do ciclo de vida, com micro, meso e macrotempo influenciando o desenvolvimento.

O contexto envolve quatro níveis: microssistema (relações diretas, como família), mesossistema (inter-relações entre microssistemas), exossistema (ambientes que afetam indiretamente o indivíduo, como o trabalho dos pais) e macrossistema (influências culturais e sociais amplas).

Associar o Modelo teórico PPTC ao que se encontra na terapia cognitiva contemporânea a respeito da Terapia do Esquema enriqueceu exponencialmente esse estudo. A terapia do Esquema, uma abordagem cognitiva desenvolvida por Jeffrey Young, se concentra nos Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs). O conceito de EIDs é essencial para entender como experiências nocivas, mesmo sem traumas evidentes, podem interferir no desenvolvimento saudável. Young (2003) e Young, Klosko e Weishaar (2008) descrevem os EIDs como padrões que surgem em momentos críticos de desenvolvimento, quando as necessidades emocionais básicas da criança não são atendidas. Essas necessidades incluem afeto, estabilidade, segurança e pertencimento.

A Terapia do Esquema sugere que os EIDs não são apenas resultado de traumas evidentes, mas também de experiências contínuas de invalidação no ambiente familiar ou social. O estudo de Santos (2020) mostra que adolescentes em acolhimento institucional, que enfrentaram negligência e abandono no período pré-acolhimento, desenvolveram EIDs de abandono, desconfiança e vulnerabilidade. Esses esquemas, além de afetarem a saúde mental dos adolescentes, contribuem para o surgimento de problemas emocionais como ansiedade, depressão e agressividade, além de dificuldades sociais.

Young, Klosko e Weishaar (2008) sugerem que a saúde psicológica está intimamente relacionada à capacidade de satisfazer de maneira adaptativa as necessidades emocionais. Portanto, um ambiente que valida as necessidades emocionais de uma criança ou adolescente

contribui para o desenvolvimento de esquemas saudáveis, enquanto um ambiente invalidante aumenta a probabilidade de surgimento de esquemas disfuncionais.

Por isso, há uma significativa importância em se estimular as relações reparadoras e de suporte psicológico nas instituições para promover o desenvolvimento saudável dos adolescentes (Santos, 2020).

Esses achados enfatizam a necessidade de criação e implementação de políticas públicas e intervenções que considerem as particularidades dos adolescentes acolhidos e suas experiências anteriores ao processo de acolhimento, tais como violência e abandono. Nesse sentido, surge o PROSA (Programa de intervenção para promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos institucionalmente), que tem como objetivo promover desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos institucionalmente. Para isso, organizou-se o estudo em uma metodologia qualitativa de inserção no contexto dos participantes; este tipo de pesquisa foi desenvolvido por estudiosos baseados no modelo teórico de Urie Bronfenbrenner, que denominaram Inserção Ecológica (Cecconelo; Koller, 2016).

A Inserção Ecológica enquanto procedimento metodológico traz uma contribuição para pesquisas quantitativas e qualitativas (Cecconelo; Koller, 2016). De modo geral, essa metodologia permite a realização de uma pesquisa no ambiente natural, possibilitando uma intervenção com interação social, ou seja, os pesquisadores estão diante de um jogo psicossocial onde há um dinamismo constante entre ação-reflexão (Bucher-Maluschke, 2016).

O presente estudo é inédito, com características essenciais e em conformidade com as diretrizes e normas prescritas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Plano Individual de Atendimento (PIA) no contexto do acolhimento institucional. A aplicação do Programa PROSA se constitui como uma possibilidade de desenvolver uma intervenção para estes adolescentes no período de maior adversidade em suas vidas, especialmente devido ao distanciamento familiar e às experiências de abandono e/ou violência.

Acredita-se que a criação, adaptação e implementação de programas voltados ao desenvolvimento de competências sociais em crianças e adolescentes vítimas de violência pode contribuir significativamente para a redução de problemas comportamentais, promovendo a recuperação emocional e o fortalecimento de vínculos. Tais programas, portanto, devem ser objeto de investigação, atuação e intervenção por diferentes áreas do conhecimento, dada sua relevância na mitigação dos impactos psicológicos e sociais associados ao acolhimento institucional.

4.2 Método

4.2.1 Delineamento e participantes

Trata-se de um estudo qualitativo para implementar uma intervenção do PROSA, para que se verifiquem resultados quanto à aplicação, análise e interação no contexto do acolhimento institucional com adolescentes. A pesquisa qualitativa está voltada para os significados que as pessoas atribuem às suas experiências no mundo social e para a maneira como compreendem esse mundo. Seu objetivo é interpretar os fenômenos sociais (como interações e comportamentos), considerando os sentidos que as pessoas lhes conferem (Brandão, 2001).

A partir da possibilidade de interpretação das interações e comportamentos, a pesquisa revelou a compreensão do campo do acolhimento institucional. Dessa forma, fundamenta-se a investigação na característica da assertividade descritiva, indo além da informação dada e/ou coletada, ou seja, procurou-se aprofundar o conhecimento do objeto de estudo a partir de observação interativa/narrativa da Inserção Ecológica.

A inserção ecológica refere-se à maneira como o pesquisador se envolve diretamente no campo de pesquisa, de modo a compreender a interação entre as pessoas e o ambiente em que estão inseridas. Essa perspectiva é alinhada ao modelo bioecológico de Bronfenbrenner, que constitui um referencial adequado para a realização de pesquisas sobre o desenvolvimento no contexto, incluindo vários níveis de análise (Cecconelo; Koller, 2016).

Participaram do estudo 9 adolescentes que concluíram o PROSA. Os critérios adotados para a composição do grupo foram: estar na faixa etária da adolescência, ter disponibilidade de participar dos encontros nos dias e horários pré-estabelecidos e assentir sua participação no grupo, embora a instituição tenha previamente autorizado nossa atividade com eles. Isso significa que os adolescentes contribuíram com o estudo de forma voluntária.

O grupo foi composto por 3 meninas e 6 meninos, com idades entre 13 e 18 anos, de uma instituição de acolhimento da cidade de São João de Meriti, localizada no território da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.. Em relação ao grau de instrução, todos os adolescentes estavam no segundo segmento do Ensino Fundamental. Quanto às atividades externas, um adolescente estava realizando curso profissionalizante de informática e os demais participavam de atividades em outros equipamentos da saúde e/ou assistência, como o CAPSi, por exemplo.

Também participaram da implementação do programa duas estudantes de psicologia que compuseram a equipe de pesquisa do estudo e participaram como facilitadoras do programa. Uma era aluna da Universidade Estácio de Sá e a outra da Universidade do Grande Rio (Unigranrio), ambas Universidades privadas da Baixada Fluminense-RJ. A cada encontro

realizado mantínhamos reuniões para avaliar os resultados e os alcances dos respectivos encontros, realinhar ações futuras, bem como ampliar nossa compreensão acerca das falas e dos comportamentos dos adolescentes.

4.2.2 Instrumentos

Alguns instrumentos compuseram a organização metodológica da pesquisa. O instrumento base da pesquisa foi o PROSA — Programa para promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos. O PROSA foi organizado com base em uma abordagem psicoeducacional. Reunindo os participantes em grupos, integra informações educacionais e promove interações interpessoais, com o objetivo de facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades por meio da troca de experiências.

O programa é composto por duas versões, uma para adolescentes (versão 1) e outra para facilitadores (versão 2). Cada formato possui sua organização de encontros e, para melhor compreensão, são divididos em etapas. A versão para adolescentes é organizada em 6 encontros divididos em quatro etapas: I – estabelecimento de vínculo e psicoeducação; II – análise dos comportamentos e problemas; III – planejamento de estratégias para a mudança; IV – finalização. A versão para facilitadores é organizada em 3 encontros e possui as seguintes etapas: I – Motivação para o uso da metodologia; II – Desenvolvimento de competências; III – Preparo da Equipe.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) compôs o conjunto de instrumentos, sendo ele um documento básico e fundamental que garante os direitos do participante da pesquisa. Nele constam informações necessárias que permitirão ao indivíduo conhecer os benefícios e riscos de participar da pesquisa. É a proteção legal e moral do pesquisador, posto que é a manifestação clara de concordância com a participação na pesquisa.

Também foi utilizado pela equipe de pesquisa um diário de campo para primar o rigor metodológico e ético da investigação. O diário de campo é um instrumento que permite uma aproximação com a realidade da população estudada (Morais; Koller; Raffaelli, 2016). A elaboração do diário de campo precisa ser fiel à experiência, e ele deve ser o mais descritivo possível, constando comentários e impressões pessoais. Segundo Moraes, Koller e Raffaelli (2016), os relatos podem ser escritos ou gravados, ter a descrição de aspectos concretos (dia, horário, pessoas, atividades etc.), bem como os sentimentos dos pesquisadores. Para auxiliar o preenchimento do diário de campo, utilizou-se um roteiro para operacionalização da coleta de dados na inserção ecológica.

Além disso, foi disponibilizado o Manual de Facilitadores do PROSA, que discorre sobre os conceitos acerca do desenvolvimento da adolescência e sobre acolhimento institucional, seguido da explicação de cada etapa e encontro do PROSA com orientações e dinâmicas para a aplicação eficaz, direcionada e planejada do programa.

Adicionalmente, utilizou-se como instrumento o Questionário de avaliação do programa PROSA. Trata-se de um questionário de autoaplicação que busca mensurar como o adolescente participante do PROSA se sentiu após a aplicação do programa. O instrumento é composto por 8 afirmativas, contendo uma escala de resposta que varia entre 1 a 5, em que 1 se refere a “discordo totalmente”, 2 a “discordo”, 3 a “não sei”, 4 a “de acordo” e 5 a “totalmente de acordo”. Há também duas perguntas objetivas sobre o formato e as atividades do programa, e uma última pergunta aberta sobre as possíveis mudanças e/ou sugestões que gostariam de destacar.

4.2.3 Procedimentos e considerações éticas

Para a realização do estudo, inicialmente o projeto foi enviado para apreciação e aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos. Após o envio, recebemos o parecer de aprovação nº 6.294.380, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Iguazu. Após a aprovação, começamos a realizar contato para apresentação da proposta de implementação e execução do PROSA com a Secretaria de Assistência Social (instituições públicas) e a coordenação (instituições particulares) da instituição de acolhimento, destacando os objetivos e processos para obter a anuência para a execução do programa.

Uma vez obtida a autorização, foi solicitado à coordenação da instituição de acolhimento escolhida para participar da pesquisa a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram explicados os objetivos da pesquisa. Neste ínterim, realizamos o treinamento de facilitadores para que os alunos participantes da equipe estivessem habilitados a aplicar o PROSA juntamente com a coordenadora da pesquisa.

A intervenção foi realizada no período de 02 de março de 2024 a 04 de maio de 2024. Os encontros ocorreram semanalmente (aos sábados), com duração de aproximadamente duas horas. Todos os encontros do PROSA foram realizados de maneira presencial no espaço da instituição de acolhimento.

4.3 Resultados e Discussão

Inicialmente, é importante destacar o desenvolvimento do PROSA. O programa não foi pensado em um modelo psicoterapêutico, mas se baseia em modelos psicoeducativos de trabalho em grupo, principalmente o modelo estrutural da Terapia do Esquema em Grupo (Young; Klosko; Weishaar, 2008; Loose *et al. apud* Lopes, 2015) e aos princípios da Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano. No entanto, a sua estrutura metodológica também se construiu por indagações sobre o contexto do acolhimento institucional e a vulnerabilidade social que marca o cenário.

Compreende-se que não exista um programa que mude o cenário da população investigada de forma rápida e fácil. No entanto, a pretensão foi oferecer uma estratégia para adolescentes vítimas de violência, em vulnerabilidade social e acolhidos institucionalmente. Com isso, os objetivos foram: 1- Acolher as dificuldades dos adolescentes em relação aos esquemas desadaptativos e aos problemas emocionais e comportamentais a fim de favorecer as suas potencialidades e os esquemas mais positivos e/ou saudáveis; 2- Educar os educadores sociais sobre necessidades emocionais da infância e adolescência para auxiliar na construção de um ambiente seguro e baseado em orientação; 3- Treinar os profissionais para implementação do Programa como facilitadores.

As Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009) destacam princípios fundamentais que norteiam as intervenções no contexto do acolhimento, tais como: 1- excepcionalidade do afastamento familiar; 2- provisoriedade desse afastamento; 3- preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; 4- garantia de acesso à diversidade e não discriminação; 5- oferta de atendimento personalizado e individualizado; 6- garantia de liberdade de crença e religião e 7- respeito à autonomia da criança, adolescente e jovem.

A implementação do PROSA atende especialmente aos princípios cinco e sete, visto que objetiva oferecer uma estratégia de intervenção para um acolhimento dos adolescentes frente as suas demandas. Sendo assim, além das perspectivas teóricas, o programa se organiza à luz da Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, que aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Profissionais que lidam diretamente com os adolescentes acolhidos têm uma responsabilidade essencial na promoção de um ambiente que ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado, respeitando os direitos e as necessidades físicas, psicológicas e sociais das crianças e dos adolescentes. Além disso, deve-se fortalecer gradativamente a autonomia, respeitando o

desenvolvimento de habilidades nas diferentes faixas etárias, e incentivar a participação na organização do cotidiano do acolhimento, como na organização dos espaços, limpeza e planejamento de atividades recreativas, culturais e sociais (Brasil, 2009).

A intervenção abordou temas como: construção da identidade pessoal e desenvolvimento de potencialidades; necessidades emocionais fundamentais; rede de apoio e proteção; investigação de recursos educacionais; redução de comportamentos problemáticos e estratégias saudáveis para lidar com conflitos; orientação para o manejo de situações-problema e estratégias de acolhimento; autoconhecimento por meio da identificação de pensamentos e emoções; reestruturação de relacionamentos por meio da ampliação da confiança e do afeto. Além disso, as intervenções consideraram os aspectos da pessoa, do contexto e dos processos proximais apresentados como balizadores da análise do desenvolvimento bioecológico.

Em relação à chegada à instituição, a equipe técnica e a coordenação nos acolheram prontamente, demonstrando confiança na execução dos nossos projetos e reconhecendo a relevância de iniciativas como o PROSA. Eles entenderam a necessidade de proporcionar aos adolescentes momentos em sua rotina para serem ouvidos e participarem de atividades significativas. Com base nisso, e em outras pesquisas conduzidas pela pesquisadora nesse contexto, percebeu-se uma demanda a ser atendida e compreendida, visando o fortalecimento do desenvolvimento integral desses jovens.

Os adolescentes se mostraram curiosos a respeito da presença dos pesquisadores na instituição. Foi possível perceber um interesse genuíno por parte dos adolescentes em querer conhecer o PROSA, e eles demonstraram entusiasmo quando foram informados sobre as visitas semanais. Dessa forma, a respeito da aceitabilidade do programa, foi possível destacar que houve interesse da maioria dos adolescentes. Os que não participaram estavam em atividades concomitantes a nossa presença na instituição.

O interesse dos jovens acerca do programa contribuiu para o nível de adesão dos 9 adolescentes que concluíram os encontros do PROSA. O fato de os adolescentes terem aceitado a proposta facilitou a permanência deles em todos os seis encontros. A aproximação dos adolescentes com a equipe de pesquisa foi tão satisfatória que eles solicitavam sempre antes ou ao final dos encontros que participássemos com eles de alguma brincadeira (queimada, bandeirinha e jogos de tabuleiro). Tal fato demonstra que a implementação do programa também foi estimulada pela interação entre pesquisadores e adolescentes.

As faltas que ocorreram ao longo da intervenção se deram em decorrência da participação dos adolescentes em atividades extras como cursos e oficinas em outros

equipamentos. Além disso, a dinâmica da instituição, com saídas e passeios para os adolescentes, gerou o reagendamento de alguns encontros. Como exemplo, o terceiro encontro foi adiado duas vezes, a primeira devido às fortes chuvas que aconteceram no Rio de Janeiro em março, colocando todas as cidades em estado de atenção, e a segunda devido ao feriado de Páscoa. O 5º encontro também foi remanejado por conta de um curso de maquiagem que as meninas tiveram fora da instituição.

A partir disso, os encontros do PROSA, previstos para serem semanais, tiveram sua periodicidade alterada. Tais dados não revelaram impactos negativos na implementação do programa, mas pontuam uma dinâmica pertinente à instituição de acolhimento que necessita ser levada em consideração na estruturação de programas como o PROSA. Desse modo, devem ser organizados encontros e temas que não dependam entre si, pois a dinâmica institucional não permite seguir os encontros de forma sequencial como um trabalho de grupo semanal sugere.

No que se refere à satisfação dos participantes em relação ao PROSA, as afirmações que mais tiveram destaque em uma escala de resposta que varia entre 1 a 5, em que 1 se refere a “discordo totalmente”, 2 a “discordo”, 3 a “não sei”, 4 a “de acordo” e 5 a “totalmente de acordo”, preenchido após a finalização do programa, foram “Os facilitadores eram legais e gentis” (90% totalmente de acordo); “Gostei do PROSA porque consegui me conhecer melhor” (80% totalmente de acordo); “Eu gostaria de continuar fazendo encontros assim aqui na instituição (80% totalmente de acordo). Além disso, 70% dos adolescentes concordaram com as afirmações “O PROSA me deu muitas opções do que fazer com meus sentimentos desagradáveis”; “Vou utilizar o conhecimento que aprendi no PROSA”; “Vou recomendar o PROSA para outros adolescentes”.

Em relação à avaliação dos adolescentes sobre a estrutura do PROSA, eles destacaram que os elementos que mais os ajudaram foram as dinâmicas, as atividades em grupo e os exercícios/tarefas. Os adolescentes fizeram destaque para os aspectos positivos do programa: oportunidade de aprender coisas novas (48%); a participação dos facilitadores na rotina (29%) e a chance de falar sobre seus próprios sentimentos e pensamentos (24%). Adicionalmente, quando questionados sobre o que gostariam de mudar no programa, a maioria indicou que não mudaria nada, enquanto dois adolescentes expressaram o desejo de mais atividades e dinâmicas.

Além disso, foi possível estabelecer os resultados que a inserção ecológica, aliada à implementação do PROSA, proporcionou ao presente através da ocorrência de um processo de interação social atuando como intervenção, assim como afirma o estudo de Cecconelo e Koller (2016). O Quadro 3 evidencia esta afirmação e mostra que os dados obtidos podem ser considerados válidos ecologicamente.

QUADRO 1- SISTEMATIZAÇÃO DA INSERÇÃO ECOLÓGICA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROSA

Núcleo	Resultados
PESSOA	<p>Maior parte dos adolescentes são negros</p> <p>Os adolescentes estão na faixa de 13 a 18 anos</p> <p>Um dos adolescentes tem diagnóstico de deficiência intelectual</p> <p>Todos os adolescentes fazem uso do medicamento antidepressivo denominado fluoxetina</p> <p>Dois dos adolescentes participam do programa jovem aprendiz</p> <p>Ao longo da aplicação do PROSA os adolescentes foram mudando comportamentos inibidores para comportamentos mais generativos</p> <p>A equipe de pesquisa ampliou seu conhecimento acerca da população estudada, desenvolvendo suas competências técnicas de reflexão sobre este contexto, o que sustenta a construção da própria pesquisa</p>
PROCESSO	<p>Os adolescentes estabelecem relações com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Adolescentes – equipe de pesquisa ○ Adolescente – adolescente ○ Adolescente – técnicos ○ Adolescente – cuidadores <p>A equipe de pesquisa interagiu com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Equipe – equipe ○ Equipe- adolescentes ○ Equipe – profissionais <p>Os profissionais interagem com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Técnicos – cuidadores ○ Técnicos – técnicos da Vara da infância ○ Técnicos – equipe de pesquisa ○ Técnicos – adolescentes ○ Técnicos - voluntários <p>Efeitos do PROSA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Promoção do bem-estar emocional e do fortalecimento de vínculos saudáveis entre os adolescentes acolhidos ○ Necessidade do investimento em programas que promovam a criação de espaços de socialização, acolhimento e cuidado
CONTEXTO	<p>Instituição de Acolhimento, Escola, Jovem aprendiz, cursos, família, CAPSi, e acrescentando o PROSA</p> <p>As trocas entre PROSA e a instituição, e a instituição com as famílias e outros equipamentos, como o CAPSi</p> <p>Reuniões de equipe, treinamento da equipe, presença de estagiários, modelo da instituição, vínculo profissional frágil/contrato</p> <p>Vara da infância, da juventude e família do município, plano individual de atendimento, módulo criança e adolescente do Rio de Janeiro e as políticas públicas voltas ao público infantojuvenil</p>

TEMPO	<p>Duração da inserção e implementação do PROSA. Os adolescentes inicialmente estavam desconfiados, mas ao decorrer da ação passaram a querer nossa presença para atividades além do encontro programado. Convidaram, por exemplo, para almoçar, tomar banho de piscina, brincadeiras de queimada, dança das cadeiras e ida a eventos programados pela instituição.</p> <p>Encontros do PROSA ocorreram semanalmente, incluindo algumas alterações e cancelamento dos encontros em decorrência da agenda da instituição, ocasionando espaçamento de tempo maior para acontecer os encontros.</p> <p>Até ocorrer efetivamente os encontros do PROSA, houve uma mudança no formato da instituição, que inicialmente era apenas para meninos e passou a ser instituição mista. Técnicos e cuidadores com mais de 10 anos de atuação. Um adolescente que alcançou sua maioridade e está vivenciando o processo de desligamento em breve. Até a conclusão deste estudo o caso ainda estava sendo estudado.</p>
-------	---

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

A interação entre os quatro componentes do modelo bioecológico (Pessoa, Processo, Contexto e Tempo) constituiu um referencial para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como o modelo que se propõe (Cecconello; Koller, 2016), destacando que o estudo não está deslocado das pesquisas cujos temas são semelhantes. Ao longo da aplicação dos encontros estruturados do PROSA, foi possível, nos feedbacks trazidos pela equipe, registrar mais informações sobre os adolescentes. O quadro de sistematização (Quadro 3) apresenta de forma objetiva os registros feitos pela equipe de pesquisa nos diários de campo e nas reuniões de supervisão construindo um diário de campo coletivo, e seus resultados serão pontuados ao longo desta discussão.

Um dado relevante e que merece destaque inicial é em relação à cor/raça dos adolescentes. Já é sabido que a maioria dos adolescentes em acolhimento institucional, cerca de 80%, são da raça negra (MPRJ, 2021). Tal colocação está longe de ser apenas um dado estatístico, todavia aparece como um marcador social, evidenciando a estrutura racista brasileira que impacta diretamente o atendimento à adolescência (Galoni *et al.*, 2023).

Ser criança ou adolescente negro no Brasil é uma realidade distinta daquela vivida por crianças e adolescentes brancos, ao implicar em diferentes condições de acesso a oportunidades culturais, de saúde, educação e garantia de direitos, o que, por consequência, influencia as suas experiências subjetivas e integração nos contextos sociais (Galoni *et al.*, 2023, p. 20).

Considera-se destacar aqui o fato de os adolescentes usarem de forma geral antidepressivos, fato este destacado na fala dos profissionais. Silva e Silveira (2019) pontuam que nas últimas décadas houve um aumento expressivo de crianças e adolescentes submetidas à tratamento psicofarmacológico. A medicação psicotrópica constitui uma modalidade de intervenção, uma vez que o uso de fármaco pode ser atribuído ao fato da presença de problemas

de comportamentos externalizantes comuns em adolescentes institucionalizados (Pires; Martins, 2019).

O impacto dos psicofármacos em crianças e adolescentes tem influência em diferentes áreas das suas vidas. O uso de antidepressivos pode estar associado a efeitos como sedação, tontura, náuseas, insônia, alterações de peso (ganho ou perda), nervosismo, ansiedade, tremores e palpitações (Brasil e Belisário Filho, 2000). Além disso, pode ocasionar uma redução na capacidade de vivenciar emoções (Solchany, 2011). A utilização destes medicamentos necessita de um diagnóstico médico, e eles devem ser utilizados de modo sensato, tendo em conta que podem ocasionar efeitos e reações adversas, além de dependência e prejuízo ao organismo (Silva; Silveira, 2019). Os dados apontam para uma preocupação inicial em relação ao uso de psicofármacos na população investigada, ressaltando a importância de compreender adequadamente a prescrição e a administração desses medicamentos. Isso se deve ao fato de que os comportamentos problemáticos e as necessidades dos adolescentes não são efetivamente resolvidos apenas com intervenções químicas.

Em relação aos resultados na aplicação do PROSA, as falas dos adolescentes ao longo dos encontros, os registros nos diários de campo da equipe e as avaliações dos adolescentes sobre o programa evidenciaram aspectos positivos da intervenção. Um ponto em comum nas reuniões de equipe foi constatar que os adolescentes não estavam restritos no que iriam falar, percebendo um espaço com ausência de julgamento. Em uma perspectiva ecológica, o estabelecimento dessa interação possibilitou proximidade entre todos. Por exemplo, um adolescente declara que “muito legal vocês virem pra cá conversar com a gente, porque vocês não têm obrigação de vir pra cá num sábado”.

A equipe também percebeu mudanças de comportamentos ao passo que as interações foram progressivamente ficando mais complexas. Inicialmente, os adolescentes tinham uma postura barulhenta, conflituosa e pouco estruturada, não queriam se reunir em roda quando chamávamos para conversar, iniciavam brigas e conflitos de forma repentina e xingavam uns aos outros. Ao longo das atividades e das discussões dos temas propostos nos encontros, a mudança destes comportamentos foram notórias, o que nos leva a refletir o quanto o PROSA possibilitou a estimulação do bem-estar, sendo uma estratégia de transformação e mudanças.

A equipe de pesquisa também percebeu que temas sensíveis e contextuais, como sexualidade e questões étnico-raciais, surgiram ao longo dos encontros estruturados e que não estavam previstos na composição do PROSA. A equipe reconheceu essa necessidade e temas além do estruturado foram acolhidos e desenvolvidos com os adolescentes. Sabe-se que a

adolescência é marcada por transformações hormonais e físicas, as mudanças em seu próprio corpo relacionadas com novas experiências físicas podem trazer confusão ao adolescente, pois o ambiente também se mostra ambíguo a essas mudanças (Loose *et al.*, 2015). Na puberdade, os adolescentes enfrentam desafios adaptativos como o novo corpo em formação, trazendo à tona questões como imagem corporal, autoestima, sexualidade e identidade (Assumpção *et al.*, 2017).

Nesta fase de inter-relações os cuidadores precisam ajudar o(a) adolescente a superar a turbulência emocional das transições biológicas, cognitivas e sociais (Bizinoto, 2015). Nesse sentido, atender este tópico e acrescentá-lo ao programa oferece aos adolescentes participantes o desenvolvimento de habilidades para um autogerenciamento cognitivo e emocional (Schoen-Ferreira *et al.*, 2009; Young; Klosko; Weishaar, 2008).

O tema das questões étnico-raciais não foi trazido pelos adolescentes no decorrer do PROSA. No entanto, a equipe de pesquisa ressalta como um tema importante a ser considerado, uma vez que 80% dos adolescentes participantes são negros e pardos. De acordo com o Censo da População Infantojuvenil acolhida no Estado do Rio De Janeiro, desenvolvido pelo sistema Módulo Criança e Adolescente (MCA), observou-se que 80% das crianças e adolescentes acolhidos no Rio de Janeiro são da raça negra, sendo que 32% são de cor preta e 48% são de cor parda (MPRJ, 2021). Portanto, uma discussão sobre identidade étnico-racial pode ser acrescentada nas discussões de identidade pessoal.

A etapa 1 do programa, cujos objetivos são estabelecer vínculo com os participantes, mostrar empatia com o grupo e ampliar a confiança, é composta pelo encontro 1 e o encontro 2. Nesse momento, é explicado que é o PROSA e reforçada a essência do programa pautada em uma conversa fluida, tranquila, sem julgamentos. Além disso, priorizou-se realizar dinâmicas de apresentação como técnica utilizada em inícios de intervenções em grupo, para favorecer o conhecimento mútuo entre os integrantes do grupo (Neufeld *et al.*, 2017). Como os jovens já se conheciam, suas apresentações foram importantes para a equipe de pesquisa, e focamos com eles em construir espaços de integração, para que pudessem aprender a trabalhar em equipe, saber ouvir, e se sentirem à vontade para expressar seus sentimentos.

Objetivando promover o desenvolvimento da identidade pessoal dos adolescentes e incentivando-os a refletir sobre seus pontos positivos, realizamos uma dinâmica na qual eles escreveram sobre pessoas que admiram. Este ponto foi interessante, pois os adolescentes escolheram de familiares a pessoas famosas e os motivos da escolha foram qualidades como: força, coragem, ser uma pessoa trabalhadora, cuidadora e inteligente.

Cantora Ludmilla por ser forte e corajosa (Adolescente C., 17 anos).

Minha irmã porque superou os traumas do passado para ser alguém no futuro [sic]
(Adolescente J., 14 anos).

Os adolescentes também foram incentivados a refletirem sobre si mesmos. É importante compreender que, ao abordar saúde mental, torna-se essencial incluir o aspecto saudável dos indivíduos, incentivando ações que promovam bem-estar e autoestima. Nesse contexto, os adolescentes foram convidados a anotar essas reflexões em um “cartão lembrete”. Durante essa atividade, foi perceptível a troca de informações entre eles sobre o que pensam uns dos outros, já que alguns tiveram dificuldade em identificar aspectos positivos sobre si mesmos.

O que eu gosto em mim é o jeito que eu trato as pessoas, com sinceridade, com carinho e diálogo (Adolescente J., 17 anos).

O senso de identidade é uma das necessidades emocionais básicas a serem alcançadas na adolescência (Young; Klosko; Weishaar, 2008). Nesse sentido, construir uma identidade resulta em definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções deseja seguir pela vida. Logo, o esforço na adolescência para construí-la faz parte de um processo saudável que contribui em sua autonomia, iniciativa, produtividade, tomada de decisões responsáveis e na capacidade para manter relações saudáveis e gerenciar os desafios da idade adulta (Papalia; Feldman, 2010; Schoen-Ferreira *et al.*, 2009).

O processo de construção da identidade do adolescente implica considerar seu desenvolvimento socioemocional, uma vez que a identidade é formada em um contexto relacional. Nesse ambiente, são organizadas as habilidades, comportamentos e atitudes que compõem as competências socioemocionais (Costa; Sani, 2018). Desse modo, é essencial pensar na construção dessa identidade durante a adolescência, especialmente no contexto do acolhimento institucional, onde o desenvolvimento relacional pode ser influenciado por fatores específicos do contexto.

Rodrigues e Selau (2023), de forma semelhante, investigaram sobre a adolescência em acolhimento institucional e sobre como é vivenciar uma adolescência marcada pela vulnerabilidade/vulneração. Ao citar Sotero (2011), eles diferenciam os conceitos em: vulnerabilidade é uma condição humana inerente, relacionada à fragilidade da vida, que se manifesta em diferentes graus, ou seja, grupos minoritários tendem a estar mais vulneráveis em comparação com aqueles que possuem privilégios sociais e econômicos; e vulneração refere-se

a situações em que os impactos de um alto grau de vulnerabilidade, caracterizados pela ausência de direitos básicos como saúde, educação e moradia, já se concretizaram.

Rocha (2007), ao discutir sobre os condicionantes da vulnerabilidade na adolescência, pontua a violência como um dos condicionantes, destacando que a sociedade está pautada por diferentes aspectos e formas da violência. Salienta ainda a relação entre vulnerabilidade e as expressões da violência infantojuvenil. As formas e expressões da violência infantojuvenil são estabelecidas como um problema de saúde pública e consideradas fatores de risco para a vida do indivíduo; estas violações de direitos geram grandes impactos nos vínculos (Bernardi, 2010).

Refletir sobre a construção de identidade nos adolescentes participantes evidencia a necessidade do desenvolvimento de projetos e estratégias de desenvolvimento humano que considerem os contextos de vida destes adolescentes. Neste caso, o acolhimento é temporariamente o local de onde os adolescentes receberão os estímulos necessários para um desenvolvimento de uma identidade sólida e saudável, atenuando os condicionantes da vulnerabilidade e produzindo condicionantes de proteção.

Observou-se, ainda na etapa 1, que o encontro 2, ao abordar o tema das necessidades emocionais e rede de apoio, apontou para sentimentos ambíguos entre os adolescentes e o contexto do acolhimento. Durante a discussão, os adolescentes compartilharam suas percepções sobre o que vivenciam no contexto do acolhimento. Eles mencionaram que, nesse ambiente, experimentam sentimentos e situações como amor, ódio, estresse, raiva, tristeza, pobreza, falsidade, tragédia, desigualdade, remorso e afeto. Em contrapartida, apontaram que o que percebem faltar são: paz, dinheiro, senso de humor, liberdade, carinho, simpatia e sossego.

Ao descrever sua rede de apoio, a maioria dos adolescentes conseguiram prontamente pensar no que nós chamamos de “mão segura”. Contudo, alguns não preencheram por completo essa “mão”, ou seja, cinco pessoas com quem poderiam contar. Uma adolescente preencheu com: Deus, psicóloga e ela mesma. Estes dados vão ao encontro da análise que destaca que o acolhimento tem uma “função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias” (Brasil, 2009, p. 22). No entanto, ainda que a instituição ofereça condições favoráveis e estímulos adequados, ela não consegue reproduzir plenamente o ambiente familiar. Assim, é fundamental avaliar tanto as possibilidades quanto as fragilidades presentes nesse contexto, para uma compreensão mais completa dos desafios enfrentados por esses adolescentes.

Considerando as experiências vividas anteriormente ao período de acolhimento, o espaço institucional deve prestar assistência ao adolescente, ofertando-lhe acolhida, cuidado e espaço para sua socialização e desenvolvimento (Bernardi, 2010). Neste aspecto, o PROSA apresentou-se como uma estratégia de acolhimento, cuidado e socialização, uma vez que possibilitou encontro que atendesse à demanda de diálogo entre os adolescentes identificados na etapa 2.

Na etapa 2, o objetivo foi analisar os comportamentos problemas e construir motivação para a mudança. A etapa é composta pelo encontro 3. É possível intervir em relação aos comportamentos desadaptativos e na construção de comportamentos mais positivos conversando sobre convivência. A dinâmica “Tudo que vai, volta!” (adaptada de Caminha; Caminha, 2016) nos auxiliou de forma assertiva nesta etapa. Os adolescentes mostraram compreender quais dos seus comportamentos podem gerar mal-estar. Os pontos de conflitos são os mais latentes nesse contexto e, por informação deles mesmos, brigar, xingar, é o que “restaria” a fazer.

A conscientização sobre este tema pode servir como um importante mecanismo de prevenção para conflitos futuros, pois este tópico visa ajudar os(as) adolescentes no reconhecimento das vantagens e desvantagens de comportamentos problemas, analisar os conflitos existentes entre o grupo e verificar as estratégias de solução para reforçar a construção de comportamentos mais positivos. Belsky (2010) destaca que programas de desenvolvimento juvenil são eficazes na promoção de vínculos afetivos e no enriquecimento da personalidade, ao fornecer contextos que cultivam competência, confiança, caráter, cuidado e conexões.

Dessa forma, tornou-se essencial estimular a convivência harmoniosa entre os membros do grupo, incentivando-os a reconhecer e destacar as qualidades coletivas, além de dar voz a cada adolescente individualmente. Como resultado, foi possível elaborar uma nuvem de palavras significativa, contendo termos como: carinho, família, guerreiros, sorrisos, lindas, lindos, batalhadores, afeto, felicidade, sonhadores e respeito. O cartaz com essas palavras foi deixado na instituição como um símbolo coletivo de integração e pertencimento.

Considerando estes apontamentos, a proteção no ambiente institucional pode vir das relações estabelecidas neste contexto, principalmente da relação do adolescente com seus colegas. O que se destaca aqui pode ser reforçado pela ideia de processos proximais que, segundo a Teoria Bioecológica, desempenham um papel central no desenvolvimento, pois são as experiências face a face e repetidas que promovem ou inibem o desenvolvimento de habilidades e competências ao longo do tempo (Bronfenbrenner; Morris, 1998).

Os efeitos dos processos proximais estão em promover desenvolvimento, pois podem neste processo de interação produzir competência ou disfunção. Os autores destacam que, na maioria das vezes, quando ocorrem efeitos de disfunção, há a presença de contextos desfavoráveis e desorganizados. No contexto dos adolescentes, por exemplo, a disfunção pode se manifestar em problemas emocionais, comportamentais ou sociais, devido a experiências de negligência e rompimento dos vínculos familiares. Já a competência, pode ser vista onde há ambientes estáveis e favoráveis ao desenvolvimento (Cecconello; Koller, 2016).

No presente estudo, o PROSA se revelou como uma estratégia potencialmente inibidora do efeito de disfunção, dos padrões de comportamento que indicam dificuldades no desenvolvimento e que interferem na capacidade de o indivíduo lidar com demandas ou desafios de forma eficaz (Bronfenbrenner; Morris, 1998). Por conseguinte, foi possível compreender como os encontros do PROSA colaboraram para a interação entre os adolescentes e seus colegas, produzindo, então, efeito de competência a partir de processos proximais eficazes e positivos.

A etapa 3, composta pelos encontros 4 e 5, tendo como principal objetivo promover o autoconhecimento dos participantes — por meio da identificação e da reflexão acerca de seus pensamentos e emoções —, buscou proporcionar aos adolescentes uma compreensão mais profunda sobre os benefícios do reconhecimento dos próprios pensamentos, além de desenvolver habilidades para a avaliação crítica de pensamentos mais funcionais. Embora nem todos os pensamentos sejam necessariamente positivos, a ênfase foi na promoção de padrões cognitivos mais produtivos, com o intuito de favorecer o desenvolvimento emocional e psicológico desses jovens.

Quando o tema proposto foi abordado, muitos adolescentes expressaram pensamentos disfuncionais como: “quero roubar”, “quero comprar droga escondido”, “quero fumar”, comportamentos que não são permitidos no abrigo. Além disso, vários mencionaram crenças limitantes, como “eu não vou ser nada” e “eu não consigo fazer nada”. Essas declarações surgiram ao longo das nossas conversas. Ao serem conduzidos a modificarem esses pensamentos negativos por ideias mais construtivas, eles demonstraram certa dificuldade. Contudo, ao longo do tempo, conseguiram começar a refletir sobre pensamentos mais adaptativos, apesar de levarem algum tempo para se adaptarem a essa nova forma de pensar.

Ao analisarmos a literatura sobre intervenções em grupos, encontra-se destaque para os fatores terapêuticos envolvidos na dinâmica de um trabalho grupal que favorece a mudança a partir das experiências humanas (Neufeld *et al.*, 2017). A saber: instilação de esperança, universalidade, senso de pertencimento, apoio social, altruísmo e aprendizagem interpessoal.

Os encontros 4 e 5, que necessitaram de identificação e mudança de pensamentos, puderam ser aperfeiçoados com o entendimento das intervenções grupais compreendidas por este estudo.

Esses fatores desempenharam um papel crucial no acolhimento das demandas dos adolescentes participantes, pois a criação de um espaço seguro, onde eles pudessem expressar suas emoções e explorar seus pensamentos de maneira construtiva, foi fundamental para o desenvolvimento da autonomia emocional. Observou-se que os efeitos nas relações entre adolescentes e seus colegas, assim como entre os adolescentes e a equipe de pesquisa, se manifestaram através de diversas indicações positivas: a motivação dos adolescentes em participar dos encontros, pedidos para realizar mais atividades, demonstrações de alívio e empatia ao reconhecer os problemas alheios, auxílio mútuo nas tarefas, modelagem de comportamento na gestão de conflitos e a correção de distorções cognitivas.

O encontro 6, organizado na última etapa do programa, tem como finalidade consolidar a intervenção, ampliando a confiança e a postura afetuosa entre os participantes do grupo. Neste encontro, foi proposta uma dinâmica denominada “Escrevendo um livro sobre sua vida” (adaptada de Lins; Neufeld, 2021). Utilizando papeis, canetas, cartolina e outros recursos, este exercício se propôs a auxiliar os participantes a criarem um livro sobre sua própria vida. A proposta foi que o adolescente contasse sobre si mesmo, suas principais características, qualidades e dificuldades. Como acréscimo, solicitamos ao grupo que destacasse na história o momento de participação no PROSA.

Foi possível encontrar histórias com narrativas densas e complexas, que retratam experiências de violência, perdas, fugas, adoção, sonhos e fé (Quadro4). Essas histórias encontram respaldo na literatura, mas, acima de tudo, justificam a si mesmas, oferecendo sentido aos pensamentos, emoções e dificuldades vividas pelos adolescentes. São histórias que justificam histórias. Cada narrativa, com suas particularidades, é contada no seu próprio ritmo, destacando os aspectos que os adolescentes desejam compartilhar, enquanto identificam pontos de escape para lidar com os desafios narrados.

QUADRO 2 - NARRATIVA DOS ADOLESCENTES ACERCA DA DINÂMICA “ESCREVENDO UM LIVRO SOBRE SUA VIDA”

Vivi o resto da minha infância no abrigo. Fui adotado com 10 anos junto com meus irmãos. Fiquei com essa moça 2 anos depois ela me entregou pro abrigo [*sic*], fiquei no abrigo até os 14 anos e fugi depois. Voltei com 15 anos, depois fugi de novo, voltei com 16 anos, depois fugi de novo e voltei com 17 anos e to [*sic*] aqui de novo (Adolescente J., 17 anos).

Eu fui crescendo e as coisas foram mudando. Um certo dia eu fugi de casa porque não aguentava mais apanhar do meu pai adotivo (...) to [*sic*] no abrigo e hoje minha vida tá melhor (Adolescente J., 14 anos).

Morava no espírito santo [sic], tinha casa perto da praia, era muito bom, tinha vários amigos (...) Minha casa, meu irmão, saudade da minha vida [sic]. Que Deus me abençoe, que ele me abençoe (Adolescente W., 17 anos).
Eu sei que se a gente não escrever as coisas que acontecem com a gente, a gente não consegue deixar o passado para traz [sic], fim (Adolescente C., 17 anos).
A Gabriela fez atividade com a gente, eu fiquei muito feliz, eu falei que minha vida iria mudar e mudou muito (Adolescente N., 16 anos).
(...) pelo menos eu tenho essa sensação de que eles foram esquecidos. Isso é algo que me entristece, é algo que enquanto estagiária, enquanto participante daquele espaço, me entristece. Eu fico um pouco cabisbaixa, meu humor fica um pouco afetado ao longo do dia, mas ao mesmo tempo eu ganho um senso de que eu preciso resolver isso e eu preciso cuidar disso (Facilitador da equipe de pesquisa).

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

Essa reflexão relembra Bock (2004) ao pontuar sobre a adolescência na história. A autora destaca que, atualmente, a juventude vive um paradoxo que se manifesta em variadas representações socioculturais, valores, dinamismo e criatividade, levando vários estudiosos sobre o tema a apontarem a existência de *adolescências* (grifo nosso) em virtude das suas múltiplas subjetividades. Os adolescentes brasileiros não nascem e se desenvolvem em um mesmo contexto, há diferenças sociais e culturais que, se olhadas de um plano de cima, observa-se uma “estrada” com muitos caminhos que impactam o destino.

O acolhimento institucional, quando conduzido sem levar em consideração os atravessamentos histórico-político-sociais que envolvem essa prática, pode se transformar em um dispositivo de confinamento da infância, restringindo a subjetividade e impedindo-a de exercer sua potência e de se atualizar, o que é inerente ao movimento natural da vida (Crestani; Rocha, 2018). Diante disso, a “organização de condições que favoreçam a formação da identidade da criança e do adolescente implica o respeito à sua individualidade e história de vida” (Brasil, 2009, p. 27).

Nesse sentido, baseado em Burlingame, Mackenzie e Strauss (2004), e na estrutura do contexto, os adolescentes e a liderança da equipe de pesquisa também influenciaram os desfechos da implementação do PROSA. O contexto aqui se refere então à estrutura do PROSA em suas etapas, encontros e fundamentação teórica, além de se ter encontrado na instituição de acolhimento um espaço de abertura e confiança para a execução das ações. Os adolescentes também foram fontes de mudança almejadas pelo PROSA, já que vivenciaram relações proximais, influenciando o grupo com a expressão de “quem são”, ou seja, sua personalidade. Do mesmo modo, a equipe de pesquisa também proporcionou influência na dinâmica do

programa com a interação que se estabeleceu com os adolescentes, de modo a se colocarem prontos a nos ouvir e a seguir nossas orientações.

O PROSA se potencializou com a complexidade das relações, encontrando nesta troca o significado do programa: PROSA é prosear, conversar, se entregar, se misturar e se achar. Carlos *et al.* (2013) afirmam ser urgente a discussão do acolhimento institucional enquanto contexto de desenvolvimento humano, uma vez que a temática se torna importante para oferecer minimamente um ambiente que esteja atento às necessidades, às singularidades e à proteção dos adolescentes acolhidos.

A Proteção Integral afirmada no Estatuto da Criança e do Adolescente demanda do Estado brasileiro e da sociedade política e civil esforços e continuidade nas ações, e essa concepção destaca que a criança e o adolescente devem estar assegurados por políticas públicas de proteção, promoção de direitos, bem como as suas respectivas famílias (Rizzini; Naiff; Baptista, 2006). Segundo Santos (2020), é urgente investir no contexto de relação e de desenvolvimento dos adolescentes acolhidos institucionalmente, bem como no contexto das políticas públicas dirigidas a eles. Há uma emergência de consolidação das políticas sociais destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente hoje, pois crianças e adolescentes são o presente e não apenas o futuro do país (Faleiros, 2005).

4.4 Conclusão

O Programa para Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos (PROSA) foi implementado com o objetivo de proporcionar um espaço psicoeducacional seguro para adolescentes em situação de acolhimento institucional. A iniciativa permitiu o desenvolvimento de habilidades interpessoais, autoconhecimento e fortalecimento das redes de apoio, abordando temas essenciais para o desenvolvimento saudável desses adolescentes. A acolhida da equipe técnica e a receptividade dos adolescentes demonstraram a importância de iniciativas como essa para colaborar positivamente com o contexto institucional e criar oportunidades para o fortalecimento emocional e social dos participantes.

Os adolescentes demonstraram curiosidade e engajamento desde o início e, ao longo dos encontros, foi perceptível o impacto positivo do programa nas suas vidas, uma vez que esses jovens mudaram comportamentos em relação à equipe e aos seus colegas, estando mais atentos às orientações, pacientes nas discussões e comunicativos. Eles foram incentivados a refletir sobre si mesmos e a compartilhar suas experiências. Atividades como a escrita de reflexões em “cartões lembrete” permitiram que muitos adolescentes, que inicialmente tinham dificuldades

em reconhecer suas qualidades, começassem a identificar e valorizar aspectos positivos de sua personalidade e suas ações. Essa dinâmica, ao promover a autoestima e o bem-estar, é essencial para a construção de uma identidade forte, que é uma das necessidades emocionais básicas na adolescência.

Além de estimular o autoconhecimento, o PROSA possibilitou discussões profundas sobre a realidade do acolhimento institucional e suas implicações. Os adolescentes relataram sentimentos ambíguos em relação ao acolhimento, revelando uma mistura de amor, ódio, tristeza, e outras emoções intensas que emergem no contexto de vulnerabilidade. Essas vivências reforçam a necessidade de oferecer estratégias de acolhimento que promovam a segurança emocional e a saúde mental, ao mesmo tempo em que fortalecem a rede de apoio ao redor desses adolescentes.

O PROSA se destacou como um instrumento de conscientização e prevenção de conflitos. As dinâmicas realizadas ajudaram os adolescentes a refletirem sobre o impacto de seus comportamentos, promovendo a construção de atitudes mais adaptativas e saudáveis. As interações entre os adolescentes e os facilitadores criaram um ambiente de confiança e respeito, no qual os adolescentes se sentiram confortáveis para expressar suas emoções e trabalhar de forma colaborativa para a mudança.

O programa também se preocupou em dar voz aos adolescentes, promovendo um espaço para que pudessem contar suas histórias de vida através de atividades como a escrita de um "livro sobre sua vida". As narrativas compartilhadas revelaram as complexas vivências de cada um, muitas vezes marcadas por experiências de violência, perdas e desafios. Contudo, esses relatos também trouxeram à tona resiliência, esperança e a capacidade de sonhar com um futuro melhor.

Além disso, mesmo diante de algumas dificuldades de aplicação e de dinâmica do contexto do acolhimento institucional, como fugas dos adolescentes e rotatividade de profissionais, pode-se observar o PROSA como uma intervenção promissora na promoção do bem-estar emocional e no fortalecimento de vínculos saudáveis entre os adolescentes acolhidos, mostrando-se uma estratégia relevante para que seja possível amenizar os efeitos da vulnerabilidade e fortalecer o desenvolvimento integral dos envolvidos. Os resultados satisfatórios apontam para a importância de continuar investindo em programas que promovam não só a saúde mental, mas também a criação de espaços de socialização, acolhimento e cuidado para adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Trata-se de um primeiro estudo, por isso, ao mesmo tempo em que se encontra a viabilidade do estudo e a aplicabilidade dele no contexto de implementação, faz-se necessário

destacar alguns ajustes importantes como: acréscimo de temas sobre sexualidade e questões étnico-raciais, pois surgiram ao longo dos encontros estruturados; organizar encontros e temas que não dependam entre si, pois a dinâmica institucional não permite seguir os encontros de forma sequencial como um trabalho de grupo semanal sugere; explorar os temas em brincadeiras, pois as dinâmicas podem dar um “ar de seriedade” e afastar os adolescentes. Tais apontamentos são indicativos para a reformulação e a implementação com ajustes. Também indica-se que o PROSA possa ser aplicado e explorado em outros contextos de relações proximais, como a escola..

Adicionalmente, mesmo se valendo de uma pesquisa qualitativa, o estudo seguiu o rigor científico que pode ser vislumbrado através das ações investigativas mediadas pelo planejamento dos encontros, a coleta de dados através de diário de campo e questionário de avaliação do programa, que oportunizou a elaboração descritiva das informações com o devido aporte teórico de conhecimentos anteriores. Em suma, acredita-se que a continuidade do estudo apresentado possa assegurar a aplicação de uma intervenção baseada na promoção de desenvolvimento saudável. Isso se dá, principalmente, ao considerar o programa não como uma ação isolada para possíveis mudanças, mas como parte de um conjunto de intervenções articuladas no atendimento infantojuvenil, aplicando os princípios da proteção integral de forma integrada e contínua.

4.5 Referências

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção versus autonomia? **Psicologia Clínica**, v. 21, n. 2, p. 431–450, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/GvXkxJvXbgT8Dc3xrj99jPf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 set. 2022.

ASSUMPÇÃO, Alessandra Almeida; TEODORO, Maycon; MALTONI, Juliana; NEUFELD, Carmem Beatriz. A perspectiva adolescente na teoria cognitiva de Beck. *In*: NEUFELD, Carmem Beatriz (Org.). **Terapia cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental**. Porto Alegre: Artmed, 2017, p. 29–41.

BELSKY, Janet. **Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BERNARDI, Dayse. **Cada caso é um caso**: estudos de caso, projetos de atendimento. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

BIZINOTO, Jessica Ferrucci Suzuki. **O modelo alemão da terapia do esquema**: conceituação, técnicas e aplicação clínica na psicoterapia infantil. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BOCK, Ana Maria Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos CEDES**, v. 24, n. 62, p. 26–43, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/znYxDSw7jfGgv4LTKbbS8Tj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001. BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da União**: Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm>. Acesso em: 7 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BRASIL. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**: Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL, Heloísa Helena Alves.; BELISÁRIO FILHO, José Ferreira. Psicofarmacoterapia. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 42–47, dez. 2000.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela. The ecology of developmental processes. In: DAMON, William; LERNER, Richard (Orgs.). **Handbook of child psychology**. New York:

John Wiley, 1998, p. 993–1028.

BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. Inserção ecológica: subsídio à produção do conhecimento. *In*: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 19–29.

BURLINGAME, Gary; MACKENZIE, Roy; STRAUSS, Bernhard. Small group treatment: evidence for effectiveness and mechanisms of change. *In*: LAMBERT, Michael (Org.). **Bergin and Garfield's handbook of psychotherapy and behavior change**. New York: Wiley, 2004, p. 647–696.

CAMINHA, Renato; CAMINHA, Marina. **TRI Preventivo – Trabalho de Reciclagem Infantil**: Promovendo inteligência emocional e social. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2016.

CARLOS, Diene; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; SILVA, Marta Angélica Iossi; ROQUE, Eliana Mendes de Souza Teixeira; VENDRUSCOLO, Telma Sanchez. O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática? **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 1–7, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n2/pt_0104-1169-rlae-21-02-0579.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

CARVALHO, Cintia Favero; RAZERA, Josiane; HAACK, Karla Rafaela; FALCKE, Denise. Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais. **Aletheia**, v. 47-48, p. 51–63, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000200005>. Acesso em: 19 abr. 2023.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Silvia Helena. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *In*: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 267–291.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras**. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/dnpi-eixo-4-v4.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2023.

COSTA, Vânia Aónia; SANI, Ana Isabel. Sintomatologia de pós-stress traumático em crianças

expostas à violência interparental. **Revista da Faculdade de Ciências da Saúde**, v. 4, p. 282–290, 2007. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/455/1/282-290REVISTA_FCS_04-2.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

CRESTANI, Vanessa; ROCHA, Kátia Bones. Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/PdCQ3kKYR4sL3dpjwvCW7pk/?format=pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

CRUZ, Ariadne de Araújo. Adolescências na contemporaneidade. *In*: **ANAIS – 21ª SEMOC**. Salvador: UCSAL, 2018, p. 483–492.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento**. [s.l.]: IPEA, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. *In*: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GALONI, Luana Luiza.; SOUZA, Douglas Campos de; RIBAS, Grazielly; SOUZA, Isadora Teresa Paulo de. PELES NEGRAS: A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA BAIXADA FLUMINENSE. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023. DOI: DOI 10.31418/2177-2770.2023.v16.c.1.p 652-698. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1572>. Acesso em: 20 jul. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Serviços de acolhimento de crianças e adolescentes ampliam cobertura no Brasil**. IPEA, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2082-servicos-de-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-ampliam-cobertura-no-brasil>>. Acesso em: 30 out. 2024.

LINS, Manuela Caldas; NEUFELD, Carmem Beatriz. **Técnicas em terapia cognitivo-comportamental com crianças e adolescentes**: uma perspectiva de intervenções individuais e grupos. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2021.

LOOSE, Christof; GRAAF, Peter; ZARBOCK, Gerhard. **Störungsspezifische**

Schematherapie mit Kindern und Jugendlichen. Weinheim: Beltz, 2015.

LOPES, Renata Fernandes. Terapia do esquema em grupo com crianças e adolescentes. *In*: NEUFELD, Carmem Beatriz (Org.). **Terapia cognitivo-comportamental em grupo para crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 147–188.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **Módulo Criança e Adolescente.** Disponível em: <<https://mca.mp.rj.gov.br/censos/32-censo>>. Acesso em: 6 set. 2023.

MORAIS, Normanda Araújo de; KOLLER, Silvia Helena; RAFFAELLI, Marcela. Inserção ecológica na pesquisa sobre trajetórias de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social: identificando fatores de risco e proteção. *In*: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 65–92.

NEUFELD, Carmem Beatriz; MALTONI, Juliana; LONGHINI, Leonardo Zaiden; AMARAL, Julie Almeida Gurgel. Estratégias de manejo terapêutico com adolescentes. *In*: NEUFELD, Carmem Beatriz (Org.). **Terapia cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental.** Porto Alegre: Artmed, 2017, p. 116–133.

PAPALIA, Diane; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano.** Porto Alegre: AMGH, 2010.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649–673, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/sP8smWgyn5fJS77m6Cv4npj/?lang=pt#>>. Acesso em: 24 out. 2023.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2006.

ROCHA, Simone da Rocha. **Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do programa agente jovem em Porto Alegre.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, Julia Loren dos Santos; SELAU, Bento. O adolescer vulnerável em percursos de acolhimento institucional. **Psicologia Clínica**, v. 35, n. 2, p. 275–294, 2023. Disponível em:

<https://www.psi.puc-rio.br/site/images/psi_puc/publicacoes/35.2/PsiClin-v35n2-A03.pdf>.

Acesso em: 28 out. 2024.

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Desenvolvimento de esquema iniciais desadaptativos em adolescentes em vulnerabilidade social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Desenvolvimento da identidade em adolescentes estudantes do ensino médio. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 3, p. 326–333, 2009. Disponível em: <<http://producao.usp.br/handle/BDPI/11993>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SILVA, Orfila Rafaela Trindade da; SILVEIRA, Michele Marinho da. O USO DE PSICOFÁRMACOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL. **Infarma - Ciências Farmacêuticas**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 210–218, 2019. DOI: 10.14450/2318-9312.v31.e3.a2019.pp210-218. Disponível em: <https://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/2527>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SOLCHANY, JoAnne. (2011), **Psychotropic medication and children in foster care: Tips for advocates and judges**. Washington, DC: American Bar Association, Center on Children and the Law, 2011. Disponível em: <https://nationaldec.org/wp-content/uploads/267-Article.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SOTERO, Marília. Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética. **Revista Bioética**, v. 19, n. 3, p. 799–817, 2011. Disponível em: <https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/677>. Acesso em: 8 dez. 2023.

YOUNG, Jeffrey. **Terapia cognitiva para transtornos da personalidade: uma abordagem focada em esquemas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

YOUNG, Jeffrey; KLOSKO, Janet; WEISHAAR, Marjorie. **Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

A presente Tese evidencia a importância de uma abordagem contextualizada e sensível para lidar com a vulnerabilidade social na adolescência, especialmente em situações de acolhimento institucional. A complexidade da vivência no acolhimento, marcada por desafios

em suas relações, afeto e a percepção de cuidado, foi explorada a partir de múltiplas abordagens metodológicas, oferecendo uma visão abrangente sobre os processos de desenvolvimento e apoio que ocorrem nesse ambiente.

A adolescência torna-se ainda mais complexa quando associada às adversidades de um acolhimento institucional, onde os adolescentes podem ter suas necessidades de vínculo, afeto, segurança e autonomia frustradas. Este cenário exige dos profissionais de acolhimento um conjunto de competências, que vão além do atendimento cotidiano, e que demandam ações que integrem afeto, estabilidade, promoção da autonomia e suporte emocional constante.

Ao adaptar um modelo de pesquisa que respondesse às perguntas centrais — Como são estabelecidos os relacionamentos no acolhimento? Os adolescentes percebem afeto e cuidado nesse contexto? Como a instituição promove um desenvolvimento saudável? —, foram delineadas etapas que possibilitaram tanto a compreensão teórica quanto a aplicação prática de intervenções direcionadas a esses adolescentes. O desenvolvimento dessa pesquisa seguiu um modelo lógico dividido em três etapas fundamentais, explicitadas a seguir.

Na primeira etapa, o estudo preparatório focou na fundamentação teórica e na avaliação das necessidades, por meio de uma revisão integrativa da literatura sobre intervenções no contexto de acolhimento institucional. O artigo resultante desta fase apresentou programas de intervenção aplicados nesse ambiente, revelando a relevância dessas práticas na promoção de uma experiência acolhedora e de desenvolvimento saudável.

Já na segunda etapa, a construção da intervenção se baseou em diagnósticos contextualizados, com inserção ecológica no contexto do acolhimento institucional. Esse processo possibilitou a coleta de dados a partir de entrevistas e vivências no contexto, resultando no artigo que abordou a Inserção Ecológica como um método capaz de captar a peculiaridade e os desafios diários dos adolescentes e dos profissionais envolvidos.

Na terceira etapa, a intervenção-piloto, através do Programa para a Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos (PROSA), propiciou a implementação e avaliação da proposta. Os resultados indicaram que o programa contribuiu para fortalecer os vínculos e desenvolver habilidades emocionais nos adolescentes, mostrando-se uma ferramenta eficaz para promover resiliência e bem-estar no contexto do acolhimento.

A metodologia utilizada, caracterizada por uma abordagem quanti-qualitativa, exploratória e descritiva, permitiu não só entender o desenvolvimento dos adolescentes, mas também mensurar o impacto da intervenção de forma objetiva. O método da Inserção Ecológica mostrou-se especialmente útil para observar a realidade do acolhimento institucional, permitindo uma maior proximidade com o cotidiano dos participantes.

Os dados deste estudo revelaram que as instituições de acolhimento desempenham um papel determinante no desenvolvimento desses adolescentes, influenciando diretamente suas percepções e comportamentos. A partir da análise dos Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs), foi possível identificar que os esquemas de Abandono, Autossacrifício, Desconfiança/Abuso, Negativismo/Pessimismo e Inibição Emocional estão particularmente presentes nessa população. O esquema de Abandono, com a maior prevalência entre os participantes, reflete a ausência de vínculos seguros, impactando de forma significativa o desenvolvimento emocional e as expectativas futuras dos adolescentes. Este esquema, combinado com a Desconfiança/Abuso, demonstra o efeito cumulativo de vivências traumáticas no pré-acolhimento, reforçando a necessidade de intervenções que visem à construção de um ambiente de confiança e segurança.

O Autossacrifício, observado como uma forma de compensação do abandono, e o Negativismo/Pessimismo, associado à visão distorcida sobre o futuro e sobre as próprias capacidades, reforçam a necessidade de estratégias que promovam a autoestima e a resiliência emocional. Esses adolescentes não só enfrentam desafios internos, mas também lidam com questões externas como a discriminação e o preconceito, que reforçam padrões desadaptativos. Nesse sentido, a criação de um ambiente que satisfaça necessidades emocionais, como a expressão emocional, a validação e o estímulo à autoconfiança, se torna central para a reparação desses esquemas e o desenvolvimento de uma identidade pessoal mais saudável.

Dentro dessa perspectiva, o PROSA mostrou-se uma iniciativa relevante. Ao adotar uma abordagem psicoeducativa, o programa não só possibilitou o autoconhecimento dos adolescentes, mas também o desenvolvimento de habilidades interpessoais e o fortalecimento de redes de apoio. Atividades como a escrita de “cartões lembrete” e o “livro sobre sua vida” permitiram que os adolescentes refletissem sobre suas qualidades, muitas vezes não reconhecidas, promovendo um impacto positivo em sua autoestima e seu bem-estar emocional. A importância dessas atividades se reflete na valorização de aspectos positivos da personalidade e das ações dos adolescentes, que passaram a perceber-se de maneira mais construtiva e confiante.

O PROSA também se destacou por abordar de forma colaborativa e reflexiva as emoções ambíguas que os adolescentes experienciam em relação ao acolhimento institucional. Os relatos de sentimentos de amor, ódio, tristeza e outras emoções intensas evidenciaram a necessidade de criar um espaço seguro onde esses adolescentes possam processar suas vivências emocionais e construir estratégias de enfrentamento adaptativas. As dinâmicas propostas pelo programa possibilitaram não apenas a expressão dessas emoções, mas também o

desenvolvimento de atitudes mais adaptativas e saudáveis, auxiliando os adolescentes a refletirem sobre o impacto de seus comportamentos e a desenvolverem estratégias mais construtivas para lidar com os desafios da vida presente e futura.

Outro ponto crucial revelado pelo estudo foi a importância da equipe de pesquisa no contexto pesquisado. A partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, ficou evidente que a qualidade das interações entre profissionais e adolescentes é determinante para o sucesso do acolhimento. O método de Inserção Ecológica, utilizado como abordagem investigativa, permitiu uma análise profunda das dinâmicas institucionais, revelando como as práticas adotadas, os vínculos estabelecidos e as interações cotidianas moldam o desenvolvimento dos adolescentes. Este método revelou-se promissor para compreender as relações dentro da instituição e sugeriu a necessidade de um ambiente institucional que não só minimize vulnerabilidades, mas também promova a construção de relações seguras e significativas.

Adicionalmente, as competências profissionais destacadas no estudo não devem ser vistas como uma lista genérica, mas sim como práticas contextuais e ajustadas às demandas específicas do acolhimento institucional. A criação de vínculos seguros, a demonstração de estabilidade emocional, o estímulo à autonomia e o auxílio no enfrentamento de situações problemáticas foram identificados como pilares fundamentais para um acolhimento eficaz. Esses profissionais são agentes de transformação, capazes de moldar o ambiente e oferecer suporte emocional essencial para que os adolescentes possam superar as adversidades e desenvolver-se de forma saudável.

Apesar dos resultados obtidos com o PROSA, algumas limitações da pesquisa foram identificadas, como a dificuldade em generalizar os resultados para outras instituições e contextos; e um número pequeno de participantes nos estudos. No entanto, essas limitações não diminuem a relevância da pesquisa, que trouxe contribuições valiosas para o campo do acolhimento institucional e para a compreensão das dinâmicas envolvidas no desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Recomenda-se a continuidade deste estudo, ampliando a amostra e explorando novos contextos, a fim de consolidar os achados e promover a construção de políticas públicas que garantam os direitos e o desenvolvimento integral dessa população.

Contudo, o estudo também apontou a necessidade de ajustes na implementação do PROSA, sugerindo a inclusão de temas mais sensíveis e atuais, como sexualidade e questões étnico-raciais, que surgiram de maneira espontânea durante os encontros. Além disso, a flexibilidade das atividades se mostrou essencial, considerando a dinâmica muitas vezes

imprevisível das instituições de acolhimento. Atividades mais lúdicas também podem garantir maior engajamento dos adolescentes, favorecendo a criação de um espaço mais leve e acessível.

A contribuição desta pesquisa reside tanto no campo teórico quanto no prático, oferecendo subsídios para políticas públicas voltadas ao acolhimento institucional e incentivo à promoção do desenvolvimento emocional dos adolescentes. Ao final desse processo, ficou evidente que o acolhimento institucional, quando fortalecido por intervenções adequadas, pode proporcionar um espaço de desenvolvimento emocional e social, ao invés de apenas uma solução temporária para a vulnerabilidade social. A continuidade do estudo é essencial para aprofundar as intervenções e avaliar sua eficácia, garantindo que o acolhimento seja, além de uma medida protetiva, um espaço de desenvolvimento pleno e saudável para os adolescentes.

Por fim, o estudo não apenas revelou os desafios enfrentados pelos adolescentes em acolhimento institucional, mas também trouxe à tona a importância de intervenções estruturadas e contínuas, que promovam o bem-estar emocional e a autonomia desses jovens. A implementação do PROSA gerou resultados promissores, reforçando a necessidade de investimentos contínuos em práticas que promovam saúde mental, como também a socialização, o desenvolvimento de habilidades e a construção de redes de apoio. Acredita-se que a continuidade e a ampliação deste programa possam contribuir de forma considerável para a superação das vulnerabilidades associadas ao acolhimento institucional e para a promoção de um desenvolvimento saudável e adaptativo entre os adolescentes acolhidos.

6 REFERÊNCIAS DA TESE

ÁLVARES, Amanda de Melo; LOBATO, Gledson Régis. Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 151–164, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção versus autonomia? **Psicologia Clínica**, v. 21, n. 2, p. 431–450, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/GvXkxJvXbgT8Dc3xrj99jPf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASSIS, Diana Cavalcante Miranda de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; FORNASIER, Rafael Cerqueira. Teoria bioecológica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e582101019263, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/19263/17176/236290>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BELLAMY, Jennifer. Behavioral problems following reunification of children in long-term foster care. **Children and Youth Services Review**, v. 30, n. 2, p. 216–228, 2008. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0190740907001673>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BENETTI, Idonézia Collodel; VIEIRA, Mauro Luis; CREPALDI, Maria Aparecida; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicología**, v. 9, n. 16, p. 89–99, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ucc.edu.co/index.php/pe/article/download/620/585>>. Acesso em: 10 maio 2022.

BERNARDI, Dayse. **Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento**. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

BIZINOTO, Jessica Ferrucci Suzuki. **O modelo alemão da terapia do esquema**: conceituação, técnicas e aplicação clínica na psicoterapia infantil. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. Toward an experimental ecology of human development. **American Psychologist**, v. 32, n. 7, p. 513–531, 1977. Disponível em: <<https://scottbarrykaufman.com/wp-content/uploads/2019/07/a4f4a4545519d84c5c57095b4bcc685d7dd9.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRONFENBRENNER, Urie; EVANS, Gary. Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. **Social Development**, v. 9, n. 1, p. 115–125, 2000. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9507.00114>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela. The ecology of developmental processes. In: DAMON, William; LERNER, Richard (Orgs.). **Handbook of child psychology**. New York: John Wiley, 1998, p. 993–1028.

BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. Inserção ecológica: subsídio à produção do conhecimento. In: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica**: um método de estudo do desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 19–29.

CARLOS, Diene; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; SILVA, Marta Angélica Iossi; ROQUE, Eliana Mendes de Souza Teixeira; VENDRUSCOLO, Telma Sanchez. O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática? **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 1–7, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n2/pt_0104-1169-rlae-21-02-0579.pdf>. Acesso em: 25

set. 2022.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Silvia Helena. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *In*: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 267–291.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras**. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/dnpi-eixo-4-v4.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2022.

CRUZ, Ariadne de Araújo. Adolescências na contemporaneidade. *In*: **ANAIS – 21ª SEMOC**. Salvador: UCSAL, 2018, p. 483–492.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento**. [s.l.]: IPEA, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *In*: PETERSEN, Circe Salcides (Org.). **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes: ciência e arte**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 299–310.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 63–77, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006>. Acesso em: 7 dez. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **Módulo Criança e Adolescente**. Disponível em: <<https://mca.mp.rj.gov.br/censos/32-censo>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MURTA, Sheila Giardini; SANTOS, Karine Brito dos. Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. *In*: MURTA, Sheila Giardini; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; SANTOS, Karine Brito dos; *et al* (Orgs.). **Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção**. Novo Hamburgo:

Sinopsys, 2015, p. 168–191.

NEUFELD, Carmem Beatriz; MALTONI, Juliana; LONGHINI, Leonardo Zaiden; AMARAL, Julie Almeida Gurgel. Estratégias de manejo terapêutico com adolescentes. *In*: NEUFELD, Carmem Beatriz (Org.). **Terapia cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental**. Porto Alegre: Artmed, 2017, p. 116–133.

PAIM, Kelly; ROSA, Martha. O papel preventivo da terapia do esquema na infância. *In*: WAINER, Ricardo; PAIM, Kelly; ERDOS, Renata; *et al* (Orgs.). **Terapia cognitiva focada em esquemas: integração em psicoterapia**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 169–185.

PAPALIA, Diane; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PEIXOTO, Ana Cláudia de Azevedo; GONÇALVES, Silvia Maria Melo; ROSÁRIO, Gian Fonseca. Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados. *In*: DEFARIAS, Ana Karina (Org.). **Ciências da saúde: o trabalho de equipes multiprofissionais em diferentes contextos**. Curitiba: Juruá, 2019, p. 115–138.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649–673, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/sP8smWgyn5fJS77m6Cv4npj/?lang=pt#>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

POLETTI, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, n. 3, p. 405–416, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DycNK6BKd8jJmr5rmJk8P9D/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

RIJKEBOER, Marleen; BOO, Gerly. Early maladaptive schemas in children: development and validation of the schema inventory for children. **Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry**, v. 41, n. 2, p. 102–107, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/40037553_Early_maladaptive_schemas_in_children_development_and_validation_of_the_Schema_Inventory_for_Children>. Acesso em: 19 abr. 2023.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2006.

ROCHA, Simone da Rocha. **Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil**: a experiência do programa agente jovem em Porto Alegre. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/598>>. Acesso em: 4 maio 2023.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Josely Alves dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 154–174, 2021. Disponível em: <<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ROSA, Edinete Maria; NASCIMENTO, Célia Regina Rangel; SANTOS, Ana Paula; MELLO, Carla Ramos da Silva; SOUZA, Mônica Rocha de. Inserção ecológica em uma instituição de acolhimento para crianças no Espírito Santo. In: KOLLER, Silvia Helena; PALUDO, Simone dos Santos; MORAIS, Normanda Araújo de (Orgs.). **Inserção ecológica**: um método de estudo do desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 95–118.

SANTANA, Rodrigo Gomes. **Estudo das relações entre a atitude de perdoar ofensas interpessoais e os esquemas iniciais desadaptativos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17140/1/d.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Crenças nucleares e distorções cognitivas de crianças e adolescentes vítimas de violência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia), Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

SANTOS, Gabriela de Araújo Braz dos. **Desenvolvimento de esquema iniciais desadaptativos em adolescentes em vulnerabilidade social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/5897>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SHECHORY, Mally; SOMMERFELD, Eliane. Attachment Style, Home-Leaving Age and Behavioral Problems Among Residential Care Children. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 37, n. 4, p. 361–373, 2007. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10578-007-0051-z>>. Acesso em: 6 set. 2023.

SILVA, Conceição; LEMOS, Ida; NUNES, Cristina. Acontecimentos de vida stressantes, psicopatologia e resiliência em adolescentes institucionalizados e não-institucionalizados. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 14, n. 2, p. 348–355, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862013000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2023.

SOUZA, Joelson Carvalho; HICKMANN, Adolfo Antonio; ASINELLI-LUZ, Araci; HICKMANN, Girlane Moura. A influência das emoções no aprendizado de escolares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, p. 382–403, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/WrmrbPH4J5nySswTBqCMKmR/?lang=pt>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

UNICEF. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

WAINER, Ricardo; RIJO, Daniel. O modelo teórico: esquemas iniciais desadaptativos, estilos de enfrentamento e modos esquemáticos. In: WAINER, Ricardo; PAIM, Kelly; ERDOS, Renata; *et al* (Orgs.). **Terapia cognitiva focada em esquemas: integração em psicoterapia**. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 47–63.

YOUNG, Jeffrey. **Terapia cognitiva para transtornos da personalidade: uma abordagem focada em esquemas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

YOUNG, Jeffrey; KLOSKO, Janet; WEISHAAR, Marjorie. **Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo lógico da pesquisa



APÊNDICE B – Oficina de devolutiva de pesquisa



OFICINA DE DEVOLUTIVA DE PESQUISA

DATA:

HORÁRIO:

Local:

Coordenação: Prof^ª Dr^a Gabriela de Araújo Braz dos Santos

Oficineiros:

OBJETIVO: Proporcionar uma devolutiva sobre os principais resultados da pesquisa da aluna de doutorado Gabriela Braz e promover uma reflexão junto aos adolescentes e profissionais das instituições de acolhimento participantes do estudo.

MATERIAIS: cartolinas, papéis, canetas, doces

REUNIÃO COM OS PROFISSIONAIS (50 MIN):

- Organizar uma roda de conversa e explicar o objetivo da oficina de forma simples e acolhedora, destacando a importância de sua participação ao longo da pesquisa.
- Apresentar os principais pontos da pesquisa e abrir um espaço de escuta das impressões e reflexões dos participantes.
- Ao final, construir um quadro de ações preventivas acerca do acolhimento de necessidades emocionais dos adolescentes.
- Deixar convite para o curso de extensão para facilitadores do PROSA.

ACOLHIDA E INTRODUÇÃO COM OS ADOLESCENTES (3 MIN)

Explicar o objetivo da oficina de forma simples e acolhedora, destacando a importância de sua

participação para a construção da pesquisa. Aproximá-los do conceito de pesquisa de doutorado e os seus fins.

DINÂMICA 1: CONTAÇÃO DE HISTÓRIA (12 min)

Objetivo: Proporcionar uma experiência de conexão com o trabalho realizado, permitindo que cada participante se identifique como protagonista da pesquisa.

Configuração do Grupo:

- Formar uma roda.

Procedimento:

1. A facilitadora começa a apresentar o processo da pesquisa em formato de história denominado UM LUGAR TEMPORÁRIO

“Hoje, contarei a vocês uma história. Uma história de crianças e adolescentes que, vindos dos mais variados contextos, encontraram-se morando temporariamente em um mesmo lugar. Não se conheciam antes, mas agora compartilham o espaço, as rotinas e, de certa forma, suas histórias. Eles têm muito em comum. Coisas boas, como a vontade de construir algo melhor, e coisas difíceis, como medos e frustrações. Sentem medo de ficar sozinhos, de nunca mais sair deste lugar que, embora seguro, ainda é um espaço desconhecido. Sentem raiva, às vezes, por não poderem fazer tudo o que gostariam. E, em momentos de desespero ou de fuga, alguns já tentaram correr para longe dali. Foi nesse contexto que conheceram o PROSA. Com ele, perceberam que, mesmo em meio às dificuldades, há algo poderoso em estarem juntos. Juntos, os medos ficam menores, as dificuldades mais suportáveis. Afinal, como posso me sentir sozinho se tantas pessoas estão aqui, vivendo comigo, enfrentando as mesmas lutas e compartilhando a mesma rotina? Eles sabem que a realidade não é perfeita, mas também reconhecem que ali existe segurança. E para tornar esse lugar ainda mais seguro, eles mesmos sabem – e já disseram – do que precisam: escuta, compreensão e apoio. Essa não é apenas uma história sobre um lugar temporário. É uma história sobre resiliência, sobre laços construídos e sobre o desejo de transformar suas vidas.”

2. Posteriormente a contação de histórias é perguntado ao grupo se eles conhecem os personagens e o que foi apresentado.

3. Depois da identificação, perguntar ao grupo o que eles acharam da sua participação e como eles acham que colaboraram para o estudo. Anotar as respostas em um quadro ou folha.

Reflexão e Criação de Sentido:

- Após todos terem compartilhado suas ideias, reserve 5 minutos para que o grupo reflita sobre a importância de sua participação na pesquisa e de quem são os principais protagonistas.

- Explore os sentimentos que surgiram durante a prática.

DINÂMICA 2: DO QUE UM ADOLESCENTE PRECISA? (15 min)

Objetivo: Proporcionar uma experiência de segurança emocional, permitindo que cada participante explore a percepção de estar em um ambiente seguro e de ser acolhido em grupo.

Configuração do Grupo:

- Formar trios

Procedimento:

1. Distribuir um caça palavra para cada trio contendo as seguintes palavras: vínculo seguro, afeto, autonomia, segurança, pertencimento, escuta, identidade, confiança, superação.
2. A equipe terá que encontrar o mais rápido possível palavras relacionadas às necessidades dos adolescentes que estarão presentes no caça-palavras.
3. A equipe vencedora ganhará um doce.
4. Posteriormente, cada trio vai escolher uma necessidade encontrada no caça-palavras e escolher um outro trio para qual entregarão essa necessidade. O facilitador incentiva o abraço.

Reflexão e Criação de Sentido:

- Após todos terem passado pela experiência, compartilhar quais foram as palavras.
- Convide os adolescentes a falar sobre elas.
- Questione como cada um percebeu estar protegido e ser apoiado pelo grupo e explorar os sentimentos que surgiram durante a prática.

DINÂMICA 3: POR DENTRO DO ACOLHIMENTO (20 min)

Objetivo: Proporcionar aos adolescentes uma compreensão sobre seus próprios pensamentos, servindo de automodelação, bem como, estimular empatia e uma conexão com os profissionais.

Configuração do Grupo:

- Em roda.

Procedimento:

1. A facilitadora apresenta duas nuvens de palavras:
2. Os adolescentes são convidados a fazer uma correlação entre as suas palavras e a dos profissionais

Reflexão e Criação de Sentido:

- Reserve alguns minutos para que o grupo reflita sobre a ideia de conexão proporcionada.
- Questione como todos juntos podem colaborar para a vivência no acolhimento e explore os sentimentos que surgirem durante a prática.
- Reflita sobre os obstáculos que podem enfrentar e as possíveis soluções.

ÚLTIMO MOMENTO (Opcional)

O que esse momento significou para você

- "Quadro de ações para o futuro"

APÊNDICE C - Termo de Assentimento



Termo de Assentimento (Anuência do participante da pesquisa, adolescente)

1. Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa: **“PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL”**.
2. Nesta pesquisa pretendemos investigar o desenvolvimento na adolescência no contexto do acolhimento institucional. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é compreender esta população para elaborar intervenções eficazes para promoção de saúde.
3. Você será entrevistado(a) individualmente, na própria instituição. Lembrando que não é uma atividade de prova ou teste, por isso não existem comportamentos e falas certas ou erradas. Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá ter autorizado e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.
4. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pela pesquisadora, que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos, como por exemplo sentir algum desconforto ao falar algo de cunho pessoal. Como benefícios, a pesquisa contribuirá para futuros projetos de intervenção com adolescentes e cuidadores em instituição de acolhimento. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizado o estudo. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você.
5. Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, declaro que fui informado(a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do adolescente

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ: Rodovia BR 465, Km07, s/n Zona Rural, Seropédica RJ – CEP 23.890-000, e-mail: gabibraz@ufrj.br, telefone: (21) 968798834, *Gabriela de Araújo Braz dos Santos*.

Rubrica do
participante

Rubrica do
pesquisador

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Responsáveis pelos adolescentes)

- 1) Prezado(a) responsável, você está sendo convidado para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada: **“PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL”**. Esta pesquisa está sob responsabilidade da psicóloga Gabriela de Araújo Braz dos Santos (CRP: 05/56462), aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
- 2) A pesquisa tem como objetivo elaborar um programa de intervenção para promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos institucionalmente com foco nos esquemas adaptativos. Além disso, a pesquisa objetiva investigar o desenvolvimento na adolescência no contexto do acolhimento institucional; preparar um guia de implementação do programa de intervenção; caracterizar os fatores de risco e fatores protetores envolvidos no contexto dos adolescentes participantes; identificar os contextos ecológicos de desenvolvimento dos adolescentes participantes.
- 3) Sua participação consiste em autorizar o adolescente participante do estudo a responder o Questionário de Esquemas de Young para Adolescentes versão breve - B-YSQ-A, o Inventário de autorrelato sobre problemas emocionais e comportamentais (YSP) e as entrevistas feitas pela pesquisadora e sua equipe inseridas no contexto institucional. As afirmações dizem respeito às suas emoções, pensamentos e comportamentos.
- 4) Os possíveis riscos envolvidos na pesquisa são: os informantes sentirem algum desconforto ao expor sobre seus relacionamentos interpessoais. Os benefícios são: a pesquisa contribuirá para futuros projetos de intervenção com adolescentes e seus cuidadores. Esta pesquisa também pode ser uma oportunidade que o adolescente e seus cuidadores terão para pensar sobre a vida e sobre seus relacionamentos, o que pode ser interessante e enriquecedor.

5) Considerando a possibilidade dos riscos sinalizados anteriormente, tomaremos os seguintes cuidados para sua minimização: (a) antes do início das atividades de pesquisa, a pesquisadora retomará os objetivos, a participação voluntária e a garantia de sigilo das informações. Além disso, a pesquisadora informará aos adolescentes e cuidadores que eles têm total liberdade de não responder a alguma pergunta ou mesmo de entregar o questionário em branco; (b) a pesquisadora estará atenta para fornecer qualquer esclarecimento ou responder qualquer dúvida relativa às perguntas dos questionários; (c) ao término das atividades de pesquisa, a pesquisadora informará aos adolescentes e cuidadores que se alguém sentiu algum tipo de desconforto, poderá procurar a pesquisadora para uma conversa e a mesma entregará ao coordenador da instituição uma lista dos atendimentos psicológicos, contendo telefone e endereço, oferecidos pelo serviço de saúde pública.

6) Os dados serão publicados, preservando-se o anonimato dos participantes da pesquisa. Você não terá qualquer custo financeiro para participar desta pesquisa. Não está prevista qualquer forma de ressarcimento financeiro por sua participação ou por custos de tempo de sua parte.

7) Esclarecemos que você tem liberdade para retirar seu consentimento no futuro, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização ou prejuízo. Sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores.

8) Você receberá uma cópia deste termo, em que consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o estudo e a participação do adolescente, agora ou a qualquer momento.

Eu, pesquisadora, estou compromissada com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e com a Resolução CNS 466/12 sobre Pesquisas com seres humanos, assegurando total sigilo quanto aos dados obtidos durante a pesquisa. A pesquisa foi autorizada pelo

_____.

Gabriela de Araújo Braz dos Santos – 05/56462

Endereço: Rodovia BR 465, Km07, s/n Zona Rural, Seropédica RJ – CEP 23.890-000.

Email: gabibraz@ufrj.br

Eu, _____,

responsável pelo(a) adolescente: _____, abaixo

assinada, estou ciente de que o adolescente fará parte de uma amostra de pesquisa que está sendo realizada nesta instituição. Declaro que, após receber todas as informações descritas anteriormente, entendi os objetivos da participação do adolescente na pesquisa e concordo em deixá-lo(a) participar. Declaro estar ciente: (a) do objetivo da pesquisa, riscos e benefícios; (b) da segurança de que não seremos identificados e de que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade dele(a); (c) de que o adolescente poderá solicitar qualquer informação ou tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa e em qualquer momento que julgar necessário; (d) de que o adolescente terá liberdade de recusar a participar da pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Iguaçu-UNIG também poderá ser consultado para dúvidas/denúncias relacionadas à Ética da Pesquisa e está localizado na Av. Abílio Augusto Távora, nº 2134, Bloco A - 1º andar - Sala 103, Município de Nova Iguaçu, RJ. Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, telefone: (21)2765-4000. O contato também poderá ser feito pelos e-mails: cepunigcampus1@gmail.com ou cep@campus1.unig.br, que têm a função de fiscalizar e fazer cumprir as normas e diretrizes dos regulamentos de pesquisas envolvendo seres humanos. Assinei duas vias deste termo de consentimento livre e esclarecido, o qual também foi assinado pelo pesquisador responsável que me fez o convite, e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Uma via deste documento, assinada, foi deixada comigo. Diante do que foi proposto, declaro que concordo em participar desse estudo.

_____/_____
Nome Assinatura do Participante Data:

_____/_____
Pesquisador

Assinatura do Pesquisador Data:

APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Cuidadores e equipe técnica)

- 1) Prezado(a) coordenador(a), você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada: **“PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL”**. Esta pesquisa está sob responsabilidade da psicóloga Gabriela de Araújo Braz dos Santos (CRP: 05/56462), aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
- 2) A pesquisa tem como objetivo elaborar um programa de intervenção para promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos institucionalmente com foco nos esquemas adaptativos. Além disso, a pesquisa objetiva investigar o desenvolvimento na adolescência no contexto do acolhimento institucional; preparar um guia de implementação do programa de intervenção; caracterizar os fatores de risco e fatores protetores envolvidos no contexto dos adolescentes participantes; identificar os contextos ecológicos de desenvolvimento dos adolescentes participantes.
- 3) Sua participação consiste em responder o questionário Child Behavior Checklist (CBCL), questionário geral para crianças abrigadas e entrevistas feitas pela pesquisadora e sua equipe inseridas no contexto institucional. As afirmações dizem respeito às suas emoções, pensamentos e comportamentos.
- 4) Os possíveis riscos envolvidos na pesquisa são: os informantes sentirem algum desconforto ao expor sobre seus relacionamentos interpessoais. Os benefícios são: a pesquisa contribuirá para futuros projetos de intervenção com adolescentes e seus cuidadores. Esta pesquisa também pode ser uma oportunidade que o adolescente e seus cuidadores terão para pensar sobre a vida e sobre seus relacionamentos, o que pode ser interessante e enriquecedor.

5) Considerando a possibilidade dos riscos sinalizados anteriormente, tomaremos os seguintes cuidados para sua minimização: (a) antes do início das atividades de pesquisa, a pesquisadora retomará os objetivos, a participação voluntária e a garantia de sigilo das informações. Além disso, a pesquisadora informará aos adolescentes e cuidadores que eles têm total liberdade de não responder a alguma pergunta ou mesmo de entregar o questionário em branco; (b) a pesquisadora estará atenta para fornecer qualquer esclarecimento ou responder qualquer dúvida relativa às perguntas dos questionários; (c) ao término das atividades de pesquisa, a pesquisadora informará aos adolescentes e cuidadores que se alguém sentiu algum tipo de desconforto, poderá procurar a pesquisadora para uma conversa e a mesma entregará ao coordenador da instituição uma lista dos atendimentos psicológicos, contendo telefone e endereço, oferecidos pelo serviço de saúde pública.

6) Os dados serão publicados, preservando-se o anonimato dos participantes da pesquisa. Você não terá qualquer custo financeiro para participar desta pesquisa. Não está prevista qualquer forma de ressarcimento financeiro por sua participação ou por custos de tempo de sua parte.

7) Esclarecemos que você tem liberdade para retirar seu consentimento no futuro, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização ou prejuízo. Sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores.

8) Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o estudo e a participação do adolescente, agora ou a qualquer momento.

Eu, pesquisadora, estou compromissada com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e com a Resolução CNS 466/12 sobre Pesquisas com seres humanos, assegurando total sigilo quanto aos dados obtidos durante a pesquisa. A pesquisa foi autorizada pelo _____.

Gabriela de Araújo Braz dos Santos – 05/56462

Endereço: Rodovia BR 465, Km07, s/n Zona Rural, Seropédica RJ – CEP 23.890-000.

Email: gabibraz@ufrj.br

Eu, _____, abaixo assinada, estou ciente de que farei parte de uma amostra de pesquisa que está sendo realizada nesta instituição. Declaro que, após receber todas as informações descritas anteriormente, entendi os objetivos da minha participação na pesquisa e concordo em participar. Declaro estar

ciente: (a) do objetivo da pesquisa, riscos e benefícios; (b) da segurança de que não seremos identificados e de que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade dele(a); (c) de que poderei solicitar qualquer informação ou tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa, e em qualquer momento que julgar necessário; (d) de que terei liberdade de me recusar a participar da pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Iguaçu-UNIG também poderá ser consultado para dúvidas/denúncias relacionadas à Ética da Pesquisa e está localizado na Av. Abílio Augusto Távora, nº 2134, Bloco A - 1º andar - Sala 103, Município de Nova Iguaçu, RJ. Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, telefone: (21)2765-4000. O contato também poderá ser feito pelos e-mails: cepunigcampus1@gmail.com ou cep@campus1.unig.br, que têm a função de fiscalizar e fazer cumprir as normas e diretrizes dos regulamentos de pesquisas envolvendo seres humanos. Assinei duas vias deste termo de consentimento livre e esclarecido, o qual também foi assinado pelo pesquisador responsável que me fez o convite, e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Uma via deste documento, assinada, foi deixada comigo. Diante do que foi proposto, declaro que concordo em participar desse estudo.

	/	
Nome		Assinatura do Participante
		Data:

	/	
Pesquisador		Assinatura do Participante
		Data

APÊNDICE F - Estrutura e objetivos do Programa PROSA

Estrutura e objetivos do Programa para promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes acolhidos – PROSA

PROSA Versão para adolescentes (formato grupal, com encontros presenciais de 1 hora e 30 minutos cada)				
ETAPA I - Estabelecimento de Vínculo e Psicoeducação				
Encontros	Temas	Aspecto do desenvolvimento bioecológico a ser trabalhado	Intervenções	Materiais a serem utilizados
Encontro 1	Apresentação Identidade Pessoal Desenvolvimento de potencialidades	Pessoa	Dinâmicas que visam a apresentação e que desenvolvam a identidade pessoal e as potencialidades dos adolescentes. Exemplos de dinâmicas: “Quem você admira”; “Quem me conhece sabe”.	Doces ou balas; Folhas de ofício; Lápis; Cartolina colorida
Encontro 2	Introdução ao conceito de necessidades emocionais Rede de apoio e proteção	Pessoa Processo	Exercícios envolvendo a análise de pessoas que o adolescente percebe como apoio e a partir deles compreender a dinâmica dos seus relacionamentos. Exemplos de atividades: “Tem! Não tem!”; “Mão Segura”.	Imagens cotidianas de afeto, briga, cuidado, punição, entre outras disponíveis na internet; Exercício 1 – Rede de apoio, impresso
ETAPA II - Análise dos comportamentos e problemas				

Encontros	Temas	Aspecto do desenvolvimento bioecológico a ser trabalhado	Intervenções	Materiais a serem utilizados
Encontro 3	Convivência Comportamentos positivos ou desadaptativos Vantagens e desvantagens	Pessoa Processo Contexto	É possível intervir em relação aos comportamentos desadaptativos e na construção de comportamentos mais positivos conversando sobre convivência. Exemplos de dinâmicas: “Tudo que vai, volta!”; “Eu vejo em você... eu vejo em nós”.	Exercício 2 – Tudo que vai volta, impresso; Cartolinas
ETAPA III - Planejamento para a mudança				
Encontros	Temas	Aspecto do desenvolvimento bioecológico a ser trabalhado	Intervenções	Materiais a serem utilizados
Encontro 4	Identificação de pensamentos e emoções	Pessoa	Dinâmicas que visam desenvolver nos adolescentes habilidades de compreensão da importância de pensamentos mais funcionais. Exemplos: “Batatinha quente”; “Entrevista”.	Bola pequena ou uma batata; Exercício 3 impresso
Encontro 5	Transformação de pensamentos que não ajudam	Pessoa	Exercício de reestruturação cognitiva. Exemplo: “SOS para pensamentos”.	Cartolinas; Canetinhas; Lápis; Exercício 4 impresso;

ETAPA IV – Finalização				
Encontros	Temas	Aspecto do desenvolvimento bioecológico a ser trabalhado	Intervenções	Materiais a serem utilizados
Encontro 6	Harmonia e postura afetuosa entre os integrantes do grupo, ampliar a autoconfiança	Contexto	Exercícios que auxiliam na finalização e na consolidação da intervenção. Exemplo: “Escrevendo um livro sobre a minha vida”.	Papéis; Cartolinas; Canetas

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

PROSA Versão para facilitadores (formato grupal, com encontros por videochamadas de 4 horas cada)				
ETAPA I – Motivação para o uso da metodologia				
Encontros	Temas	Aspecto do desenvolvimento bioecológico a ser trabalhado	Intervenções	Materiais a serem utilizados
Encontro 1	O que é o PROSA Histórico do Programa Objetivos do PROSA Informações sobre desenvolvimento de adolescentes acolhidos	Processo Contexto	Dinâmica de apresentação dos participantes e suas expectativas para o treinamento; Apresentação dos conceitos sobre adolescência e acolhimento institucional	E-book para facilitadores contendo conceitos e passo a passo das etapas do PROSA para adolescentes. Slides de apresentação, textos e vídeos de referências.
ETAPA II – Desenvolvimento de competências				
Encontros	Temas	Aspecto do desenvolvimento bioecológico a ser trabalhado	Intervenções	Materiais a serem utilizados
Encontro 2	O que é ser facilitador Temas centrais Competências Estrutura e ambiente para aplicação	Pessoa Processo Contexto	Apresentação das competências de um facilitador, sua função e participação no programa; Introdução aos conceitos de necessidades emocionais e relações saudáveis; Orientação sobre as Etapas I e II com adolescentes	*
ETAPA III – Preparo da Equipe				

Encontros	Temas	Aspecto do desenvolvimento bioecológico a ser trabalhado	Intervenções	Materiais a serem utilizados
Encontro 3	Dicas importantes Manejo de Grupo Desafios	Pessoa Processo Contexto	Dinâmicas que desenvolvam a liderança, criatividade e escuta ativa dos participantes; Orientação sobre as Etapas III e IV com adolescentes	*

Fonte: Elaborado para a pesquisa.

APÊNDICE G - Roteiro para operacionalização da coleta de dados na inserção ecológica

	Atividade principal	Materiais necessários	Tema	Perguntas norteadoras para anotações no Diário de Campo
Dia 01	<p>Inserção em campo com diálogo livre, reconhecimento da instituição e sua rotina, assim como aproximação com os adolescentes e os profissionais.</p> <p>Iniciar a aplicação das entrevistas e solicitar à equipe técnica o preenchimento do questionário sociodemográfico considerando o sigilo dos adolescentes.</p>	<p>Questionário sociodemográfico: https://forms.gle/uMoAVw1LFpd2ufaXA</p> <p>Entrevista dos Profissionais: https://forms.gle/NgQuS3eLfCvc9oy59</p> <p>Entrevista do Adolescente: https://forms.gle/Kr3Fnkn23VHmqddT9</p>	Diagnóstico	<p>Como se estabelece a relação proximal entre os adolescentes e os cuidadores? E entre os adolescentes e seus pares?</p> <p>De que modo a instituição se organiza?</p> <p>Que percepções me vieram estando na instituição?</p> <p>De que forma acontece a dinâmica da rotina da instituição?</p> <p>Que histórias sobre o pré-acolhimento dos adolescentes eu descobri?</p>

Dia 02	<p>Inserção em campo com diálogo livre e integrando-se na rotina.</p> <p>Continuidade na aplicação das entrevistas e solicitação do preenchimento dos questionários mais estruturados.</p> <p>Necessário preencher o 1 e 2 com o adolescente e o 3 entregar ao cuidador para preencher referente ao adolescente escolhido.</p>	<p>1- Questionário de Esquemas:</p> <p>https://forms.gle/rSTQiYj1RJSA5ChC9</p>	Diagnóstico	<p>Os adolescentes já estão vinculados com a equipe? Como aconteceu?</p> <p>Que sentimentos são visíveis neste contexto?</p> <p>O que percebi nos cuidadores?</p> <p>Quais sentimentos me vieram desta realidade que estou participando agora?</p>
Dia 03	<p>Início da intervenção e implementação do PROSA.</p> <p>Execução do Encontro 1.</p> <p>Solicitar um espaço confortável e privativo para que ocorram os encontros do PROSA.</p>	<p>Manual do Facilitador</p> <p>Folhas de exercícios impressas</p> <p>Pasta nomeada para cada adolescente a fim de serem guardados os registros dos encontros</p>	Desenvolvimento de potencialidades	<p>Como você percebe seu trabalho como facilitador neste primeiro dia? Há algo a ser mudado? O quê?</p> <p>Como foi a recepção dos adolescentes para este trabalho em grupo? Estavam motivados?</p> <p>Quais detalhes foram importantes para o manejo do grupo?</p>

				<p>Os adolescentes tiveram facilidade para descrever seu autoconceito e suas potencialidades?</p> <p>O encontro alcançou o tema proposto? Como?</p>
Dia 04	Execução do Encontro 2	<p>Exercícios</p> <p>Manual do Facilitador</p> <p>Cartolinas (4) com a escrita “Tem” “Não Tem” “Gostaria que não tivesse” “Gostaria que tivesse”</p> <p>Folha de ofício e caneta/lápis</p>	Rede de apoio e Proteção	<p>A instituição tem colaborado para a execução do programa?</p> <p>Quais necessidades os adolescentes apresentaram?</p> <p>Os adolescentes conseguiram descrever pessoas de confiança? O que isso pode significar?</p> <p>O encontro alcançou o tema proposto? Como?</p>

Dia 05	Execução do Encontro 3	Manual do Facilitador Folhas de exercícios impressas Cartolina e canetas para a nuvem de palavras	Análise de comportamentos adaptativos e/ou desadaptativos	Tem encontrado desafios ao longo dos encontros? Quais? Consegue notar a vinculação entre os próprios adolescentes? Quais detalhes da convivência dos adolescentes podem ser um fator de risco para problemas de comportamentos? Quais são os fatores de proteção nesta convivência? O encontro alcançou o tema proposto? Como?
Dia 06	Execução do Encontro 4	Manual do Facilitador Folhas de exercícios impressas	Analisar pensamentos negativos/positivos e autoconhecimento	Como os adolescentes estão reagindo às discussões que são propostas? O encontro alcançou o tema proposto? Como?

		Objeto para representar a “batata quente”		
Dia 07	Execução do Encontro 5	Manual do Facilitador Cartões coloridos Canetas coloridas.	Visualizar mudanças no grupo e consolidação dos aprendizados anteriores	<p>É possível notar vinculação com os facilitadores?</p> <p>Os adolescentes conseguiram flexibilizar pensamentos disfuncionais?</p> <p>Quais são os principais pensamentos e crenças compartilhados por eles neste encontro?</p> <p>O encontro alcançou o tema proposto? Como?</p>
Dia 08	Execução do Encontro 6	Cartolinas Folhas de ofício Canetas de cores variadas Cola, clips, adesivos	Analisar o que os adolescentes acreditam que mudou em si mesmos e nas suas relações ao longo do PROSA	<p>Os adolescentes demonstram compreensão sobre suas histórias de vida?</p> <p>E sobre perspectivas futuras, quais são?</p> <p>Quais sentimentos foram fáceis de</p>

				<p>observar nos adolescentes e em você ao longo deste encontro?</p> <p>O encontro alcançou o tema proposto? Como?</p>
Dia 09	<p>Retorno à instituição e celebração da despedida.</p> <p>Verificar se houve manutenção dos ganhos obtidos em cada encontro.</p> <p>Avaliação dos encontros.</p>	<p>Questionário de avaliação do PROSA</p> <p>Lanche</p>	Observar os primeiros resultados	<p>Como você avaliaria os resultados iniciais?</p> <p>Como foi a sua experiência?</p> <p>Quais foram as falas principais da equipe técnica e dos cuidadores?</p>

APÊNDICE H - Registros ao longo da implementação

FIGURA 1 – PRIMEIRO ENCONTRO DO PROSA



FIGURA 2 -EQUIPE DE PESQUISA APRESENTANDO UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROSA NA PRÉ-MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA DO CRPRJ EM DUQUE DE CAXIAS - RJ



FIGURA 3 - REGISTRO DO 5º ENCONTRO DO PROSA

FIGURA 4 - A DINÂMICA “EU VEJO EM VOCÊ, EU VEJO EM NÓS”



FIGURA 5 - EQUIPE DE PESQUISA NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO



APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista Semiestruturada para profissionais
(adaptada de Antão, 2020)

Nome: _____ Idade: _____
Formação: _____
Local de atuação: _____
Função: _____ Tempo: _____
Aplicador: _____ Data: _____

A entrevista a seguir compõe a fase de levantamento de dados do projeto de Doutorado desenvolvido pela Psicóloga Gabriela de Araújo Braz dos Santos, do Programa de Pós-Graduação da UFRRJ, intitulado Promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes no contexto do acolhimento institucional.

As entrevistas são semiestruturadas. Isto significa que a flexibilidade da aplicação precisa ser levada em consideração. Não há respostas certas ou erradas, todas as respostas serão aceitas de forma integral e sinalizadas no instrumento diário de campo.

1. Descreva sua experiência com adolescentes em acolhimento institucional (por exemplo: tempo de atuação, estabelecimento de vínculos, desafios que tenha enfrentado).
2. Você participou de treinamentos, formações ou capacitações para atuar neste contexto? São estudos necessários para atuar neste contexto?
3. Qual a estrutura de trabalho disponibilizada para intervir com essa população?
4. Avalie a estrutura de trabalho disponibilizada para intervir com essa população.
5. Descreva as principais dificuldades e limites encontrados para desenvolver seu trabalho neste contexto.
6. Quais as emoções você poderia descrever quando se vê diante das demandas emergentes?
7. Quais os pensamentos você poderia descrever quando se vê diante das demandas emergentes?
8. Como você descreveria as necessidades dessa população?
9. Você utiliza ou conhece algum programa ou intervenção estruturada para ser aplicado com essa população?
10. Consegue executar as políticas públicas voltadas para contemplar essa população? De que forma?

APÊNDICE J - Roteiro de Entrevista semiestruturada para Adolescentes

Nome: _____

Idade: _____

Instituição de Acolhimento: _____

Aplicador: _____ Data: _____

A entrevista a seguir compõe a fase de levantamento de dados do projeto de Doutorado desenvolvido pela Psicóloga Gabriela de Araújo Braz dos Santos, do Programa de Pós-Graduação da UFRRJ intitulado Promoção do desenvolvimento saudável de adolescentes no contexto do acolhimento institucional.

As entrevistas são semiestruturadas. Isto significa que a flexibilidade da aplicação precisa ser levada em consideração. Não há respostas certas ou erradas, todas as respostas serão aceitas de forma integral e sinalizadas no instrumento diário de campo.

1. Conte como é ser um adolescente.
2. Quais são os desafios de ser adolescente?
3. Quais são as situações mais difíceis que um adolescente pode enfrentar?
4. Quais são os seus sonhos e planos?
5. Como é viver em uma casa de acolhimento? Sabe os motivos de você estar morando neste lugar?
6. Você tem contato e conhece sua família?
7. Conte o que você gosta na instituição.
8. Há algo na instituição que você não gosta?
9. Os adolescentes que estão com você são pessoas que você pode considerar como amigos? Por quê?
10. Quais as emoções você poderia descrever estando na instituição?
11. Quais os pensamentos você poderia descrever estando na instituição?
12. Você se sente seguro estando na instituição? Por quê?
13. Quais pessoas na instituição te ajudam quando você precisa?
14. Você acha que falta algo importante aqui na instituição? O quê?

APÊNDICE K - Termo de Anuência**CARTA DE ANUÊNCIA**

Aceito a pesquisadora Gabriela de Araújo Braz dos Santos, aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, a desenvolver, nesta entidade, a pesquisa intitulada **“PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL”**, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto, do Departamento de Psicologia (PPGPSI/UFRRJ).

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Local

Data

(Carimbo e assinatura)

APENDICE L - Questionário de avaliação do Programa

Este questionário contempla parte da nossa avaliação do PROSA. As informações que serão disponibilizadas aqui nos ajudarão a melhorar o programa.

Data: _____

Local: _____

1. Ao ler as frases abaixo escolha o emoji que mais representa você em cada uma das afirmações:

Discordo totalmente: 🙄

Discordo: 😬

Não Sei: 🤔

De acordo: 😎

Totalmente de acordo: 😍

Sobre o programa	🙄	😬	🤔	😎	😍
Vou utilizar o conhecimento que aprendi no PROSA					
Vou recomendar o PROSA para outros adolescentes					
Certamente serei melhor com o que aprendi aqui					
Os facilitadores eram legais e gentis					
Gostei do PROSA porque consegui me conhecer melhor					
O PROSA me deu muitas opções do que fazer com meus sentimentos desagradáveis					
Gostei do PROSA porque me ajudou a					

entender meus comportamentos e mudar quando necessário					
Eu gostaria de continuar fazendo encontros assim aqui na instituição					

2. Que coisas do programa ajudaram você? Marque somente 3 opções.

- As dinâmicas
- Os exercícios e tarefas
- As atividades em grupo
- As explicações dos facilitadores
- Outras: _____

3. Do que você mais gostou do PROSA? Marque somente 3 opções.

- Falar sobre os próprios sentimentos e pensamentos
- Aprender coisas novas
- Os facilitadores terem participado da rotina
- Outras: _____

4. Quais coisas você mudaria no PROSA que acaba de concluir?

Obrigado!

APÊNDICE M – Questionário de Esquemas para adolescentes

Questionário de Esquemas para Adolescentes – Versão Breve (QEA)

(Versão brasileira validada por Jeane Borges, Daniel Rijo, Paula Vagos, & Débora Dell’Aglia, 2019)

e-mail de contato: jeaneepsico@yahoo.com.br

Instruções: Esse questionário apresenta algumas frases que podemos utilizar quando queremos nos descrever. Leia cada uma das frases abaixo e veja até que ponto você se identifica com as mesmas. Em seguida, indique para cada frase, o grau em que ela te descreve. Para isso, use a escala de respostas que se encontra nesta página.

Não há respostas certas nem erradas. Quando tiver dúvidas, busque responder de acordo como você se sente. Escolha dentre as seis opções abaixo, a que melhor lhe descreve, ou seja, a que melhor representa a forma como você se sente e pensa. Assinale com uma cruz (x) o número que melhor lhe descreve.

Algumas frases apresentadas dizem respeito à relação com os teus pais. No caso de um, ou ambos os pais terem falecido, ou não estarem com você nesse momento da sua vida, responda de acordo com a relação que você tinha com eles anteriormente.

ESCALA DE RESPOSTA
1 – Não tem nada a ver com o que acontece ou aconteceu comigo
2 - Tem muito pouco a ver com o que acontece ou aconteceu comigo
3 - Tem um pouco a ver com o que acontece ou aconteceu comigo
4 - É parecido com o que acontece ou aconteceu comigo
5 – É muito parecido com o que acontece ou aconteceu comigo
6 – É exatamente o que acontece ou aconteceu comigo.

	1	2	3	4	5	6
1. Nenhuma pessoa de quem eu goste pode gostar de mim se ficar sabendo dos meus defeitos e pontos fracos.						
2. Sou sempre eu quem acaba por tomar conta das pessoas que me são mais próximas.						
3. Custa-me muito mostrar aos outros aquilo que sinto (mesmo sentimentos positivos como carinho, afeto ou amizade).						
4. Tenho que ser melhor em tudo o que faço; não aceito ficar em segundo lugar.						
5. Quando quero alguma coisa dos outros, tenho muita dificuldade em aceitar um “não” como resposta.						
6. Não tenho força de vontade suficiente para me obrigar a fazer coisas que não gosto no dia-a-dia.						
7. Mesmo quando as coisas parecem estar acontecendo de forma positiva, tenho sempre a ideia que isso não vai durar muito tempo. “Era muita sorte!”.						

	1	2	3	4	5	6
8. Sempre que cometo um erro, mereço ser castigado.						
9. Não tenho pessoas que me deem carinho, apoio e afeto.						
10. Eu me preocupo muito com a possibilidade de perder as pessoas que gosto muito/amo muito.						
11. Não vejo a vida da mesma forma que os outros; sinto-me afastado das outras pessoas.						
12. Ninguém de quem eu gosto vai querer ficar comigo se me conhecer tal como eu sou na realidade.						
13. Preciso muito da ajuda dos outros para conseguir fazer as coisas do dia-a-dia.						
14. Sinto que uma desgraça ou situação catastrófica vai acontecer a qualquer momento (um terremoto, uma doença).						
15. Eu e os meus pais somos muito próximos. Sabemos tudo acerca da vida e dos problemas uns dos outros.						
16. No meu grupo de amigos, sinto que tenho de fazer tudo o que eles querem, senão eles podem ficar chateados comigo, gozarem de mim ou me colocarem de lado.						
17. Sou uma boa pessoa, porque me preocupo mais com os outros do que comigo mesmo.						
18. Tenho vergonha de mostrar aquilo que sinto às outras pessoas.						
19. Eu me esforço para ser sempre o melhor naquilo que eu faço; não basta ser apenas bom.						
20. Sinto que sou especial (sou melhor). Não devia ser obrigado a aceitar muitas das regras que são impostas aos outros.						
21. Eu terei mais prazer em conquistar algo se isso for uma coisa que os outros vão notar.						
22. Quando acontece alguma coisa boa, fico sempre à espera que aconteça algo de ruim a seguir.						
23. Eu me preocupo que as pessoas de quem mais gosto possam me deixar ou me abandonar.						
24. Mais cedo ou mais tarde, vou acabar sendo traído por alguém.						
25. Na escola, a maioria das pessoas tem mais capacidades do que eu.						
26. Sou imaturo; eu não sei me orientar sozinho.						
27. Não há segredos lá em casa. Se eu não contar sempre tudo aos meus pais, sinto-me mal com isso; parece que estou traindo os meus pais.						
28. No meu grupo de amigos nunca sigo a minha vontade; faço sempre aquilo que os outros querem que eu faça.						
29. Eu tenho muita dificuldade em continuar numa tarefa se não tiver logo uma recompensa. Coisas que dão muito trabalho não são para mim.						
30. Sinto-me pouco importante quando não recebo muita atenção dos outros.						

	1	2	3	4	5	6
31. Todo o cuidado é pouco; quase sempre alguma coisa ruim pode ocorrer.						
32. Se eu não cumprir com os meus deveres, mereço sofrer as consequências.						
33. Não tenho tido ninguém que me ouça com atenção, que me compreenda ou que perceba o que realmente sinto e preciso.						
34. Quando eu sinto que alguém de quem eu goste irá se afastar de mim, eu fico desesperado, com medo de perder essa pessoa.						
35. Sinto que sou desconfiado quanto às intenções das outras pessoas.						
36. Sinto-me isolado e afastado das outras pessoas.						
37. Sinto que nunca ninguém vai me amar como de fato sou na realidade.						
38. Não sou tão bom na escola como a maioria das pessoas. Os outros fazem tudo melhor do que eu.						
39. Eu me preocupo em perder tudo o que eu tenho e ficar sem nada.						
40. Sinto que mereço tratamento especial; não devia ter que obedecer mesmas regras que as outras pessoas precisam seguir.						
41. Não interessa porque é que errei. Se eu fiz algo errado, é justo que sofra as consequências e seja punido.						
42. Não tenho tido pessoas ao meu lado que estejam disponíveis para me dar conselhos e me ajudar a decidir quando não sei o que fazer.						
43. Habitualmente tento descobrir as segundas intenções dos outros ou o verdadeiro motivo pelo qual fazem certas coisas.						
44. Na escola, não sou tão inteligente como a maior parte dos meus colegas.						
45. Não acredito nas minhas capacidades para resolver problemas.						
46. Eu me preocupo muito se vou ter uma doença grave, apesar do médico dizer que estou bem.						
47. Eu e os meus pais estamos tão ligados que parece que somos a mesma pessoa.						
48. Para que as outras pessoas respeitem os meus sentimentos e os meus direitos, é preciso que eu me esforce muito.						
49. Dizem-me muitas vezes para me preocupar mais comigo do que com os outros; eu faço demais pelos outros.						
50. As pessoas acham que eu não sou capaz de dizer ou mostrar o que eu sinto.						
51. Tenho muita dificuldade em terminar as coisas que comecei; raramente consigo ir até ao fim.						
52. Para me sentir uma pessoa com valor, eu tenho que receber muitos elogios dos outros.						